



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS

Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados



Universidade Estadual do Maranhão
21 e 22 de novembro de 2024
São Luís, Maranhão

ANAIS/RESUMOS
1ª Edição



Editora
Uema



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA ARTICULAÇÃO DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

21 e 22 de novembro de 2024
São Luís - MA

ODS
ANAIIS
OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

1ª Edição
VOLUME 1 – NÚMERO 1



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados



Anais - III Simpósio Agenda 2030 e os ODS na UEMA: desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados. Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; 21 de novembro e 22 de novembro de 2024 [recurso eletrônico] / organizadores, Ariadne Enes Rocha, Joice Belfort Pereira, Claudia Costa e Silva – São Luís, MA: EDUEMA, 2025.

222p. il.color.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8227-605-1

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

Reitor

Walter Canales Sant'ana

Vice-Reitor

Paulo Henrique Aragão Catunda

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Marcelo Cheche Galves

Pró-Reitora de Infraestrutura

Maria Teresinha de Medeiros Coelho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Thiago Cardoso Ferreira

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis

Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

Pró-Reitora de Graduação

Mônica Piccolo Almeida Chaves

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

José Rômulo Travassos da Silva

ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA ARTICULAÇÃO DOS ODS UEMA

Ariadne Enes Rocha

Claudia Costa e Silva

Tercia Cristina dos Reis Silva

Joice Belfort Pereira

Elitiel Pereira de Souza Guedes

Kauã Monteiro Muniz

www.ods.uem.br

ods@uema.br

[@ods.uema](https://www.instagram.com/ods.uema)



Comissão organizadora

Ariadne Enes Rocha
Joice Belfort Pereira
Claudia Costa e Silva

Membros da Comissão Científica

Af Ali Uthant Moreira Lima da Costa	Joice Belfort Pereira
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati	Josiane Isabela da Silva Rodrigues
Andrea Christina Gomes de Azevedo-Cutrim	Luciana Barros Oliveira
Antonio Fernando Lavareda Jacob Junior	Marco Antônio Martins da Cruz
Ariadne Enes Rocha	Maria Izadora Silva Oliveira
Bruno Araujo Corrêa	Maria Rosangela Malheiros Silva
Claudia Costa e Silva	Mayalu Moreira Félix
Gilson Martins Mendonça	Sanara Adrielle França Melo
Gislane da Silva Lopes	Sandra Fernanda Loureiro de Castro Nunes
Heloisa Gomes Medeiros	Silas Nogueira de Melo
Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra	Tércia Cristina dos Reis Silva

Projeto gráfico e diagramação

Ariadne Enes Rocha
Joice Belfort Pereira



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

Editor Responsável

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

Conselho Editorial

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Denise Maia Pereira

Fabíola Hesketh de Oliveira

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

Editora

da Universidade Estadual do Maranhão



**Editora
Uema**



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados



Os autores dos textos que compõem este documento são responsáveis pelos
respectivos conteúdos aqui publicados.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
PROGRAMAÇÃO	12
RESUMOS EXPANDIDOS	17
1. EIXOS TEMÁTICOS ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ODS 1 - ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES	17
1.1 Do desenvolvimento à exclusão: gentrificação e seus efeitos nas regiões metropolitanas de São Luís.	18
2. EIXOS TEMÁTICOS ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ODS 2 - ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	23
2.1 A vida além da visão unificada das feiras maranhenses: quem vende também é quem produz?	24
2.2 Análise sensorial e aproveitamento integral de alimentos: da sustentabilidade à redução do desperdício.	29
2.3 Armazém no campus. Comercialização de produtos reforma agrária popular na UEMA.	36
2.4 Contribuições da pesquisa com as metas de fome zero e agricultura sustentável da ONU: recorte em uma universidade.	41
2.5 Fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste brasileiro: um olhar para a feira agroecológica do polo sindical da Borborema/PB.	48
2.6 Gongocompostagem: uma vivência sustentável dos discentes do curso de agronomia.	54
2.7 Tecnologia social na promoção da autonomia alimentar e segurança nutricional em comunidades de Arari-MA: alinhando-se ao ODS 2.	61
2.8 Produção agrícola pelo uso do biofertilizante e particularidades da hidroponia: uma estratégia de produção para agricultores familiares.	68



3. EIXOS TEMÁTICOS ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ODS 3 - ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES	73
3.1 A leitura e a vivificação do idoso.	74
3.2 Estou prestes a me aposentar, e agora? Uma descrição do programa de orientação para aposentadoria da Universidade Estadual do Maranhão.	80
3.3 O estatuto do idoso na aldeia Arymy na prática - Grajaú MA: relato de experiência na docência superior.	85
3.4 Processos de infraestrutura no território quilombola do bairro da Liberdade: impactos da existência de galerias ou valas a céu aberto.	90
3.5 Um olhar sobre o encarceramento feminino: desafios para a garantia do direito à saúde das mulheres privadas de liberdade.	96
4. EIXOS TEMÁTICOS ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ODS 4 - ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS	103
4.1 A história pelos seus sujeitos. O Centro de Educação do Campo Roseli Nunes (Assentamento Cigra, Lagoa Grande do Maranhão).	104
4.2 Aulão revisão de história: promovendo a inclusão de alunos de baixa renda no PAES da Universidade Estadual do Maranhão.	110
4.3 Constelações táteis: uma proposta de acessibilidade às pessoas com deficiência visual.	117
4.4 Desafios na democratização do acesso ao conhecimento científico no Brasil.	123
4.5 Desenvolvimento de um jogo de RPG (Os perigos da mente) para utilização em sala de aula, incluindo personagens neurodivergentes.	130
4.6 Educação híbrida e o direito à educação.	137
4.7 O papel do projeto “Assuma seu Resíduo” na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.	144



4.8 Reforma agrária popular e violência de gênero. Sensibilização junto ao coletivo de mulheres Arte é Vida (Assentamento Cristina Alves/MST, Itapecuru-Mirim).	151
4.9 Sustentabilidade e projeto de vida indígena.	157
5. EIXOS TEMÁTICOS ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ODS 5 - ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS	163
5.1 A política externa brasileira e a questão de gênero: desafios e evoluções à luz do ODS 5.	164
5.2 Desenvolvimento sustentável e luta no campo: uma análise histórica de gênero das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.	169
5.3 Liderança feminina em quilombos da Amazônia paraense.	175
5.4 Protagonismo feminino nas ciências: estímulo à participação e valorização de meninas e mulheres em carreiras científicas.	182
6. EIXOS TEMÁTICOS ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ODS 10 - REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES	189
6.1 A importância dos projetos sociais educativos na prevenção da inserção de crianças e adolescentes no mundo do crime e na redução da desigualdade social.	190
6.2 Nas teias da exploração: uma análise panorâmica do trabalho escravo no Estado do Maranhão.	195
7. EIXOS TEMÁTICOS ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ODS 17 - FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	201
7.1 A responsabilidade civil pós-consumo de produtos eletroeletrônicos no Brasil.	202
7.2 Análise da comercialização de hortifruti: agricultores familiares de Arari – MA.	208
7.3 Jovens rurais: “Protagonistas na construção de um território sustentável”.	215



APRESENTAÇÃO

O evento teve como objetivo engajar a sociedade, a comunidade acadêmica e os governos no debate sobre políticas públicas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais, propondo ações integradas que envolvam educação, inovação e sustentabilidade.

A iniciativa reuniu pesquisadores, acadêmicos, representantes do poder público, líderes sindicais, organizações não governamentais e movimentos sociais para discutirem questões essenciais à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Durante a programação, contamos com a valiosa participação de instituições parceiras, entre elas: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Escritório do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no Maranhão, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), a Associação Agroecológica Tijupá, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Universidade Ceuma (UNICEUMA), a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), o Fórum Permanente de Educação do Campo (FOPEC/MA), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMPMA), a Escola de Governo do Maranhão (EGMA), a Fundação Justiça e Paz se Abraçarão (FJPA), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

Foram selecionados 38 trabalhos para apresentação oral, registrados por meio de vídeos e resumos expandidos. Esses trabalhos, desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento, dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, contribuindo com propostas e reflexões voltadas à erradicação da pobreza, vivência da saúde e bem-estar, promoção da educação de qualidade, alcance da igualdade de gênero, redução das



desigualdades, construção de parcerias eficazes, todos eles interligados com os demais compromissos globais. Ao fomentar soluções criativas e interdisciplinares, os trabalhos apresentados fortalecem o papel da ciência, da inovação e da participação cidadã na construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

Com o objetivo de ampliar o acesso e disseminar as discussões promovidas durante o III Simpósio Agenda 2030 e os ODS, os vídeos das transmissões ao vivo, bem como, as gravações das principais atividades do evento híbrido, estão disponíveis no canal de YouTube UEMANETOficial. A programação contou, ao todo, com mais de 1.500 participações, entre presenças e visualizações.

Por fim, em consonância com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UEMA e com o compromisso socioambiental assumido pela instituição, a comissão organizadora elaborou uma estratégia de mapeamento geral dos tipos de resíduos gerados durante o evento, assegurando sua segregação e armazenamento corretos e descarte adequado.





III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS

21 NOVEMBRO

PROGRAMAÇÃO

8h00 Credenciamento

9h00 Solenidade de abertura

Paulo Henrique de Aragão Catunda –
Vice-Reitor da Uema
Thalita Holanda – Programa das
Nações Unidas para o
Desenvolvimento
Lissandra Leite – Fundo das Nações
Unidas para a Infância
Suziane Machado – Escritório do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura
Familiar no Maranhão
Lígia Tchaicka – Núcleo de Tecnologias
para Educação
Ilka Serra – Pró-Reitoria de Extensão e
Assuntos Estudantis
Ariadne Rocha – Assessoria ODS Uema

Lançamento do Painel ODS Uema:
Farol de oportunidade para o ensino,
pesquisa, extensão, inovação e
gestão universitária.

@ods.uema



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS

21 NOVEMBRO

PROGRAMAÇÃO

10h30 **Palestra:** Integração de Políticas para Erradicação da Pobreza, Segurança Alimentar e Saúde Pública
ODS 1, 2, 3
Rômulo Paes de Sousa - Presidente da Abrasco
Moderadora: Ilka Serra - Uema

14h00 **Mesa redonda:** Impacto da Mudança Climática na Pobreza, na Agricultura e na Saúde
ODS 1, 2, 3
Dionatan Carvalho - IMESC
Fabio Pierre Fontenele Pacheco - TIJUPÁ
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior - UFMA
Maria Edileusa Soares Moura - UEMA
Moderador: Itaan de Jesus Pastor Santos - Uema

@ods.uema



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS

21 NOVEMBRO

PROGRAMAÇÃO

15h45 **Mesa redonda:** Agendas mundiais e ações locais para o acesso a direitos fundamentais
ODS 1, 2, 3

Marco Adriano Ramos Fonsêca - TJMA
Thiago Allisson Cardoso de Jesus - UEMA

Moderador: Gustavo Pereira da Costa - Uema

16h45 **Mesa redonda:** Tecnologia e Inovação no Combate à Pobreza, à Fome e na Promoção da Saúde
ODS 1, 2, 3

Valéria Moraes da Silva - Projeto "Superando a Exclusão Digital: promoção da cidadania dos agricultores familiares do Maranhão, através da tecnologia da Informação"
Alcimar Pinheiro - CCBS UFMA
Antônio Roberto Coelho Serra - MARANDU
Marcella Miranda da Silva - CEUMA

Moderador: Af Ali Uthant Moreira Lima da Costa - UEMA

@ods.uema



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS

22 NOVEMBRO

PROGRAMAÇÃO

9h00 **Mesa redonda:** Educação para a Sustentabilidade
ODS 4 e 17

Maria Eliana Alves Lima – SEDUC
Cacilda Rodrigues Cavalcanti – FOPEC
Karlen Danielle dos Santos Martins – SEMA
Thalita Holanda – PNUD

Moderadora: Cyrene Piazzerra Silva Costa – CEUMA

10h30 **Mesa redonda:** Tecnologia e Acesso à Educação
ODS 4 e 17

Leuzinete Pereira da Silva – EGMA
Maria de Jesus Rodrigues Araújo
Heilmann – ESMPMA
Lígia Tchaicka – UEMANET

Moderadora: Sannya Fernanda Nunes Rodrigues – UEMA

@ods.uema



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS

22 NOVEMBRO

PROGRAMAÇÃO

14h00 **Mesa redonda:** Estratégias para combater as Desigualdades Sociais e Econômicas
ODS 5 e 10

Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro – CEMULHER TJMA
Elivânia Estrela Aires – FJPA
Lissandra Leite – UNICEF

Moderador: Isaac Bernat – Uema

16h00 **Mesa redonda:** Desigualdades e Oportunidades na Agricultura Tradicional e Povos Originários
ODS 5 e 10

Ângela Maria de Sousa Silva – FETAEMA
Fabiana Guajajara – Centro de Saberes Tukan
Ana Tereza Ferreira – ISPN
Poliana Oliveira Cardoso – PROEXAE UEMA

Moderadora: Ariadne Enes Rocha – UEMA

@ods.uema

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



**ODS 1 – Acabar com a pobreza
em todas as suas formas, em
todos os lugares**

DO DESENVOLVIMENTO À EXCLUSÃO: GENTRIFICAÇÃO E SEUS EFEITOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO LUÍS

Ana Luiza Sousa FONSECA, Curso de Direito, Universidade CEUMA,
ana084043@ceuma.com.br

João Carlos da Cruz CARDOSO, Curso de Direito, Universidade CEUMA,
joao071290@ceuma.com.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Introdução

A expansão da sociedade ao longo do tempo gera preocupações com o desenvolvimento social e a exclusão, levando a reflexões sobre as desigualdades socioeconômicas. Apesar dos avanços nas últimas décadas, persiste um aumento das lacunas temáticas, como a gentrificação e a especulação imobiliária, que afetam os indicadores sociais e econômicos do país. Este estudo tem como objetivo analisar o aumento da desigualdade social, crescimento do custo de vida da comunidade, compreender os efeitos da gentrificação e da especulação imobiliária na região metropolitana de São Luís, uma localidade com significativa relevância para o mercado capitalista. Além disso, considera-se também a importância cultural dos monumentos tombados pela UNESCO e os planejamentos de habitação urbana, que apresentam altos índices de valorização em várias áreas da grande ilha, marginalizando populações vulneráveis.

Metodologia

O presente estudo implementou uma perspectiva qualitativa para avaliar os efeitos da gentrificação nas regiões metropolitanas de São Luís. As etapas foram organizadas em ordem cronológica, dando início a partir da revisão bibliográfica, que forneceu uma base teórica sobre gentrificação e seus impactos sociais. Desse modo, tendo uma fundamentação sólida para a definição do público-alvo, onde ele consistiu

em moradores de áreas afetadas pela problemática, como o Renascença. A amostra foi selecionada por conveniência, abrangendo 30 participantes, incluindo residentes de baixa renda e representantes de organizações não governamentais.

Resultados e Discussão

A gentrificação é um fenômeno que propõe a revitalização de espaços urbanos, geralmente degradados fisicamente, transformando-os em grandes áreas com novas estruturas arquitetônicas, promovendo a supervalorização do espaço e, conseqüentemente, distanciando os antigos moradores e acarretando segregação socioespacial e aumento da desigualdade. Em São Luís, esse processo é evidente em bairros como o Vinhais e Renascença. Embora a requalificação dessas áreas traga melhorias na infraestrutura e estimule a economia, os efeitos sociais, especialmente a exclusão de moradores de baixa renda, são profundos e problemáticos. A segregação espacial nesses bairros é notória, especialmente quando se observa suas adjacências, frequentemente constituídas por invasões e favelas. Um exemplo é o Renascença, cuja vizinhança inclui áreas como a Ilhinha, tomada por favelas e marcada por altos índices de criminalidade. Já o Jaracaty, por sua vez, apresenta palafitas ao longo do Rio Anil, refletindo o impacto da ocupação irregular e a falta de infraestrutura adequada. Esse cenário evidencia a expansão desse processo.

São Francisco

O bairro do Renascença, no São Francisco, é o exemplo mais claro da gentrificação em São Luís. Originalmente, essa área não tinha grande relevância no mercado imobiliário, mas, com o novo Plano Diretor de São Luís aprovado em dezembro de 1992, juntamente com sua Lei Complementar de zoneamento, Parcelamento, Uso de Ocupação do Solo Urbano, induziram a ocupação dos vazios urbano, o que resultou no grande interesse construtivo, o que ao longo dos anos, transformou-se em um dos bairros mais nobres da cidade. A presença de grandes shoppings, prédios residenciais de luxo e centros comerciais fez com que os preços

das propriedades no Renascença disparassem, tornando-o inacessível para a maioria da população.

A verticalização dessas áreas levou à migração dos moradores que ali viviam para bairros adjacentes, o que resultou no processo de favelização e intensificou a gentrificação nesses locais. Nas regiões analisadas neste estudo, é possível observar o crescimento de macro áreas compostas por indivíduos em situação de vulnerabilidade social, sem acesso a políticas públicas de qualidade ou condições de vida digna. Em contrapartida, nas áreas nobres, há uma oferta adequada de escolas, serviços urbanos, espaços de lazer, saneamento e segurança. Esse processo de transformação social e urbana avança rapidamente e ressalta a urgência de que políticas públicas de planejamento urbano deixem de atender exclusivamente as elites e os interesses do capital e do Estado, para, de fato, promover uma ocupação urbana mais justa e equilibrada nas cidades.

Crescimento das Favelas e Marginalização

Esse fenômeno, ao "expulsar" os moradores de baixa renda das áreas centrais, corrobora para o crescimento de favelas nas regiões periféricas de São Luís. Ao perderem suas moradias em bairros que foram revitalizados, essas populações são forçadas a buscar alternativas em áreas menos desenvolvidas, predominantemente em terrenos irregulares e sem a devida infraestrutura. O êxodo direcionado a essas áreas favorece o crescimento de favelas, onde o acesso a serviços básicos, como água, saneamento e transporte público, é limitado. Essa transposição, agrava a segregação urbana, criando uma divisão cada vez mais acentuada entre as áreas ricas, e as áreas pobres.

Essa marginalização vai além do espaço físico, afetando também as oportunidades de ascensão social. Moradores de favelas enfrentam barreiras econômicas, educacionais e de emprego, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão. A ocupação de áreas irregulares, muitas vezes em zonas de risco, expõe essas populações a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos. Sem o suporte adequado do governo, essas comunidades crescem de maneira



desordenada, criando desafios adicionais para a gestão pública urbana e a oferta de serviços públicos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os objetivos de desenvolvimento sustentável estão bastante presentes na sociedade, no que se refere a obter um parâmetro de possíveis intervenções sociais para melhoria do desenvolvimento e assim suprir todas as necessidades da população. Dessa forma, o ODS 1, que visa acabar com a pobreza, está diretamente ligado com as desigualdades, como pode-se citar “As desigualdades socioespaciais são evidentes em São Luís, com um Índice de Gini em torno de 0,61; tal índice varia de zero a um; o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos possuem a mesma renda, já o valor um é o oposto, onde uma só pessoa possui toda a riqueza (INFOSAMBAS, 2023). Logo, pode ser concluído que a gentrificação e seus efeitos estão ligados diretamente com as desigualdades, tanto ao redor do mundo, quanto em São Luís.

Sob essa mesma perspectiva, as comunidades que são segregadas acabam tendo uma desconexão com o acesso que foram fornecidos tendo assim uma supervalorização da atual área e uma significativa exclusão social, a tipo de exemplificação tem-se a construção de condomínios na Estrada da Maioba que demonstra, na prática, também esse fator de afastamento, tornando essas áreas inacessíveis aos moradores iniciais, assim como o enfrentamento, a marginalização e o deslocamento, esses sofrem também a perda de sua rede de apoio social e cultural.

Considerações finais

A análise da gentrificação em São Luís revela um panorama preocupante sobre a desigualdade socioeconômica e a exclusão social. Apesar dos benefícios da revitalização urbana, os efeitos negativos, como a expulsão de moradores de baixa renda e o crescimento de favelas, evidenciam uma segregação urbana acentuada. O estudo mostra que, enquanto áreas como Renascença se transformam em polos



de desenvolvimento, as comunidades adjacentes enfrentam marginalização e falta de acesso a serviços básicos. Portanto, é crucial que as políticas públicas priorizem a inclusão e a equidade, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável que beneficie toda a população.

Palavras-Chaves: Desigualdade social, Exclusão social, Gentrificação.

Agradecimentos

Agradecemos a Deus e à Nossa Senhora pelas oportunidades e bênçãos concedidas, à nossa instituição de ensino pelos conhecimentos transmitidos e à UEMA pela oportunidade de desenvolver este trabalho. Por fim, dedicamos este esforço à nossa família e a todos que acreditaram em nosso potencial.

Referências

INFOSANBAS. **Município São Luís - MA.** Disponível em: <<https://infosanbas.org.br/municipio/sao-luis-ma/>>. Acesso em: 27 out. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346>>. Acesso em: 27 out. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdade Social e Políticas Públicas em Grandes Cidades. Brasília: IPEA,** 2018. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2024.

LAGO, Luciana Correa do. Gentrificação e segregação na cidade contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 2, n. 2, p. 9-28,

MUNDO EDUCAÇÃO. **Gentrificação.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/gentrificacao.htm>>. Acesso em: 27 out. 2024.

SÃO LUÍS (Prefeitura) P8 – **Avaliação da infraestrutura urbana.** São Luís: Prefeitura de São Luís. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2024.

TRABALHOS FEITOS. **Trabalho sobre a história do bairro do Renascença.** Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com>>. Acesso em: 28 out. 2024.

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



**ODS 2 – Acabar com a fome,
alcançar a segurança alimentar
e melhoria da nutrição e
promover a agricultura
sustentável**

A VIDA ALÉM DA VISÃO UNIFICADA DAS FEIRAS MARANHENSES: QUEM VENDE É TAMBÉM QUEM PRODUZ?

Roberta Silva dos REIS, Coordenação de Convênios/PROPLAD/UEMA,
robertareis@proplad.uma.br
Ketely Paixão CUTRIM, Curso de Ciências Sociais da UEMA,
ketelycutrim@proplad.uma.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

Este trabalho busca investigar a diferença entre os que apenas revendem produtos e aqueles que produzem para, em seguida, vender, analisando as realidades das feiras tradicionais e dos pequenos produtores em São Luís – MA. O estudo pretende evidenciar como os revendedores locais são dependentes de fornecedores externos, o que acarreta a desvalorização da produção local. Além disso, o trabalho examina a dinâmica das feiras tradicionais e das feiras do produtor, com foco na participação da agricultura familiar. A análise inclui as feiras da Cohab, do João Paulo e do Produtor, no João de Deus. A partir dessa investigação, busca-se compreender o papel econômico e social das feiras e identificar possíveis soluções para fortalecer a produção local e valorizar os pequenos produtores que, muitas vezes, também são os vendedores de seus próprios produtos.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa combina levantamento bibliográfico e trabalho de campo. Inicialmente, foi realizado um estudo teórico, utilizando como principal referência o livro *Reeducando o Olhar: Estudos sobre as feiras e mercados* de Sérgio Ferreti, complementado por visitas às feiras da Cohab e do João de Deus, em São Luís. Posteriormente, aplicou-se o método etnográfico, com observação direta e

entrevistas estruturadas com os feirantes. As entrevistas buscaram explorar cinco aspectos principais: 1) o tempo de atuação dos feirantes, 2) a relação entre produção e venda (se são intermediários ou produtores), 3) percepções sobre possíveis melhorias na feira, 4) a adequação dos rendimentos às necessidades pessoais e familiares, e 5) a relação entre o trabalho e a família, especialmente para feirantes com filhos. Esses dados foram fundamentais para compreender as dinâmicas das feiras e a dependência dos feirantes em relação à produção e revenda de mercadorias, contribuindo para a análise das realidades locais.

Resultados e Discussão

O presente trabalho buscou identificar os pequenos produtores que comercializam seus próprios produtos nas feiras de São Luís – MA, bem como observar a realidade vivenciada pelos feirantes, nas feiras tradicionais e de pequenos produtores. O objetivo principal foi analisar como a dependência de revenda afeta a valorização da produção local e fomentar uma nova compreensão das dinâmicas das feiras maranhenses, além de evidenciar as necessidades e desafios enfrentados pelos trabalhadores.

A Feira Livre do Produtor, criada em 1982 como parte de um projeto governamental, pretendia eliminar intermediários e permitir que pequenos produtores vendessem diretamente ao consumidor, melhorando suas condições de vida. A feira ainda funciona em vários bairros de São Luís, dividida entre produtos locais e "importados". Porém, problemas estruturais persistem, como a falta de climatização, segurança, e saneamento básico, agravando as dificuldades para os feirantes, conforme relatos colhidos durante a pesquisa.

Nas entrevistas realizadas, feirantes da feira da Cohab e do João Paulo e como Seu Nogueira, Seu Jailson e Seu Paulo mencionaram desafios contínuos e em comum, como o calor excessivo, a falta de segurança, e as mazelas acometidas por uma ausência infraestrutural adequada. Embora a prefeitura ofereça suporte logístico esporadicamente, há uma carência de políticas públicas consistentes para assegurar a infraestrutura necessária para o funcionamento adequado das feiras.



Outro ponto observado foi a ausência de pequenos produtores, que deram lugar a intermediários e produtos oriundos de fora da capital, evidenciando a dependência crescente de mercadorias externas e a consequente desvalorização da produção local.

A feira continua a ser um espaço importante para a manifestação de múltiplas identidades culturais e de interação social. Segundo Pereira (1999), as feiras funcionam como pontos de encontro onde as relações sociais são fortalecidas, indo além de sua função comercial. Esse aspecto é claramente observado na Feira do Produtor, onde homens, mulheres e até crianças se envolvem na dinâmica da feira, desempenhando papéis diversos como agricultores, pescadores e camelôs, que movimentam a economia local e garantem seu sustento.

Na Feira do João de Deus, que ocorre às sextas-feiras, os problemas observados refletem uma realidade similar. Os feirantes, em sua maioria, são pequenos agricultores que dependem do aluguel de barracas, o que gera reclamações constantes sobre a falta de apoio governamental. Além disso, há uma clara divisão entre aqueles que possuem transporte próprio e os que dependem de caronas ou meios alternativos para transportar seus produtos. Isso aumenta a desigualdade entre os trabalhadores, prejudicando principalmente os que possuem menos recursos.

A pesquisa revelou que, apesar das adversidades, as feiras livres mantêm sua relevância como espaços não apenas de comércio, mas também de convivência e construção de laços sociais. Como evidenciado por Pereira (1999), elas desempenham um papel crucial na economia local e nas práticas culturais das comunidades. Contudo, a crescente presença de intermediários e a falta de incentivos para os produtores locais indicam uma necessidade urgente de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção local e melhoria da infraestrutura das feiras.

Em suma, as feiras de São Luís enfrentam desafios antigos, como a falta de infraestrutura adequada e apoio governamental. Entretanto, continuam sendo espaços vitais para a economia local e a vida social. A pesquisa destaca a



importância de ações que promovam o acesso dos pequenos produtores ao mercado, valorizando sua produção e garantindo condições de trabalho dignas. A criação de políticas públicas direcionadas à melhoria da infraestrutura, transporte e saneamento básico nas feiras poderia contribuir para o fortalecimento desses espaços e para a preservação da cultura local.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável: Ao destacar a importância da valorização da produção local e redução da dependência de mercadorias externas, este trabalho sugere medidas para fortalecer a agricultura familiar e garantir a oferta de alimentos frescos e locais, o que contribui diretamente para a segurança alimentar e a promoção da agricultura sustentável.

Considerações Finais

A pesquisa alcançou seus objetivos ao investigar a dinâmica das feiras de São Luís – MA e a relação entre produtores e produtos. Nas entrevistas e observações realizadas, constatou-se que, na feira da Cohab, a maioria dos feirantes atua como intermediários, revendendo produtos de outros Estados. Já na feira do João de Deus, prevalece a venda direta pelos produtores locais. Além disso, foram identificados problemas de infraestrutura e segurança, que afetam negativamente o funcionamento das feiras e as vendas. Recomenda-se a criação de políticas públicas que melhorem a gestão desses espaços, combatam a insalubridade e garantam a segurança, a fim de fortalecer a produção local e promover um ambiente mais favorável para produtores e consumidores.

Palavras-chave: Feiras Maranhenses, Pequenos Produtores, Produção Local.



Agradecimentos

Agradecemos aos feirantes das feiras da Cohab e do João de Deus por compartilharem suas experiências e colaborarem com este estudo. Expressamos, também, gratidão aos professores da Universidade Estadual do Maranhão e ao Setor de Convênios, pelo apoio e orientação, fundamentais para a realização deste projeto.

Referências

FERRETTI, Sergio (Org.). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luís - MA: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000.

ARINALDO. **A feira livre da Cohab: contatos iniciais com a realidade da feira do produtor rural em São Luís**. In: FERRETTI, Sergio (Org.). *Reeducando o Olhar: Estudos Sobre Feiras e Mercados*. São Luís - MA: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000.



ANÁLISE SENSORIAL E APROVEITAMENTO INTEGRAL DE ALIMENTOS: DA SUSTENTABILIDADE À REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO

Andrea Christina Gomes de AZEVEDO-CUTRIM, Professora do Departamento de Biologia, UEMA. Graduanda em Tecnologia em Alimentos, IFMA, Campus Maracanã, andreaacgazevedo@uol.com.br

Emily Dayanne Oliveira LINDOSO, Nutricionista, UFMA. Graduanda em Tecnologia em Alimentos, IFMA, Campus Maracanã, emilylindoso@acad.ifma.edu.br

Fabiane de Carvalho SOUSA, Graduanda em Tecnologia em Alimentos, IFMA, Campus Maracanã, fabianesousa@acad.ifma.br

Carmozene Maria Silva SANTOS, Professora do Curso de Tecnologia em Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Maracanã – Maranhão – Brasil, carmozene@ifma.edu.br

Franky Soedirlan RESOSEMITO, Professor do Curso de Tecnologia em Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Maracanã – Maranhão – Brasil, franky.resosemito@ifma.edu.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

O acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo sustentável, permeia a segurança alimentar e nutricional, constituindo-se como um direito do cidadão. Contudo, altos índices de desperdício de alimentos são encontrados no Brasil, advindos de condições precárias no transporte, manuseio e condições inadequadas de armazenamento, ameaçando a garantia desse direito (Oliveira *et al.* 2022).

Por outro lado, a fragilidade do sistema agroalimentar predominante, assentado em longas cadeias de produção, distribuição e consumo foi mais evidenciada pela crise econômica e social provocada pela pandemia de covid-19. Expondo, assim, uma situação contraditória, de um país com elevado potencial agrícola, como o Brasil, mas em que persiste um modelo predominantemente agroexportador, refletindo em um grande contingente populacional em situação de insegurança alimentar (IPEA, 2024).

O primeiro Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN), conduzido no final de 2020 demonstrou



que 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em condições de Insegurança Alimentar (IA) e 9,0% conviviam com a fome. Assim, do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de IA (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades (IA moderada ou grave) e 19 milhões de brasileiros foram obrigados a conviver e enfrentar a fome (REDE PENSSAN, 2021).

As restrições de acesso à alimentação são mais do que efeitos dessa crise sanitária, expondo uma deterioração socioeconômica e profunda de desigualdade social brasileira, bem anterior à pandemia e agravada por ela. E o II VIGISAN aponta que nas regiões com menor renda do país, no Norte e no Nordeste, encontra-se o maior percentual no país de famílias em situação de fome. Bem como as dificuldades de acesso aos alimentos foi proporcionalmente maior em domicílios rurais do que em áreas urbanas. Percebe-se ainda que as diversas manifestações de desigualdades sociais em 2021/2022, especialmente aquelas relativas à raça/cor e ao gênero, acentuaram-se em todo o espectro de atuação do Estado (REDE PENSSAN, 2022).

Nesse sentido, Dutra *et al.* (2021) analisaram o estado nutricional de acordo com raça/cor e região geográfica entre crianças maranhenses e brasileiras, beneficiárias do Programa Bolsa Família e constataram que no Maranhão houve prevalência de desnutrição superior à prevalência brasileira em todas as raças/cor. Sendo que a raça/cor indígena foi a que apresentou a maior prevalência de desnutrição no Maranhão (32,53%), seguida pelas crianças amarelas (20,59%).

Novas estimativas apontam que a prevalência global de insegurança alimentar moderada ou grave ainda está acima dos níveis pré-pandemia de Covid-19, com mudança mínima em quatro anos. Desde o aumento considerável da IA de 2019 a 2020, durante a pandemia, os níveis praticamente estagnaram. Embora tal prevalência tenha permanecido praticamente inalterada de 2020 a 2023, a quantidade de pessoas que enfrentam a IA moderada ou grave no mundo aumentou em mais de 65 milhões, conforme a população mundial cresceu nesse mesmo período (FAO *et al.* 2024).

Considerando tal conjectura, este trabalho tem por objetivo buscar alternativas capazes de atingir uma alimentação mais adequada, de modo que o aproveitamento integral de alimentos possa ser uma estratégia, visando reduzir o desperdício e promover uma alimentação saudável e sustentável, incluindo-se grupos em vulnerabilidade social.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foram produzidas três preparações com uso integral dos alimentos: uma torta de vegetais com polpa, talos e cascas, uma geleia com a entrecasca do maracujá e um refrigerante natural, utilizando integralmente a cenoura, o suco de laranja e de limão, com ficha técnica conforme tabela 1.

Tabela 1 – Ficha técnica com os ingredientes e o preparo das formulações.

TORTA SALGADA	GELEIA DE MARACUJÁ	REFRIGERANTE NATURAL
INGREDIENTES: - 3 xícaras (chá) farinha de trigo - 3 ovos - 1 xícara (chá) de casca de abóbora cozida - 1 xícara (chá) de talo de couve e cheiro verde - 1 cenoura ralada - ½ copo de óleo - ½ pacote de queijo ralado - 1 cebola pequena picada - 2 dentes de alho picados - 1 copo de leite (250 mL) - 1 colher (sobremesa) de fermento em pó	INGREDIENTES: - 5 maracujás grandes e novos - 2 xícaras de açúcar ou adoçante a gosto	INGREDIENTES: - Água com gás (2L) - Cenouras médias (4 unidades) - Laranjas grandes (6 unidades) - Limões grandes (6 unidades) - Açúcar (300g)
PREPARO: Pique e refogue os vegetais no óleo, adicione os demais ingredientes e misture. Distribua numa forma untada e leve ao forno por 30 minutos, a 180° C.	PREPARO: Retire a polpa do maracujá, bata rapidamente no liquidificador, coe e reserve o sumo. Divida as cascas em 4 ou 6 pedaços. Retire a parte amarela da casca e preserve a parte branca (o mesocarpo). Ferva o mesocarpo por 5 minutos em 3 águas de fervura, descartando as anteriores, para retirar o amargor. Triture o mesocarpo no liquidificador junto com o sumo do maracujá. Leve a uma panela, adicione o açúcar e ponha para ferver. Deixe esfriar, distribua em potes e leve à geladeira para gelar.	PREPARO: Esprema e coe o suco das laranjas e dos limões. Pique as cenouras e bata no liquidificador com o suco coado. Coe a mistura do liquidificador, o açúcar, a água e o guarde tampado para não escapar o gás. Sirva gelado.

Fonte: Dos autores.

Tais alimentos foram oferecidos durante o Dia Internacional de Conscientização sobre Perdas e Desperdício de Alimentos, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do – IFMA, Maracanã, em São Luís – MA, no ano de 2023. Na ocasião foi realizada uma análise sensorial envolvendo a participação de 33 adultos não-treinados, com idades entre 18 e 48 anos, representando a comunidade acadêmica, incluindo estudantes, professores e servidores, em que todos leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os atributos aparência, cor, textura, sabor e aceitação global foram avaliados seguindo uma escala hedônica de 9 pontos, variando de uma extremidade à outra desde “gostei muitíssimo” com nota igual a 9 até “desgostei muitíssimo”, com nota igual a 1. Além disso, os provadores responderam sobre a intenção de compra, em que se utilizou a escala estruturada de 5 pontos, onde 5 representava a nota máxima “certamente compraria” e 1 representando a nota mínima “certamente não compraria”.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos a partir da análise sensorial dos alimentos (Tabela 2) demonstram que 75% das avaliações dos três alimentos foram superiores a 8, indicando que gostaram muito de todas as preparações e na aceitação global avaliada pelos provadores, a torta salgada e a geleia obtiveram avaliação superior a 8 (gostaram muito) e o refrigerante natural obteve média superior a 7 (gostaram moderadamente).

Tabela 2 – Média e desvio padrão das notas da análise sensorial das amostras dos alimentos, referentes a cada atributo, com escala hedônica de 1 a 9.

PARÂMETROS	Nota atribuída para a torta salgada	Nota atribuída para a geleia de maracujá	Nota atribuída para o refrigerante natural
Aparência	8,24 ± 1,06	8,41 ± 1,04	8,04 ± 1,67
Cor	8,30 ± 1,13	8,38 ± 0,94	8,04 ± 1,23
Textura	8,21 ± 0,82	8,06 ± 1,13	7,54 ± 1,48
Sabor	8,03 ± 1,26	7,94 ± 1,27	6,79 ± 2,28
Aceitação Global	8,34 ± 0,94	8,19 ± 1,06	7,11 ± 1,77

Fonte: Dos autores.

Apesar das possíveis diferenças em termos de conhecimentos, observa-se que a prática do aproveitamento integral ainda é pouco conhecida pela população. Essa diferença mostra que ainda são precisos mais estudos para conhecimento e estímulo dessa prática de alimentação. O incentivo ao aproveitamento integral pode trazer contribuições para diminuir os gastos com alimentação e melhorar a qualidade nutricional do cardápio, além de reduzir o desperdício de alimentos (Ferreira, *et al.*, 2000).

Quanto à intenção de compra obtiveram-se resultados satisfatórios, com mais de 50% para o item em que os provadores “certamente comprariam as amostras”, em todas as preparações. Avaliando o somatório daqueles que “certamente comprariam as amostras” e os que “provavelmente comprariam as amostras”, a torta salgada somou 87,88%, a geleia totalizou 81,26% e o refrigerante natural fez um total de 75%.

Luiz *et al.* (2019) reforçam que o uso dos alimentos em sua totalidade é uma alternativa à redução do desperdício alimentar e enriquecimento nutricional das preparações, devido ao acréscimo dos nutrientes presentes nas cascas e talos. Essa prática pode ser incluída no dia a dia da população, independente das características socioeconômicas, tendo em vista os diversos benefícios apresentados neste trabalho.

Para tanto, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004) ressalta que a alimentação constitui um dos direitos humanos básicos, representando um requisito para a corroboração de todos os outros direitos inerentes ao próprio conceito e exercício de cidadania. Abrange aspectos que não se limitam apenas ao acesso aos alimentos em si, mas ao próprio contexto em que pessoas e comunidades estão inseridas, cabendo ao Estado a fomentação e garantia de sua observação, de modo a configurar uma prerrogativa essencial a todo o cidadão, a de não sentir receio de viver sob a ameaça da fome.

Reduzir o desperdício de alimentos é uma alternativa para aumentar a disponibilidade de alimentos no mundo, contribuindo com a segurança alimentar e sustentabilidade do sistema agroalimentar. O aproveitamento integral é eficaz na redução do desperdício. A utilização de partes de vegetais normalmente destinados

ao descarte mostra-se uma alternativa para elevar a ingestão de fibras e outros nutrientes na dieta e reduzir o desperdício de alimentos (Sarinho *et al.*, 2021).

Considerações Finais

Portanto, os alimentos elaborados com partes não convencionais - cascas, talos e sementes, sendo a torta salgada de casca de abóbora com recheio de talos, a geleia com mesocarpo do maracujá e o refrigerante natural, demonstraram uma boa aceitabilidade por parte dos provadores. Assim, os dados obtidos neste estudo indicam a viabilidade da utilização do uso integral dos alimentos agregando maior valor nutritivo às refeições, trabalhando a questão da sustentabilidade, diminuindo o desperdício nos domicílios residenciais, bem como oferta de alternativa para àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar.

Palavras-chave: alternativa alimentar; avaliação sensorial; redução da fome.

Referências

- DUTRA, M. K. M. *et al.* Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do programa bolsa família no Maranhão e Brasil. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, [S.L.], v. 16, p. 1-14, 30 dez. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.
- FAO, IFAD, UNICEF, WHO. 2024. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Rome.
- FERREIRA, T. A. *et al.* Uso integral e reaproveitamento de alimentos: conhecendo as práticas de Diamantina, Minas Gerais, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, e201973757, 2020.
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: fome zero e agricultura sustentável**. Brasília: Ipea, 2024. 23 p.
- LUIZ, A. A. O.; SANTOS, M. B.; AZEREDO, E. M. C. Elaboração e análise de aceitação de preparações para escolares com aproveitamento integral de alimentos RASBRAN - *Revista da Associação Brasileira de Nutrição*. São Paulo, SP, Ano 10, n. 2, p. 52-58, Jul-Dez. 2019 - ISSN 2357-7894 (online).



CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes para uma política nacional de segurança alimentar**. Brasília: CONSEA; 2004.

OLIVEIRA, L. C. C. *et al.* **Desperdício de alimentos no Brasil**: revisão narrativa de literatura. *Human and Social Development Review*, v.3, n.1, Niterói, jun. 2022.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: I Vigisan – Relatório Final*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Penssan, 2021.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II Vigisan – Relatório Final*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Penssan, 2022.

SARINHO, A. M. M. *et al.* **Aproveitamento integral dos alimentos**: sustentabilidade e utilização de farinhas modificadas. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 2, n. 10, 2021.





ARMAZÉM NO CAMPUS. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA UEMA

Karina Jinkings Alves RODRIGUES, Curso de Ciências Sociais, Bolsista PIBEX/Voluntário, karinajinkings@gmail.com
Isaac GIRIBET BERNAT, Curso de História, Professor, neri54@yahoo.es

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

A proposta de construção da comercialização de produtos provenientes da Reforma Agrária já era apontada no final do século XX por Stédile (2005). O entendimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a necessidade, não apenas da construção de uma Reforma Agrária, mas também de métodos para introduzir o trabalhador rural em contextos que não permitam seu isolamento perante a sociedade e garantam sustento a partir da terra, esteve presente desde sua gênese.

A Agroecologia, como matriz de produção que permite a utilização de tecnologias de baixo custo e que está alinhada com o modo adotado pelo campesinato (Gúzman, 2005), também é uma questão de extrema importância para o Movimento.

Os Armazéns do Campo surgem na Feira Nacional da Reforma Agrária (2015), a partir do debate com a sociedade sobre a importância de uma alimentação saudável e de qualidade. Compreendendo a relevância do papel dos Armazéns pela luta camponesa em prol da produção e comercialização de produtos e/ou alimentos, o Armazém no Campus visa, não apenas comercializar esses produtos dentro da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mas também apresentar a importância da alimentação saudável como forma de desenvolvimento para os trabalhadores rurais e abrir o debate sobre Soberania Alimentar.

Metodologia

Utilizando uma metodologia baseada no extensionismo rural agroecológico, assim como nos princípios participativos, pretende-se estabelecer um diálogo com os setores camponeses, verdadeiros protagonistas da proposta (Freire, 1983). O projeto organiza-se em torno da disponibilidade do Armazém do Campo de São Luís e das pessoas responsáveis pela realização do projeto, nos locais da UEMA, nos dias e horários selecionados. Essas datas, assim como outros assuntos referentes ao projeto são discutidas através do grupo do WhatsApp e mediante reuniões online pelo Google Meet.

Outro elemento levado em consideração na escolha dos dias e dos horários das atividades é coadunar a disponibilidade dos realizadores com eventos extra nos prédios - geralmente eventos ou aulas dos Programas da Pós-graduação de Geografia e História. As informações são adquiridas através do contato entre o coordenador e os gestores dos espaços acadêmicos, que também dão a autorização formal do local em que o projeto ocorre, através de Comunicação Interna (CI).

Sobre a comercialização, faz-se um levantamento do perfil das pessoas que compram (estudantes da graduação ou pós-graduação; funcionários dos serviços gerais ou da administração; professores) junto aos produtos comprados por estes, o preço de cada item e do total do caixa, assim como da forma de pagamento utilizada. Esse levantamento é feito pela extensionista junto com o responsável do Armazém, com um intuito de mapear o público-alvo visando poder melhorar e adaptar o ambiente para as pessoas que frequentam o projeto.

Resultados e Discussão

O projeto Armazém no Campus vem resultando em uma maior conscientização da comunidade acadêmica sobre a necessidade de uma alimentação mais saudável, sobre a relevância da Reforma Agrária, sobre as lutas envolvendo-a, e sobre as potencialidades da agricultura sustentável, sua importância e seus alimentos, em especial os vindos das áreas de assentamento, que são os comercializados pelo Armazém. Também há um maior esclarecimento sobre o

conceito de Soberania Alimentar e os seus princípios, assim como a divulgação do espaço fixo do Armazém do Campo em São Luís.

Figura 1 - Fotografia da primeira atividade do projeto no espaço de vivência do CECEN, do Campus São Luís.



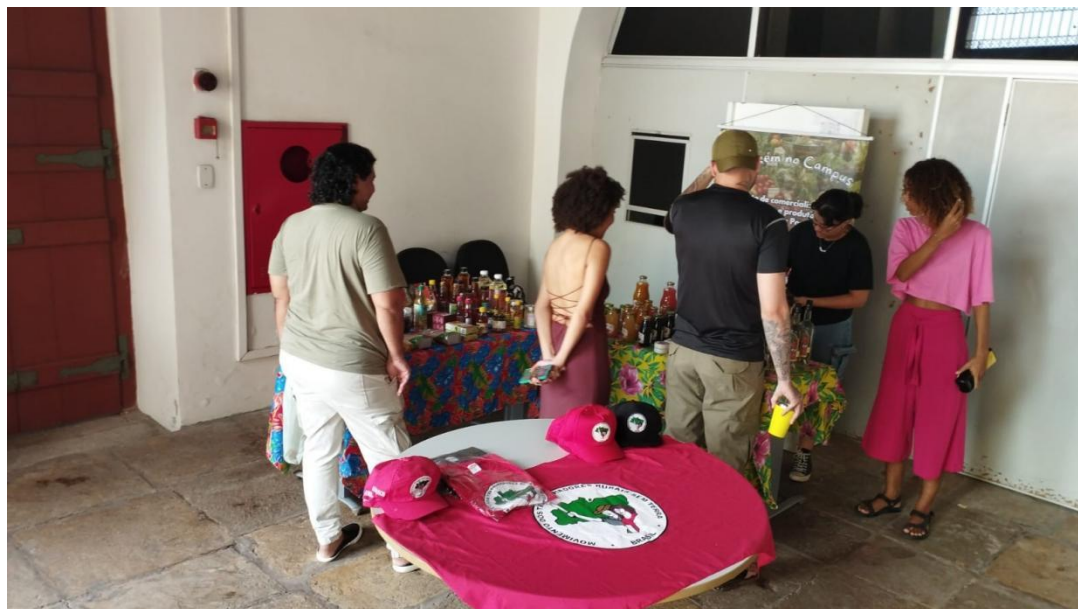
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Ademais, vem sendo discutida a forma em que é realizado o contato com o público nos espaços da Universidade. O diálogo demonstra-se essencial para alcançar os objetivos almejados. Infelizmente, há um afastamento entre boa parte dos projetos e a população acadêmica pois, por muitas vezes, não há a divulgação dos projetos ou essa divulgação não recebe tanta atenção, resultando na restrição apenas aos seus envolvidos diretos ou pessoas próximas.

Através dessa proximidade que a extensão proporciona, o projeto também realiza o papel de elucidar os frequentadores da UEMA – de estudantes a funcionários – sobre os movimentos sociais, em especial aqueles ligados à luta pela terra. A convivência com militantes de organizações da sociedade civil organizada, o levantamento de debates sobre o que é proposto e a ação de estabelecer um diálogo acessível para que haja a retirada de dúvidas sobre questionamentos que possam aparecer entre quem frequenta a atividade, tem o papel de combater a criminalização contra os movimentos sociais e os seus sujeitos, que vêm sofrendo ataques, tanto de forças contrárias aos seus princípios quanto dos que são atingidos pelos seus

discursos. Dessa maneira, é de extrema importância que projetos como o Armazém no Campus, que buscam também fazer esse papel informativo e estabelecer conversas diretamente com o público, sejam feitos em locais como a universidade.

Figura 2 - Atividade no prédio de História.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Através da comercialização de alimentos agroecológicos ou de transição agroecológica, o projeto busca levantar debates sobre uma alimentação de qualidade, ao mesmo tempo em que promove a agricultura sustentável e dá visibilidade a setores marginalizados da sociedade.

Considerações Finais

Percebe-se, pelos dados quantitativos levantados durante os três dias em que as atividades foram realizadas, que o público que mais participa e que mais se engaja com as compras são os estudantes de graduação. Entretanto, ao analisar mais profundamente as informações coletadas, observa-se que qualitativamente estes tendem, em sua maioria, a comprar um único item ou um conjunto pequeno de itens com preço mais baixo, enquanto os estudantes de pós-graduação, professores e funcionários do setor administrativo conseguem arcar com preços mais elevados



e uma quantidade maior de produtos. Entretanto, todos os públicos se demonstram interessados em saber mais sobre as questões envolvendo a Soberania Alimentar e a ação dos movimentos sociais no campo.

Palavra-chave: Comercialização de alimentos saudáveis. MST. Soberania Alimentar.

Agradecimentos

Ao Armazém do Campo e ao MST pela confiança mostrada, assim como à Universidade Estadual do Maranhão que considerou a proposta dentro do seu Programa de Extensão Voluntária.

Referências

FERNANDES, B. M; Stédile, J.P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Em: Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa, 2005.



CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA COM AS METAS DE FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL DA ONU: RECORTE EM UMA UNIVERSIDADE

Felipe Pereira Aguiar Cunha de ALMEIDA, Curso de Agronomia, Bolsista FAPES/UFES, felipe.p.almeida@edu.ufes.br

Lyvia Moreira SANTOS, Curso de Nutrição, UFES, lyvia.m.santos@edu.ufes.br

Karuana dos Santos de SOUZA, Curso de Nutrição, UFES, karuana.souza@edu.ufes.br

Laysa Fernandes de CARVALHO, Curso de Nutrição, UFES, laysa.carvalho@edu.ufes.br

Elaine Cristina Gomes da SILVA, Orientadora FAPES/UFES, elaine.g.silva@ufes.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

A Agenda 2030 é um plano de ação global não coercitivo proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotado por 192 países membros, incluindo o Brasil, que visa a busca pelo desenvolvimento equilibrado do planeta até o ano de 2030, considerando os principais desafios atuais para a humanidade. É constituído por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), interligados e indivisíveis, distribuídos em 169 metas, cujos os propósitos estão distribuídos entre os cinco eixos: planeta, pessoa, paz, prosperidade e parceria (ONU, 2024).

Entre esses objetivos, destaca-se o ODS 2 que trabalha em duas vertentes simultaneamente: agricultura sustentável e acabar com a fome. De acordo com Silva, Clipes e Dardengo (2023), especificamente seus propósitos são alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Suas metas incluem acabar com a fome e a desnutrição; melhorar a produção agrícola e a produção sustentável e resiliente de alimentos; corrigir distorções comerciais e garantir o funcionamento de mercados de commodities alimentares. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi pesquisar os projetos de pesquisa realizados na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus Alegre, que estivessem relacionados com as metas do ODS 2, da Agenda 2030, no ano de 2023.



Metodologia

Este estudo de caso se classifica como exploratório com abordagens qualitativa e quantitativa. Trata-se, também, de uma pesquisa documental e descritiva, com dados *ex post facto*. É parte das atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão “Agenda 2030 na Ufes: vamos conhecer?”, cujo objetivo principal é mapear e divulgar as ações realizadas na universidade que tenham relação com os ODS.

Os dados dizem respeito aos projetos de pesquisa realizados no ano 2023 na Ufes, Campus de Alegre, que apresentassem contribuições com as metas do ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) da Agenda 2030. O campus de Alegre foi escolhido em razão de ter os cursos de graduação em Agronomia e Nutrição, áreas do saber diretamente envolvidas com as temáticas do ODS 2.

Os dados foram obtidos por meio do banco de dados dos projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Ufes, e foram analisados por meio de análise comparativa, que propõe examinar as informações, deduzir suas diferenças e semelhanças, estabelecendo correlações entre elas (Marconi; Lakatos, 2003). Tal análise foi realizada individualmente por cada projeto registrado e, para classificá-los quanto à sua relação com os ODS, utilizou-se como base o documento oficialmente adotado pelo Brasil “ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2018).

Resultados e Discussão

A Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC) com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, atuando com base no valor da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, com qualificação para atuar em todas as áreas do saber (UFES, 2024). Possui quatro Campi universitários: sendo dois na região metropolitana do estado – em Maruípe e Goiabeiras, localidades centrais da sede administrativa; um no Norte capixaba, em São Mateus

e outro no Sul, situado no município de Alegre, que possui atualmente 17 cursos de graduação, 8 cursos de mestrado e 3 de doutorado.

No que tange às metas brasileiras do ODS 2, o Quadro 1 apresenta os projetos de pesquisa analisados. Sublinha-se que o ODS 2 possui nove metas, porém, em razão dos limites deste *paper* serão apresentados apenas as que estavam relacionadas aos projetos analisados.

Quadro 1 - Metas contempladas nos projetos de pesquisa analisados.

Metas	Descrição da Meta
2.1	Até 2030 erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, saudáveis e suficientes durante todo o ano.
2.2	Até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda, em crianças e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.
2.3	Aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico.
2.4	Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos.

Fonte: Adaptado de Ipea (2018).

Com relação aos projetos de pesquisa, foram registrados 140 projetos no Campus de Alegre, no ano de 2023 sendo que, desse total, identificaram-se seis projetos (4%) que estavam relacionados com as metas do ODS 2, direcionadas às contribuições de Redução da Desnutrição e Segurança Alimentar; e Agricultura Sustentável, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Projetos de Pesquisa que contribuem com as metas do ODS 2

Título dos Projetos de Pesquisa	Categorias	Metas ODS 2
Ambientes Alimentares: uma avaliação dos alimentos ofertados no entorno de escolas públicas do Espírito Santo	Redução da desnutrição e Segurança alimentar	2.2
Situação de saúde e nutrição em instituições de acolhimento de Alegre - ES	Redução da desnutrição e Segurança alimentar	2.1 2.2

Título dos Projetos de Pesquisa	Categorias	Metas ODS 2
Ambiente alimentar na proximidade universitária no município de Alegre, ES (NUPESAN)	Segurança alimentar	2.2
Estudo gráfico dos impactos da pandemia do Coronavírus na produção e comercialização de hortaliças e frutas.	Agricultura sustentável	2.3 2.4
Implementação de um Manejo Fitossanitário Sustentável de Pragas em Olerícolas para a Agricultura Familiar no Espírito Santo	Agricultura sustentável	2.3 2.4
Educação em saúde a feirantes de mercados abertos como estratégia de profilaxia a enteroparasitoses transmitidas por alimentos.	Agricultura sustentável	2.3 2.4

Fonte: Os autores.

No que tange à vertente da fome, a meta que teve maior representatividade nos projetos foi a meta 2.2, relacionada aos fatores de má-nutrição e à desnutrição. Os projetos realizados demonstram a complexidade em torno das questões da nutrição que precisam ser consideradas. A esse respeito, Lima e Doula (2014) afirmam que a prática de se alimentar envolve uma série de significados que incluem a busca, a preservação, a preparação e apresentação, realização, consumo e descarte de alimentos.

Na vertente de Agricultura, os projetos de pesquisa contribuíram para as metas voltadas aos sistemas sustentáveis de produção de alimento e melhora na renda dos pequenos produtores. Nessa perspectiva, convém destacar que, de acordo com a FAO (2024), os sistemas sustentáveis de produção são importantes na agricultura pois produzem com baixa emissão de carbono, baixo uso de insumos externos, adequados ambientalmente e que permitem a manutenção da produtividade do solo para a atual e futuras gerações. Cassol e Schneider (2015) destacam que o entendimento da relação entre o consumo e os sistemas de produção agroalimentares é fundamental para a compreensão do comportamento e das ações dos indivíduos na sociedade moderna.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

O resumo está relacionado às metas do ODS 2 (acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável). As questões da fome e da agricultura sustentável caminham lado a lado quando o assunto é sustentabilidade e, todas as ações realizadas, quer sejam por meio projetos de pesquisa ou outros tipos, trazem contribuições para o alcance do ODS 2, desde que tenham direcionamento para as metas desse ODS, como é o caso dos projetos de pesquisa apontados neste estudo.

Considerações Finais

Dos 140 projetos de pesquisa realizados no ano de 2023 no Campus de Alegre, da Universidade Federal do Espírito Santo, foram identificados seis projetos relacionados às metas do ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável). Desses, três estavam voltados para a Redução da Desnutrição e Segurança Alimentar, cujas metas impactadas foram as metas 2.1 e 2.2.

No que tange à Agricultura Sustentável, identificaram-se três projetos relacionados às metas 2.3 e 2.4, que visam garantir sistemas sustentáveis de produção e a melhoria da renda dos pequenos produtores rurais.

Por fim, é importante ressaltar que a alimentação está vinculada a praticamente todos os ODS da Agenda 2030, pois sem agricultura e alimentação saudável, não é possível sobreviver.

Palavras-chave: Agenda 2030. Segurança Alimentar. Sustentabilidade.

Agradecimentos

À Pró-Reitoria de Pesquisa da Ufes, PRPPG, pelas informações.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, FAPES, pelo apoio financeiro.



Referências

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em 13 mai. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo**. 1 de junho de 2021, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>. Acesso em 13 mai. 2024.

Gold, Mary V. (2015) **Sustainable Agriculture: Information Access Tools**. United States Department of Agriculture, 2018. Disponível em: <https://www.nal.usda.gov/afsic/sustainable-agriculture-information-access-tools>. Acesso em 13 mai. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. ODS – **Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2018.

LIMA, R. S; DOULA, S. M. Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos Latino-Americanos. Cad. CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 215-217, Apr. 2014.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NAÇÕES UNIDAS - Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 13 mai. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. **Transforming food and agriculture to achieve the SDGs**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/d7e5b4ae-80b6-4173-9adf-6f9f845be8a1/content. Acesso em 13 mai. 2024.

PUPO, N. I. L.; DOMÍNGUEZ, M. I. C.; SOSA, D. C.; RAMIREZ, M. C; PALMA, M. I. R. Investigación en la Universidad de Holguín: compromiso con la agenda 2030 para el desarrollo sostenible. Notícias Investigativas em Educação, San José, v. 19, n. 1, p. 348-378, 2019.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2024.

RIBEIRO, H., JAIME, P. C.; VENTURA, D. **Alimentação e sustentabilidade**. Estudos avançados, v. 31, 2017.



III SIMPÓSIO AGENDA 2030 E OS ODS:
Desafios sociopolíticos para a inclusão de grupos vulnerabilizados

SILVA, E.C.G.; CLIPES, R.C.; DADENDO, G. B. **Conhecendo a Agenda 2030**. E-book. Disponível em: www.ods.ufes.br. Acesso em: 13 mai. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional Ufes 2021 - 2030**. Disponível em: https://pdi.ufes.br/sites/pdi.ufes.br/files/field/anexo/minuta_pdi_2021-2030.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024



FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE BRASILEIRO: UM OLHAR PARA A QUALIDADE DE VIDA DOS FEIRANTES DA FEIRA AGROECOLÓGICA DO POLO SINDICAL DA BORBOREMA/PB

Carlos Eduardo Queiroz Pessoa MOTTA, Doutorando em Educação, UFRN, carlospessoaacampinagrande@gmail.com

Hugo Leonardo Ferreira ARAUJO, Mestre em Psicologia, UFMA, admhugolfa@gmail.com

Jáder Ferreira LEITE, Doutor em Psicologia Social, UFRN, jaderfleite@gmail.com

Yldry Souza Ramos Queiroz PESSOA, Doutora em Psicologia, UFRN, yldry.pessoa@ufma.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

A Agroecologia nasceu como uma alternativa à agricultura convencional, buscando a construção de novos saberes com o enfoque científico, que consegue ser a base para estilos de agriculturas saudáveis e economicamente viáveis, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, por meio do manejo da terra sem agrotóxico (Caporal; Costabeber, 2004). Constata-se possibilidade de focar em uma agricultura familiar de base ecológica com sustentabilidade na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais (Lima, 2021).

A agricultura familiar, entendida como um sistema de reprodução social, revela-se como setor estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, contando com mais de 5 milhões de unidades rurais, o que corresponde a 76,8% de estabelecimentos, de modo que, com apenas 23% de território agrícola produz quase 80% dos alimentos consumidos no país, além de 90% de sua produção orgânica, que é escoada por meio das feiras agroecológicas. Estas são espaços sociais que conectam consumidores e agricultores/feirantes, tornando o ambiente uma extensão domiciliar, um nicho de saberes e de estratégias para comercialização de produtos



orgânicos diretamente aos fregueses (Darolt, 2013; Censo Agropecuário, 2017; Kölling; Andrade, 2020).

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Os participantes da pesquisa foram agricultores/feirantes da feira agroecológica da cidade de Lagoa Seca/PB que configura pioneirismo paraibano, neste segmento, através da iniciativa “Natal sem Veneno” (conduzida pelas entidades AS-PTA e Polo Sindical). Este município foi escolhido por se tratar de um lugar onde há plantações de hortaliças, frutas e criação de animais de base agroecológica. Objetivou-se compreender qual a contribuição da feira agroecológica do Polo Sindical da Borborema para o fortalecimento da agricultura familiar.

Elaborou-se um questionário composto por questões abertas, elaboradas a partir dos domínios do Questionário de Qualidade de Vida *WHOQOL-bref* da Organização Mundial de Saúde; uma seção para coleta de dados sociodemográfico; bem como perguntas sobre a adoção da agricultura de base Agroecológica e relacionadas com as condições de vida e saúde dos agricultores. Os dados foram coletados entre os meses de novembro e dezembro de 2022. Foram realizadas 05 entrevistas semiestruturadas, no local de trabalho e com agendamento prévio junto aos entrevistados, com o intuito de conciliar o tempo de trabalho na feira com a jornada de trabalho deles. Todas foram gravadas, escutadas e transcritas na íntegra. A análise dos dados foi feita através de núcleos temáticos estruturadores do discurso dos sujeitos, a partir da análise de conteúdo de Bardin.

Resultados e Discussão

A análise dos dados identificou que todos os agricultores pesquisados ganham uma renda mensal de 1 (um) salário mínimo com a venda dos produtos na feira. Mencionaram que a renda mensal principal é predominante vinda da lavoura, mas há alguns entrevistados que afirmaram ter outros ganhos, a saber: 02 aposentadorias, 01 sindicato dos trabalhadores rurais e 01 funcionário público.

Frisa-se que todos os pesquisados (05) adotam pelo manejo do plantio de agricultura familiar orgânica (AFO), afirmando que o ambiente e a saúde são preservados neste sistema, encontrando-se mais dispostos para a jornada de trabalho, sem apresentar tonturas, dor de cabeça, náuseas, bem como disseram que as vantagens de produzirem neste sistema são: ausência de agrotóxico (04), produzir alimentos saudáveis (04), preservação da saúde (03), reconhecimento dos consumidores (04), sentir prazer naquilo que se faz (03), ter consciência do planeta (01) e obtenção de lucros (02).

Fica claro a percepção e conscientização dos feirantes, no tocante à prática adotada por eles, na direção de uma produção livre de venenos e sustentável, e assim, na colaboração de uma melhor saúde para os consumidores, além da preservação ambiental. Outro destaque é que, todos os agricultores possuem consciência da necessidade de persistência e divulgação da produção dos produtos orgânicos, porque essa realidade colabora para dar valor às tradições e à cultura do homem do campo.

Os resultados obtidos, sobre a percepção dos agricultores acerca de quais aspectos da sua saúde e qualidade de vida mudaram desde que adotaram o manejo orgânico, constatou-se que todos (05) referiram melhoria em sua saúde mental, (04) em sua saúde física e (02) nas condições financeiras. Além disso, (04) classificaram sua qualidade de vida como ótima e (01) como boa. Isso reflete que eles se encontram satisfeitos com sua vida, uma vez que, a percepção que têm sobre si e sobre o ambiente que os cerca atende às suas necessidades físicas e mentais. Destaca-se que todos (05) os feirantes estão satisfeitos com a sua profissão, agricultor-feirante, e que gostariam (05) que os filhos seguissem o mesmo legado.

A identificação destes sentimentos positivos significa que o feirante passou a ser um profissional mais valorizado na sociedade contemporânea e que está adquirindo espaço, *status* e poder através de conquistas, lutas e sofrimentos. No que concerne à percepção em relação à convivência com os amigos e parentes (03) classificaram como ótima e (02) como boa. Esse achado revela-se porque são responsáveis pela superação do isolamento que a vida no campo impõe. Os laços

sociais têm influência no estado de saúde e ter uma rede de apoio social que fornece ajuda a esses sujeitos favorece a saúde e o bem-estar de todos. Quando se trata de vínculo com alguma organização de controle social, todos (05) os feirantes são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, (03) a Associação dos Produtores Agroecológicos de Lagoa Seca, e (02) a EcoBorborema. Esta ligação que os pesquisados possuem expressa um comportamento combativo e direcionado para um rompimento do poder monolítico do agronegócio.

A avaliação dos pesquisados acerca do ambiente de trabalho em termos de poluição, ruído, trânsito e clima é considerado como: (03) responderam como boa e (02) como ótimo. É sabido que a feira agroecológica começa a ser organizada com a chegada da mercadoria no ponto de comercialização ainda de madrugada, com a temperatura amena e o sol raiando. Todo movimento de chegada, organização e finalização da feira ocorre num período em média de 5 horas (04h até 09h). Não há uma cobertura de alvenaria protegendo as barracas e sim uma lona que protege a mercadoria e em uma situação de chuva, os pesquisados ficam vulneráveis e expostos. A feira acontece com uma infraestrutura que pode ser melhorada, principalmente alocando-os em espaço adequado.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Considerações Finais

A contribuição da feira agroecológica é, sem dúvida, um canal de promoção de indicadores e parâmetros da segurança alimentar, além de ensejar geração de renda, autonomia em relação aos atravessadores e a troca de saberes. Outro dado importante é que mesmo o impacto do comércio orgânico local se mostrar tímido, uma vez que, a feira agroecológica estudada está inserida na feira livre, que fica no



mercado central de Lagoa Seca/PB, cabe destacar que se trata de circuito curto e agricultores familiares. Apresenta comercialização com alta diversidade de alimentos, destacando-se as variedades de hortaliças, legumes, tubérculos e frutas; e algumas barracas incluem produtos de origem animal (galinha abatida e ovos). Um interessante traço da institucionalidade pesquisado é a vinculação com os programas federais PNAE e PAA, bem como todos os feirantes estão vinculados a uma organização de controle social concebida para acompanhar e fiscalizar a comercialização de produtos agrícolas alimentares produzidos por eles. A feira pesquisada, com 25 anos de existência, e seus feirantes configuram-se como um mercado de grande relevância da agricultura familiar regional. Percebe-se que a ela possui grande envolvimento e aceitação pela comunidade local e circunvizinha. Sem dúvidas, a feira é um espaço de muita sociabilidade entre feirantes e consumidores. Pode-se citar que, o local onde a feira está e a infraestrutura das barracas podem ser repensadas pelas autoridades locais no sentido de dar maior visibilidade aos produtos e à feira agroecológica.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Feiras Agroecológicas. Nordeste Brasileiro.

Agradecimentos

Agradecemos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca/PB pelo apoio a pesquisa acadêmica e aos feirantes da feira agroecológica do Polo Sindical da Borborema, da cidade de Lagoa Seca/PB pelo aceite na participação deste estudo, sem vocês esse trabalho não seria possível. Este profissional merece respeito e valorização.

Referências

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CENSO AGROPECUÁRIO. **Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e->



pecuaria/21814-2017-censo-agropecuário.html?t=publicacoes. Acesso em: agosto. 2023.

DAROLT, M.R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos**: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, v. 10, n. 2, p. 8-13, .2013.

KÖLLING, G. J.; ANDRADE, G.S. **Agricultura e agroecologia**: possibilidades de um novo mercado sustentável. *Revista de Direito e Sustentabilidade*. v. 6, n. 2, p. 99 - 118 | Jul/Dez, 2020.

LIMA, J. S. **Feira agroecológica**: um diálogo entre saberes. Salvador: EDUFBA, 2021



GONGOCOMPOSTAGEM: UMA VIVÊNCIA SUSTENTÁVEL DOS DISCENTES DO CURSO DE AGRONOMIA

Helane Ferreira RODRIGUES, Curso de Agronomia, Bolsista Extensão/FAPEMA, helanerodrigues10@gmail.com

Williams de Siqueira MELLO, Curso de Agronomia, Bolsista Extensão/FAPEMA, williams.20230049073@aluno.uema.br

Neuberth Ribeiro SIMÕES JUNIOR, Curso de Agronomia, nrsj.agro@gmail.com

Virna Maria Gonçalves MARTINS, Curso de Agronomia, virnamartins7@gmail.com

Robert Filipe Costa NUNES, Laboratório de Plantas Daninhas, Universidade Estadual do Maranhão, robertfilipecostanunes@gmail.com

Maria Rosangela Malheiros SILVA, Curso de Agronomia, Docente da Universidade Estadual do Maranhão, romalheir@gmail.com

Eixos Temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

O uso da compostagem na produção de mudas é uma técnica ampla que possibilita a reutilização de resíduos vegetais e/ou orgânicos nas propriedades rurais, favorecendo o desenvolvimento das mudas, pela qualidade química e estrutural do composto e, consequentemente, a rentabilidade dos produtores (Mesquita et al., 2019). Entre as técnicas de compostagem, a gongocompostagem é uma biotecnologia alternativa com baixo custo de produção que utiliza o gongolo (*Trigoniulus corallinus* (Gervais) (Spirobolida, Pachybolidae)) como agente para a fragmentação dos resíduos e formação do húmus do gongolo, oriundo das excreções que constituem um material orgânico com viável utilização como substrato para a produção de mudas (Bugni et al., 2021).

Assim, a atividade desses diplópodes contribui para a gestão eficiente de resíduos, melhoria da fertilidade do solo e aumento da diversidade microbiana no composto. Dessa forma a atividade teve como objetivo reativar e aumentar o gongolário do Núcleo de Estudos de Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) com a participação dos discentes do Curso de Agronomia.

Metodologia

A construção do gongolário foi realizada no período de abril a junho de 2024, no Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (NEAPO), localizado na Universidade Estadual do Maranhão, no município de São Luís, situada a 2°35'30" latitude S e 44°12'43" longitude W. A realização da atividade ocorreu em duas etapas. Primeiro, com a visita dos calouros do Curso de Agronomia 2023.2 às Unidades do NEAPO, que ficaram interessados em reativar um antigo gongolário constituído por 11 baldes de 20 litros; os discentes limparam os baldes, higienizaram as pedras britas e o tecido *voil*. Em seguida, montaram os baldes novamente, forrando o fundo de cada balde com uma camada de pedra brita e sobre essas o tecido *voil* para evitar perda de material. Em seguida depositaram em cada balde 200 gramas de folhas de bananeira seca, 150 gramas de folhas de sombreiro, 50 gramas de papelão picotado e 200 unidades de gongolos. Após 120 dias os resíduos foram peneirados e acondicionados em sacos plásticos (Figura 1).

Figura 1 - Reativação do gongolário pelos discentes de Agronomia (2023.2).



Fonte: Martins (2024)

Após aprendizagem da técnica, os discentes propuseram aumentar a produção do gongocomposto. Então, por meio de palestras foi realizado o convite para os novos calouros do curso de Agronomia (2024.1) para participarem da ampliação do gongolário. Assim, realizou-se o procedimento da gongocompostagem em uma caixa de água de 310L onde foram dispostos 4kg de folhas de bananeira

seca, 3kg de folhas de sombreiro, 1kg de papelão, 4000 unidades de gongolos (Figura 2).

Figura 2 - Etapas da montagem da gongocompostagem em caixa de água.



Fonte: Martins (2024)

Resultados e Discussão

O substrato obtido na primeira etapa de reativação do gongolários (11 baldes) foi de 5,5kg de gongocomposto. Na segunda etapa, com a ampliação do recipiente para a caixa de água (310L) foram produzidos 12,5kg de substrato (Figura 3). Em média, o tempo de consumo dos resíduos pelos diplópodes (*Trigoniulus corallinus*) foi de 120 dias, na estação chuvosa. A caixa de água proporcionou melhor desenvolvimento dos diplópodes na atividade de fragmentação dos resíduos para alimentação e, consequente, na maior produção de húmus de gongolo.

Figura 3 - Gongocomposto acondicionado em sacos plásticos após pesagem.



Fonte: Martins (2024)

A primeira etapa da reativação do gongolário proporcionou a troca de saberes dos discentes do Curso de Agronomia com as 31 agricultoras do Curso de Agricultura Orgânica, do Programa do Governo Federal “Mulheres Mil”, do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) de Mirinzal, que visitaram as Unidades Demonstrativas do NEAPO (Figura 4).

Figura 4 - Visita técnica das agricultoras do Programa do Governo Federal “Mulheres Mil” e apresentação da Gongocompostagem.



Fonte: Martins (2024)

É importante destacar que a vivência na reativação do gongolário e a troca de saberes com as agricultoras influenciaram os discentes para ampliação do gongolário desenvolvendo esse método alternativo de produção de substrato. Assim, a agroecologia, explorada através dessa interação, pode ser vista como um estímulo

à reflexão sobre os eixos econômicos, sociais e ambientais que envolvem a realização de práticas agrícolas (Souza et al., 2020).

O grupo responsável pelas atividades do gongolário atuou ativamente na sensibilização dos discentes do Curso de Agronomia 2024.1 apresentando a importância da gongocompostagem como uma alternativa de baixo custo para produção de substrato de hortaliças (Figura 5).

Figura 5 - Apresentação da proposta de ampliação do gongolário do NEAPO.



Fonte: Martins (2024)

A ampliação da gongocompostagem despertou o interesse dos discentes em obter novos conhecimentos sobre o uso de práticas sustentáveis em sistemas agrícolas. Além de permitir uma maior interação entre os discentes do Curso de Agronomia, por meio do estímulo ao trabalho em equipe, com a divisão de tarefas e o compromisso entre os participantes (Figura 6).

Figura 6 - Participação dos discentes do Curso de Agronomia.



Fonte: Martins (2024)

Por fim, os substratos obtidos foram exibidos na 64ª Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema) realizada em 2024, no Parque Independência, em São Luís. Nesse evento, os discentes participaram como monitores do stand do NEAPO/UEMA pelo curso de Agronomia. Com isso, tiveram a oportunidade de apresentar ao público o processo de gongocompostagem e seu produto, promovendo a difusão do conhecimento dessa técnica através da apresentação oral e distribuição de folders (Figura 7).

Figura 7 - Gongocompostagem no stand do NEAPO na 64ª EXPOEMA.



Fonte: Martins (2024)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A produção de gongocomposto apresenta uma estreita relação com o ODS 2, por meio da redução do uso de fertilizantes químicos, pela produção de alimentos com substrato de baixo custo para os agricultores, pela melhora da qualidade do solo, tornando-o mais fértil e propício ao cultivo de alimentos saudáveis.

Considerações Finais

A atividade, além de reativar e aumentar o gongolário do Núcleo de Estudos de Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO), permitiu maior integração entre os discentes do curso de Agronomia e a difusão do conhecimento sobre agroecologia. Assim, a inserção de práticas agroecológicas contribuiu para a transformação dos discentes.



Palavras-chave: Gongolos. Substrato. Sustentabilidade.

Agradecimentos

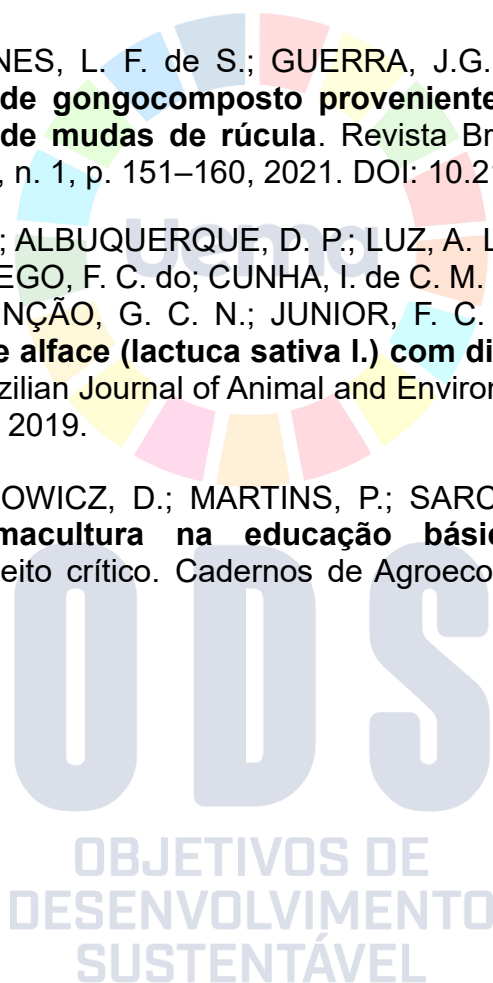
Ao Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (NEAPO).

Referências

BUGNI, N.O.C.; ANTUNES, L. F. de S.; GUERRA, J.G.M.; CORREIA, M.E.F **A caracterização e uso de gongocomposto proveniente de resíduos de poda arbórea na produção de mudas de rúcula.** Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 151–160, 2021. DOI: 10.21206/rbas.v11i1.12072.

MESQUITA, I. B. dos S.; ALBUQUERQUE, D. P.; LUZ, A. L. da S.; OLIVEIRA, L. S. de; NETO, J. P. de A.; REGO, F. C. do; CUNHA, I. de C. M. da; SILVA, Érica J. C. da; SILVA, M. L. da; ASSUNÇÃO, G. C. N.; JUNIOR, F. C. R.; TEIXEIRA, D. H. L. **Produção de mudas de alface (lactuca sativa l.) com diferentes substratos em ambiente fechado.** Brazilian Journal of Animal and Environmental Research, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1257–1263, 2019.

SOUZA, A. C.; MAJEROWICZ, D.; MARTINS, P.; SARCINELLI, J.; DONATI, R. **Agroecologia e permacultura na educação básica:** caminhos para o desenvolvimento do sujeito crítico. Cadernos de Agroecologia, [S. l.], v. 15, n. 2, 2020.



TECNOLOGIA SOCIAL NA PROMOÇÃO DA AUTONOMIA ALIMENTAR E SEGURANÇA NUTRICIONAL EM COMUNIDADES DE ARARI-MA: ALINHANDO- SE AO ODS 2

Laís Samira Vieira BARBOSA, Supervisora de Projetos Rurais da Estação
Conhecimento de Arari, lais.barbosa@estacaoconhecimentodearari.org.br

Pedro Carlos Verde FILHO, Diretor da Estação Conhecimento de Arari,
pedrocarlosverdefilho@outlook.com

Adriano Dutra FERNANDES, Coordenador de Projetos Rurais da Estação
Conhecimento de Arari, adriano.dutra@estacaoconhecimentodearari.org.br

Guilherme Pereira SANTOS, Técnico em Agropecuária da Estação Conhecimento
de Arari, guilherme.santos@estacaoconhecimentodearari.org.br

Lourainy Daianny Santana de Araújo Moreno da SILVA, Técnica em Agropecuária da
Estação Conhecimento de Arari,
lourainy.moreno@estacaoconhecimentodearari.org.br

**Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável:** ODS 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e
melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

O Núcleo de Desenvolvimento Rural (NDR), uma iniciativa da Fundação Vale, é um espaço dedicado à experimentação e disseminação de tecnologias rurais, para promover a agricultura familiar, inclusão produtiva e segurança alimentar. Suas ações contribuem para a área da agroecologia, auxiliando no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2024), De acordo com o Relatório de Informações Sociais, baseado nos dados do Censo do IBGE (2010), a população do município de Arari-MA era de 28.488, dos quais 6.442 encontravam-se em situação de extrema pobreza. Em junho de 2024, entre as 20.592 pessoas cadastradas no Cadastro Único, 12.742 se encontram em situações de pobreza.

Diante desse cenário, o trabalho foi direcionado à demanda territorial, focando principalmente no fortalecimento da agricultura familiar, autonomia das famílias e na geração de renda sustentável, visando alcançar resultados satisfatórios para melhorar os indicadores do município de Arari.

Desta maneira, as atividades realizadas pelo NDR, vêm corroborar com a redução da insegurança alimentar, estimulando a cooperação e associativismo entre famílias residentes nas comunidades rurais no município onde atua, ofertando: a implementação de tecnologias rurais, serviços de assistência técnica, ciclos formativos, acompanhamento e monitoramento das atividades.

Metodologia

O trabalho foi realizado no município de Arari-MA, localizado no estado do Maranhão, especificamente na mesorregião Norte Maranhense e na microrregião da Baixada Maranhense. Arari está inserido nos biomas Amazônia e Cerrado (IBGE, 2022). São 7 comunidades atendidas, abrangendo 100 famílias beneficiadas com a tecnologia social Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig.

O trabalho se desenvolveu dentro de uma metodologia baseada em seis passos fundamentais:

- **Traçar o perfil:** Alinhar o perfil do comunitário à proposta e objetivos do NDR, identificando as necessidades e expectativas.
- **Mapear Território:** Conhecer o território e levantar as demandas, realizando visitas de campo, entrevistas com líderes comunitários e análise dos recursos disponíveis.
- **Definir Público:** Identificar o público-alvo através de parcerias, sendo essa etapa realizada em colaboração com os órgãos públicos de referência da cidade, além de outras organizações locais.
- **Formação:** Etapa essencial para formar e preparar multiplicadores populares, através de ciclos formativos e treinamentos, sobre a tecnologia rural sustentável a ser implementada.
- **Replicação nas comunidades:** A próxima etapa é implementar, de forma colaborativa, nas comunidades. Nessa etapa são organizados mutirões comunitários onde os multiplicadores, junto com a equipe técnica, instalam e aplicam as tecnologias e práticas desenvolvidas durante o ciclo formativo.

➤ **Assistência Técnica:** Após as tecnologias já implementadas, o NDR oferece acompanhamento técnico, realizando visitas regulares e monitorando o progresso das tecnologias rurais implementadas.

Para que as atividades desenvolvidas obtenham êxito, contamos com parcerias técnicas.

Essa metodologia estruturada garante uma abordagem participativa e inclusiva, promovendo desenvolvimento sustentável e empoderamento das comunidades atendidas.

Resultados e Discussão

O Núcleo de Desenvolvimento Rural demonstra resultados de impacto positivo, observando-se o aumento na produtividade agrícola das famílias envolvidas. Além disso, os resultados evidenciam melhoria nas condições socioeconômicas das famílias, evidenciada pelo aumento da renda mensal ou pela redução da insegurança alimentar. Na implementação da tecnologia social Sisteminha, temos como resultados:

Sisteminha da Embrapa – Módulo Galinheiro: foram 60 galinheiros instalados, sendo 6 comunidades beneficiadas. Os ciclos formativos dessa atividade foram em torno de 72 horas de formação, abordando diversos temas relacionados, dentre eles: produção de ração de postura, vacinação das aves, manejo e distribuição dos ovos. A capacidade produtiva de cada galinheiro instalado é de 540 ovos por mês, tendo em vista que a Organização Mundial de Saúde (OMS) indica comer pelo menos um ovo por dia, as famílias podem se alimentar, ou se preferirem, vender ou trocar por outros alimentos. No total, foram comercializados pelas famílias cerca de 5.500 ovos da produção excedente gerando uma renda extra aos comunitários (Figura 1).

Sisteminha da Embrapa – Módulo Tanque: total de 14 tanques instalados, sendo 5 comunidades beneficiadas. No ciclo formativo dessa atividade foram realizados no total de 5 oficinas. A capacidade produtiva de cada tanque instalado é

de 30 a 40kg de peixes, a cada 90 dias. Portanto, cada família beneficiada economizou em torno de R\$ 450,00 em alimentos (Figura 2).

Sisteminha da Embrapa – Módulo Horta: 20 hortas instaladas, beneficiando 5 comunidades, com um total de 32 horas de oficina, durante o ciclo formativo. A horta foi adaptada para o sistema de capilaridade, pois é utilizada cerca de 1/3 da quantidade da água utilizada em um canteiro convencional. Devido algumas comunidades terem dificuldades de acesso à água, essa adaptação tem como vantagem o tempo reduzido de colheita (Figura 3).

Figura 1 - Implementação do Sisteminha - módulo galinheiro.



Fonte: Acervo do Núcleo de Desenvolvimento Rural, 2023.

Figura 2 - Implementação do Sisteminha - módulo tanque.



Fonte: Acervo do Núcleo de Desenvolvimento Rural, 2023.

Figura 3 - Implementação do Sisteminha - módulo horta.



Fonte: Acervo do Núcleo de Desenvolvimento Rural, 2023.

O objetivo da implementação do Sisteminha da Embrapa é reduzir os indicadores de insegurança alimentar, especialmente no município em que atua, contribuindo assim para a diminuição dos índices de fome no estado do Maranhão.

O boletim social do Maranhão, que traz como título a (In)segurança alimentar e nutricional do Maranhão, divulgado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC (2021), no qual as informações advindas do IBGE e POF 2017-2018, destaca que, entre os 7 milhões de habitantes do Maranhão, 2,3 milhões habitavam em zona rural, e dentre estes, 71% estavam em situação de insegurança alimentar.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O projeto está diretamente associado a algumas metas do ODS 2, como por exemplo: Meta 2.1 – Erradicar a fome e garantir o acesso a alimentos nutritivos (...), o projeto apoia famílias em situações de vulnerabilidades, promovendo a segurança alimentar e nutricional. Com a tecnologia social Sisteminha Embrapa, as famílias podem produzir seus próprios alimentos de forma sustentável, melhorando o acesso a alimentos frescos e saudáveis; Meta 2.3 – Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda de pequenos produtores de alimentos (...), ao capacitar as famílias através de formações, para cultivar e gerenciar recursos alimentares próprios, o projeto contribui para o aumento da produtividade e da renda familiar, promovendo

a inclusão de pequenos agricultores e trabalhadores informais no setor produtivo; Meta 2.4 – Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos (...) visando implementar práticas agrícolas resilientes (...). A implementação do Sisteminha Embrapa envolve práticas de produção sustentável e o uso eficiente de recursos, além de realizar o resgate dos quintais produtivos das famílias, contribuindo para a resiliência agrícola e a segurança alimentar das comunidades. Isso permite que as famílias enfrentem desafios climáticos e econômicos com maior autonomia e segurança.

Considerações finais

O Núcleo de Desenvolvimento Rural, demonstrou resultados significativos com a transferência de tecnologias rurais para as comunidades de Arari-MA. Houve um aumento na produtividade das famílias beneficiadas e evidenciaram-se melhorias na qualidade de vida dos agricultores, como aumento de renda familiar, a ampliação de acesso a alimentos de qualidade visando a segurança alimentar e nutricional das famílias, assim como a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante os ciclos formativos e assistências técnica.

Os resultados indicam que, a disseminação e apoio contínuo à implementação de tecnologias rurais e boas práticas na produção sustentável, respeitando a cultura local e o potencial das famílias em situação de vulnerabilidade social, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, as atividades realizadas também estão alinhadas com os ODS da Agenda 2030.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável. Segurança Alimentar e Nutricional. Sisteminha.

Agradecimentos

À Fundação Vale, como mantenedora do Núcleo de Desenvolvimento Rural da Estação Conhecimento de Arari. Aos parceiros técnicos: Empresa Brasileira de



Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), regional Embrapa Cocais. E pesquisadores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Referências

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - MDS. **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=210100&aM=0>> Acesso em: 24 de outubro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2022. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/arari/panorama>> Acesso em: 24 de outubro de 2024.

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC, 2021. **Boletim Social do Maranhão: (In) segurança alimentar do Maranhão**. São Luís, v 3, n.º 3.



PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO USO DO BIOSSÓLIDO E PARTICULARIDADES DA HIDROPONIA: UMA ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO PARA AGRICULTORES FAMILIARES

Eduardo Ferreira RODRIGUES, Coordenador da ação de extensão, professor Departamento de Biologia/UEMA, Dr. Produção Vegetal, edumagro@yahoo.com.br
Jorge Luiz de Oliveira FORTES, Professor Departamento de Biologia/UEMA, Dr. Ciências do Solo e MSc. Nutrição de Plantas, jorgefortes61@gmail.com
Cristina Machado DUTRA, Engenheira Agrônoma Secretaria de Agricultura Familiar de Paço do Lumiar, nath_cris@hotmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Introdução

Com o crescente índice de consumo populacional, a geração de resíduos de forma contínua, tornou-se uma questão para as cidades e a população em geral. Assim, as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) desempenham um papel fundamental nas atividades de tratamento dos resíduos. Esse resíduo devidamente tratado, também conhecido como bio sólido ou lodo de esgoto, é gerado muitas vezes em larga escala, resultado do descarte de fábricas e indústrias e advindos de outros meios como fossas sépticas, banheiros químicos. O reaproveitamento do lodo de esgoto vem sendo discutido, uma vez que através do tratamento do esgoto sanitário/industrial, é possível reduzir os microrganismos patogênicos e eliminar os metais pesados, tornando o bio sólido, na maioria das vezes, um resíduo reaproveitável principalmente na agricultura (GUIMARÃES, 2018).

Em decorrência do aumento exponencial da população, da produção de alimentos e do avanço das tecnologias de tratamento de esgoto, há aumento na geração de resíduos, sejam eles sólidos, líquidos ou gasosos (RIGO et al., 2014). Entre os resíduos líquidos cita-se o esgoto, que é o resíduo líquido gerado em residências ou outros locais onde há consumo de água para as atividades humanas (SCHNEIDER; BONGIOVANI; JORGE, 2021).

Os gramados com forte potencial de uso desse produto, são uma alternativa muito interessante, pois além de necessitarem de um aporte constante de nutrientes para o seu contínuo crescimento, ainda precisam ser avaliados quanto a mais rápida taxa de crescimento, e assim, o BIOSSÓLIDO passa a ter um papel crucial tanto na questão de fornecimento dos nutrientes para as gramas ESMERALDAS, bem como na regulação de aspectos físico-químicos do solo. Então, pode-se dizer que o material oriundo de tratamentos de esgotos domésticos e/ou industriais, pode preencher os requisitos de sustentabilidade agrícola como bem preconiza os conceitos do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para tanto e diante das imediatas dúvidas que se instalam no consciente, necessita-se comprovar que as diferentes doses do BIOSSÓLIDO possam proporcionar as melhores taxas de crescimento do gramado composto por esmeraldas e ainda, as melhorias dos atributos físico-químicos do solo como pH, textura do solo, CTC e matéria orgânica do solo. Nesse sentido, torna-se necessário a implantação de uma vitrine de observação, onde as caravanas de produtores de grama observaram “in locu” os aspectos do crescimento da grama esmeralda. Nessa esteira, o BIOSSÓLIDO deve ser apropriado e assim, seu modelo de produção também foi compreendido, a ponto de que o próprio produtor se abasteça dos conhecimentos sobre o BIOSSÓLIDO e suas peculiaridades.

A produção diversificada como bem preconiza a economia agrícola, possibilita uma diversificação da renda e uma tranquilidade para o agricultor, em especial quando assumimos que existem janelas de oportunidades pelo momento da produção, fato este conhecido como produção em entressafras, ou por produções tecnológicas permitidas por estratégias de produção.

A horticultura da ilha de São Luís se ressentir de sérios problemas relativos ao manejo hídrico (RODRIGUES, 2006). No 1º semestre, em especial nos meses de março a maio, um intenso regime pluviométrico, com chuvas isoladas que chegam até 30 a 60mm/hora ou 100mm/dia (INMET, 2024) e, no 2º semestre com sérias restrições hídricas, inclusive com os meses de setembro e outubro, sendo apontados como os meses de maior déficit hídrico. É válido comentar que o manejo hídrico, no sistema hidropônico é muito facilitado e cujo consumo diário é relativamente bem reduzido quando comparamos com o modelo tradicional de cultivo das hortaliças

folhosas. Então, o uso da técnica da HIDROPONIA fica realmente justificado pelos agricultores da ilha de São Luís, os quais poderão observar na prática os valiosos benefícios da produção hidropônica.

Metodologia

Foi empregada a metodologia de “dia de campo”, onde foram observados “in locu”, os modelos de produção embasados na aplicação do BIOSSÓLIDO em diversas culturas agrícolas e seus aspectos econômicos e de sustentabilidade agrícola. Nesta mesma oportunidade, os participantes do fórum de discussão, também observaram a técnica da hidroponia, na qual ocorre a produção de hortaliças folhosas. As propostas tanto do uso do BIOSSÓLIDO como da hidroponia, tiveram como modelo a observação de todos os aspectos práticos, despertando no participante a ação de prática para ambas propostas. Ou seja, o próprio agricultor participou fazendo algumas atividades de cada uma das propostas.

Figura 1 - Palestra sobre Biossólido na Agricultura, 14/12/2023.



Fonte: Rodrigues, 2023.

Resultados e Discussão

Os resultados até então atingidos são de uma maneira geral, a divulgação de um produto que já é amplamente utilizado na agricultura, onde o biossólido traz ainda, uma perspectiva interessante sobre a sustentabilidade agrícola e dessa forma, levou o público do fórum, que são agricultores familiares na sua essência, para uma reflexão do papel do agricultor no cenário da produção agrícola maranhense. Com essa reflexão

mais bem embasada, sobre o uso do biofóssido na agricultura, bem como da técnica da hidroponia, teremos produtores agrícolas mais bem preparados na discussão sobre a sustentabilidade agrícola, onde os aspectos de economicidade hídrica, reuso do biofóssido, devem se encaixar nos ODS.

Nessa perspectiva de iniciar uma proposta de uso de uma tecnologia de fácil alcance, tanto para a aplicação do biofóssido em gramados, como na iniciação da produção de hortaliças folhosas pelo método da hidroponia, obteve-se a participação de muitos participantes, como observado no quadro 01.

Quadro 1 - Participantes do dia de campo, realizado no Sítio Agrovalen, Paço do Lumiar, Maranhão (14/12/2023).

Participantes	Quantidade
Agricultores Familiares	26
Técnicos Agrícolas	10
Alunos da Universidade	50
Quilombolas	06

Considerações Finais

Os aspectos mais destacados da ação de extensão ora relatados, tratam de uma excelente alternativa que atinge o cerne da discussão sobre a sustentabilidade agrícola. De um lado, os relatos dos participantes comentando a facilidade de aplicação tanto do biofóssido, como também da hidroponia, e de um outro lado os dados mais significativos tanto da economia quando se trata do uso do biofóssido nos gramados de esmeralda, assim como os resultados mais surpreendentes da hidroponia. Notou-se de uma maneira geral, uma grande aceitação das práticas vinculadas a ambas as práticas, enfatizando que a hidroponia pode ser acessada pela classe dos agricultores familiares com a participação de agentes financiadores como bancos públicos e privados.

Palavras-chave: Biofóssido, Hidroponia, Sustentabilidade agrícola



Referências

RIGO, M. M.; RAMOS, R. R.; CERQUEIRA, A. A.; SOUZA, P. S. A.; MARQUES, M. R. C.; **Destinação e reuso na agricultura do lodo de esgoto derivado do tratamento de águas residuárias domésticas no Brasil**. Gaia Scientia. v. 8, n. 1, p. 174-186. 2014.

SCHNEIDER, R. M.; BONGIOVANI, M. C.; JORGE, M. C.; Esgoto é vida! Geração de esgoto. MT Ciência. v. 1, n. 30. 2021.

GUIMARÃES, J. C. S.; CORDEIRO, J.; VITORINO, D. C. F. R. **Utilização do lodo de esgoto na agricultura: uma análise cienciométrica**. Res., Soc. Dev., Vargem Grande Paulista, v. 7, n. 9, e479391, p. 2525-3409. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/rsdv7i9.391>.

CASTELLANE, P.D.; ARAUJO, J.A.C. de. **Cultivo sem solo** – hidroponia. SOB Informa, Itajaí, v. 13, n.1, p. 28-29, 1994.

FURLANI, P.R.; SILVEIRA, L.C.P.; BOLONHESI, D.; FAQUIN, V. 1999. **Cultivo hidropônico de plantas**. Campinas: IAC. 52p (Boletim Técnico 180).

Instituto Nacional de Meteorologia, INMET, 2024 – **Dados Históricos Anuais**, 2024 (até 31/07/2024).

RODRIGUES, E. F.; RODRIGUES FILHO, F.S.O.; SOUSA, R. P. N. **Inovação tecnológica para o cultivo de hortaliças: economia hídrica e assepsia de produtos hortícolas**. Revista Inovação, v. 04, p. 18-19, 2006.

SANTOS, C. R. S.; MAIA, J. M.; SILVA, ANSELMO FERREIRA DA; FIGUEIREDO, L. F.; FREITAS, T. G.; BARBOSA, L. C. S.. **Hidroponia de semiárido: tenha o controle da produção em suas mãos**. 1. ed. Catolé do Rocha: dos Autores, 2021. v. 1. 29p.

OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

A LEITURA E A VIVIFICAÇÃO DO IDOSO

Hirlã Silva RODRIGUES, Curso de Letras, Bolsista PIBEX/UEMA, hirlasilva004@gmail.com
Ivone Rodrigues LOPES, Mestre em Língua Portuguesa, Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais - CECEN - UEMA, ivonetelopes@professor.uema.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Introdução

Este projeto de extensão visa à valorização da vida de pessoas idosas através da leitura de diversos gêneros textuais, destacando-se como agente impulsionador da ampliação de uma melhor qualidade de vida dos idosos. Trata-se de um projeto inclusivo que resgata a cidadania e se preocupa com a evolução socioemocional desses idosos.

De acordo com o IBGE (2018), em 2060, um quarto da população do Brasil será composta por pessoas com mais de 65 anos. Dito isso, o projeto assume grande importância a respeito da reanimação de pessoas idosas, pois a leitura promove a valorização da vida, no processo de readaptação social, além de estimulante para a memória do idoso. Neto (2017) afirma que o avanço da idade traz perdas no poder de realizar certas ações, assim, é necessário que haja uma responsabilidade social. Deste modo, a leitura é um dos atos que os abraça dignamente, pois o exercício da leitura exige que foquem no texto e assim flui o desenvolvimento cognitivo.

Desse modo, o projeto de extensão proporciona valorização e lazer ao idoso por meio da leitura, em uma ILPI, através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

Este projeto tem por objetivo, promover o bem-estar mental e social de idosos que vivem numa ILPI, por meio de leituras lúdicas e interativas, preservando a memória afetiva e a reanimação cognitiva.

Metodologia

O projeto é executado presencialmente com idosos, na ILPI Solar do Outono, no bairro Cohab, em São Luís/MA. É importante ressaltar que as ILPIs que abrigam idosos, são “instituições governamentais ou não”, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade superior a 60 anos, em condição de liberdade, dignidade e cidadania” (BRASIL, 2005, *apud* MICHEL, 2010, p.17).

Esta é uma pesquisa exploratória, cujo público-alvo são idosos que vivem numa ILPI e que têm comorbidades. Este projeto de extensão está em vigor desde novembro de 2023 e irá até meados do mês de julho de 2025. O quantitativo de idosos que participam deste projeto é de 40 e este ocorre no turno vespertino, uma vez ao mês. Apesar de termos 40 idosos contabilizados na ILPI, apenas 30 participam das leituras, isso porque 10 destes têm comorbidades, que os impedem de participar.

Ao longo das visitas à ILPI foram utilizados materiais diversos, como contos, fábulas, canções, leituras de cordéis, etc. Os textos são escolhidos de acordo com sua captação socioemocional, ou seja, eles são lidos numa visão afetiva, que abrange a vida desses idosos, e a cada leitura acontece uma conversação sobre a intenção daquele texto e se aconteceu ou acontece algo parecido na vida deles.

Figura 1 - Contação de história na primeira ação do projeto.



Fonte: O autor (2024).

A priori, antes das atividades, os textos que foram utilizados nessas ações foram minuciosamente escolhidos e apresentados da maneira mais lúdica possível.

Além dos textos, também há a utilização de outros recursos que são adaptados para uma melhor experiência e concentração dos idosos.

Resultados e Discussão

Os resultados que serão apresentados são fielmente influenciados pelas ações que ocorreram ao longo do projeto.

Inicialmente, antes de irmos para o exercício das atividades na Instituição de Longa Permanência do Idoso (ILPI) foi pensado, juntamente com os voluntários, quais os objetivos que teríamos que tentar alcançar ao longo das atividades, sendo alguns desses objetivos: alegrar os idosos por meio da leitura, melhorar a interação dos idosos através das atividades lúdicas e motivação para encontros futuros.

A partir da terceira atividade, após o final da ação ocorreu uma reunião para avaliação do que foi percebido pelos voluntários no momento das atividades. Daí foi notado que um dos objetivos da ação, que é alegrar os idosos por meio da leitura, foi alcançado em cinquenta por cento; ao decorrer da leitura de duas fábulas apresentadas, os idosos pareciam estar aproveitando ou tentando aproveitar, de acordo com sua limitação física. Sinais como: tentar bater palma, fazer gestos com as mãos e risadas foram interpretados como uma checagem deste objetivo, o de alegrá-los.

No momento de exercício da quinta ação: jogos lúdicos de localização, foi verificado pelos voluntários um outro objetivo já pré-estabelecido, o de interação dos idosos com as atividades. Presenciou-se um determinado entusiasmo na etapa de conceituação das atividades, pois eles tentaram interagir com os voluntários, fazendo perguntas sobre o que estava acontecendo, mesmo que ainda numa quantidade abaixo da esperada, mas ainda assim, foi perceptível esse fenômeno.

A trajetória das ações enriqueceu os olhares dos voluntários para melhor perceber os objetivos dessas ações, que vão desde gestos que muitas vezes não são visíveis a agradecimentos, e houve um cuidado no momento de considerá-los resultados claramente alcançados. Nas últimas ações, deu-se um ápice de valorização das atividades quando, após a finalização das ações com os idosos, na reunião com o grupo foi alimentada uma motivação para dar continuidade às

atividades com os idosos, cada vez mais entusiasmados. Claro que a motivação para a criação de novas roupagens de apresentação, de novas dinâmicas é fruto da motivação vinda dos próprios idosos para com os voluntários, em que em algumas despedidas foram notados comentários como: *gosto muito da visita de vocês, alegram nossa tarde, porque muitos não querem estar com a gente*. Percebeu-se que este foi um dos objetivos que mais foi alcançado ao longo das ações, em oitenta e cinco por cento, além de outros objetivos, que mesmo não estabelecidos antes, se mostraram importantes no julgamento dos outros resultados, como os agradecimentos dos idosos ao fim de cada ação.

Tabela 1 - Resultado dos objetivos das ações.

Ações	Objetivos Pré-Estabelecidos	Resultado Percebido	Porcentagem
2ª a 3ª Ação	1. Alegrar idosos por meio da leitura	1. Alegrar idosos por meio da leitura	75% dos idosos participantes
4ª a 6ª Ação	2. Melhorar a interação dos idosos através das atividades lúdicas	2. Melhorar a interação dos idosos através das atividades lúdicas	65% dos idosos participantes
6ª a 8ª Ação	3. Motivação para encontros futuros	1. Alegrar idosos por meio da leitura 2. Melhorar a interação dos idosos através das atividades lúdicas 3. Motivação para encontros futuros	85%% dos idosos participantes

Fonte: O autor (2024)

Diante dos resultados, observa-se que a cada ação os idosos participavam mais no momento da contação da história, além disso, a crescente participação deles foi notória nas ações, pois cada momento surgia uma lembrança ou um evento importante em suas vidas, que valia a pena compartilhar com os demais, principalmente com os voluntários, pois mostravam interesse em ouvi-los.

É importante que se discutam mais iniciativas como esta, por meio dos órgãos governamentais, que, em tese, deveriam dar assistência a esses sujeitos,

outroza esquecidos, e a projetos como este, que mostram sua eficácia na valorização à população de terceira idade.

Em Considerações Finais, durante o processo de aplicação foi possível perceber que a desenvoltura cognitiva e emocional começou a aflorar comparado a primeiríssima ação com os idosos. Assim, como tivemos um retorno bastante proveitoso, vindo diretamente desses sujeitos, os quais nos agradeceram por estarmos fazendo este trabalho na Instituição (ILPI) e a cada vez que eles nos viam chegando para as atividades, eles sentiam-se animados para participar, e tentavam quebrar a barreira que suas comorbidade lhes permitiam, participando de forma minimamente ativa.

Figura 2 - Sexta ação; roda de conversação com os idosos.



Fonte: O autor (2024)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Meta 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, (...) independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Considerações Finais

O projeto promoveu o bem-estar mental e social dos idosos através de atividades lúdicas e interativas, por meio da leitura. O projeto extensionista abre visão panorâmica para que possamos ver a população de terceira idade de forma mais positiva, como sujeitos ainda ativos e dispostos. Os idosos sentiram-se valorizados e abraçados pelos voluntários ao decorrer das ações. As leituras e outras dinâmicas que foram adaptadas mostraram-se adequadas às comorbidades dos idosos, assegurando-lhes entrosamento e alegria.

Palavras-chave: Terceira idade. Inclusão. Leituras.

Agradecimentos

Agradeço à UEMA pela oportunidade; à coordenadora do projeto, a Profa. Ma. Ivonete Rodrigues Lopes da Silva, aos idosos da ILPI Solar do Outono por tornarem as atividades agradáveis; às voluntárias Ana Paula Cunha Santana e Kathiane Ferreira Lima Silva que ajudaram na construção do projeto.

Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População (revisão 2018)**. Rio de Janeiro, 2018.

MICHEL, Tatiane. **A Vivência em uma Instituição de Longa Permanência: significados atribuídos pelos idosos**. Curitiba: 2010.

Neto AVL; Nunes VMA; Oliveira KSA; et al. **Estimulação em idosos institucionalizados: efeitos da prática de atividades cognitivas**. Rev Fund Care Online. 2017 jul/set; 9(3):753-759. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i3.753-759>.

ESTOU PRESTES A ME APOSENTAR, E AGORA? UMA DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PARA APOSENTADORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Hugo Leonardo Ferreira ARAUJO, Mestre em Psicologia, UFMA,
admhugolfa@gmail.com

José Rômulo Travassos da SILVA, Professor do Curso de Administração, UEMA,
romulo.travassos.silva@gmail.com

Luiza Mariana de SOUSA, Mestre em Psicologia, UFMA,
luiza.mariana@discente.ufma.br

Luís Álvaro dos Santos CORRÊA, Mestre em Administração, UFMG,
luisfapead@gmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e remover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

A inversão da pirâmide etária, os afastamentos do mundo laboral pelo acometimento da saúde física e mental dos trabalhadores e a aposentadoria compulsória por tempo de serviço têm gerado debates nas organizações sobre a elaboração de programas que visem preparar seus funcionários para o processo de rompimento do vínculo de trabalho. A cisão com o mundo produtivo e o ritmo de vida que ele impõe, numa sociedade que supervaloriza o trabalho e a produção, pode ser vivenciada até mesmo como uma perda de sentido da vida (Selig; Valore, 2010). As escolhas empreendidas pelos trabalhadores diante do processo de aposentadoria não deixam de envolver a historicidade desses sujeitos, envolvendo seus passados, presentes e futuros.

Pode-se afirmar então que, os sentidos atribuídos à aposentadoria se constroem a partir da relação que os indivíduos estabelecem com os seus trabalhos, bem como são marcados por outros fatores, como as condições socioeconômicas, de saúde, relações sociais e familiares e variáveis demográficas (Roesler, 2014; Amorim; França, 2021).

Metodologia

O objetivo deste estudo é fazer uma descrição do programa de orientação para aposentadoria UEMA, sua estrutura e organização. A metodologia utilizada apresenta um delineamento metodológico que sugere dois critérios: quanto aos fins é descritiva e quanto aos meios, tem natureza bibliográfica e documental. O meio bibliográfico consiste em levantamento de obras escritas ou matéria constituída por dados primários ou secundários visando ser utilizada pelo pesquisador ou leitor. Entram nesse rol os livros, periódicos e demais materiais de origem escrita que forneçam fontes de estudo e leitura. A natureza documental, em razão da consulta a documentos oficiais, leis, atos, atos normativos, ordens de serviço e relatórios, visa explorar as mais variadas fontes de informação e, conseqüentemente, fornecer mais dados à pesquisa (Fachin, 2017).

O levantamento das informações foi feito no período de setembro a outubro de 2024, por meio da consulta de resoluções da instituição e arquivos referentes ao programa, disponíveis no site da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UEMA, planejamento do programa e relatórios emitidos ao final de cada edição do programa.

Resultados e Discussão

A Lei N.º 8.842 de 4 de janeiro de 1994, que discute a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, em seu capítulo IV, artigo 10, inciso IV, alínea “c”, determina, a partir de suas competências, que “as instituições públicas e privadas, preparem seus trabalhadores para a aposentadoria dois anos antes do afastamento”. A implementação de programas de preparação para a aposentadoria busca maximizar os ganhos e minimizar as perdas vividas nesse processo, surgindo como um planejamento que visa um reencontro com interesses e a elaboração de projetos de vida para esse momento da trajetória profissional. Tais programas, como vêm sendo levantados a partir de algumas evidências, são promotores de bem-estar, saúde e qualidade de vida dos participantes, possibilitando então, um enfrentamento saudável do processo de aposentadoria (Oliveira; Amorim; Herdy, 2021). Seguindo essa proposta, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) instituiu o Programa

de Orientação para Aposentadoria (PROAP), cujo objetivo é preparar e sensibilizar seus servidores na busca de novas alternativas e formas de vida, após o rompimento do contrato de trabalho em virtude da aposentadoria, corroborando desta forma com as políticas públicas que envolvem a Lei Orgânica de Assistência Social, o Estatuto e a Política Nacional do Idoso (PNI).

A análise dos documentos evidenciou que a Resolução N.º 259/2018 – CAD/UEMA aprovou o projeto e a Resolução N.º 1000/2018 – CONSUN/UEMA criou o programa, detalhando a metodologia empregada. Após essas etapas, foi realizado um levantamento dos pré-aposentados junto à Pró-reitoria de Administração, entrevista com os participantes, análise das entrevistas e identificação dos temas a serem trabalhados.

O lançamento do PROAP deu-se em 2018 e logo após o início da primeira turma de cursistas, em que foram abordadas as temáticas: “Integração e Contrato de Trabalho”; “Bem-estar pessoal e social”; “Cuidados da saúde e nutrição”; “Direitos e benefícios”; “Sentidos de aposentar-se: revendo tabus e preconceitos”; “Gerenciamento de finanças” e “Relações familiares”. No ano de 2019 realizou-se a segunda turma do PROAP com a apresentação dos seguintes temas: “Reinventando-se”; “Autoconhecimento”; “Momento de integração: música e coffeebreak”; “Corpo e movimento”; “Qualidade de vida”; “Relações humanas”; “Vida afetiva”; “Hábitos alimentares saudáveis”; “Saúde mental” e “Planejamento de vida”. Já em 2020, com surgimento do vírus SARS-CoV-2, a realização do PROAP foi executada de forma remota, em parceria com o Núcleo de Tecnologias para Educação (UEMANet), com exposição sobre “Bem-estar na aposentadoria”; “Planejamento de vida”; “Saúde física na Terceira idade”; “Práticas de atividade física na Terceira idade”; “Relações sociais”; e “Momento musical”. Ainda devido às exigências de distanciamento social, o PROAP de 2021 aconteceu remotamente, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, trazendo em pauta assuntos como: “Como encarar os novos ciclos de vida”; “Ginástica para o cérebro”; “Voluntariado” e “Aposentar, envelhecer e realizar”. Com a flexibilização das normas relacionadas à pandemia, a operacionalização da turma de 2022 foi de forma presencial, onde foram trabalhados os seguintes conteúdos: “Desacelerar: de que forma mudar a relação

com o trabalho está impactando no processo de aposentadoria”; “Habilidades sociais na aposentadoria”; “Empreender na aposentadoria” e Autocuidado na aposentadoria. No ano de 2024, o enfoque foi na abordagem “Corpo e Movimento na aposentadoria”; “Previdência: Direitos e Deveres”; “Qualidade de Vida na Terceira idade”; “Felicidade e Saúde Mental/ Boas práticas para a manutenção do equilíbrio emocional”; “Finanças e Empreendedorismo”; “Hábitos Alimentares Saudáveis”; “O ser humano, quando está próximo da natureza, nunca envelhece” e “Planejamento de Vida”.

Ao todo foram 150 capacitados/preparados para enfrentar a aposentadoria de forma mais leve e feliz, entendendo que esse novo processo de vida não é oásis, muito menos deserto, mas sim um novo estilo de vida.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e remover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Considerações Finais

Ressalta-se a importância da promoção de conhecimento na área, bem como o fomento das discussões acerca da necessidade de maior atenção da sociedade quanto ao alcance do bem-estar na aposentadoria e o envelhecimento saudável, amparados principalmente por políticas públicas e práticas direcionadas para tais processos, como a exposta neste estudo. Destaca-se também que, esta etapa marca um momento importante na vida de todo trabalhador, exigindo das organizações públicas e privadas um olhar atencioso a essa demanda específica, com o intuito de prepará-los e orientá-los nesse novo momento de vida. Por fim, percebe-se que a Universidade Estadual do Maranhão incorporou o programa de orientação para a aposentadoria no seu processo de gestão.



Palavras-chave: Aposentadoria. Programa de Orientação para Aposentadoria. Universidade Estadual do Maranhão.

Agradecimentos

À Universidade Estadual do Maranhão e à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas pela execução do PROAP, bem como aos autores deste referido estudo.

Referências

AMORIM, S. M.; FRANÇA, L. H. F. P. **Preditores de bem-estar na aposentadoria.** In: Trabalho, maturidade e aposentadoria: estudos e intervenções. Orgs.: Marcos Henrique Antunes, Samantha de Toledo Martins Boehs e Aline Bogoni Costa, 1ª ed., São Paulo: Vetor, 2021.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLIVEIRA, U. F. F.; AMORIM, S. M.; HERDY, J. S. **Modelo de um programa de preparação para a aposentadoria e sua influência no bem-estar subjetivo.** In: Trabalho, maturidade e aposentadoria: estudos e intervenções. Orgs.: Marcos Henrique Antunes, Samantha de Toledo Martins Boehs e Aline Bogoni Costa, 1ª ed., São Paulo: Vetor, 2021.

Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília: DOU, **Portaria n. 1395 de 09/12/199.** Política Nacional do Idoso: Lei 8.842 de 04/01/1994 – Brasília: MPAS, SAS, 1997.

ROESLER, V. R. **Posso me aposentar de verdade. E agora? Contradições e ambiguidades vividas no processo de aposentadoria.** Curitiba: Alteridade, 2014.

SELIG, G. A.; VALORE, L.A. **Imagens da aposentadoria no discurso de pré-aposentados:** subsídios para a orientação profissional. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 13, n.1, 2010.

O ESTATUTO DO IDOSO NA ALDEIA ARYMY NA PRÁTICA - GRAJAÚ MA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA SUPERIOR

Ana Paula dos Santos Reinaldo VERDE, Curso Ciências Naturais/Biologia Campus Codó/UFMA, Grupo de Estudos Eddocencia, ana.psrv@ufma.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

O trabalho centra-se na promoção dos Direitos Humanos, com destaque para a aplicação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), no contexto da Aldeia Arymy, pertencente à etnia Guajajara. O foco é garantir a conscientização sobre os direitos dos idosos e os deveres da família, sociedade e poder público em assegurar esses direitos, abordando também os crimes e punições relacionados ao descumprimento da lei.

Assim, problematizamos: a falta de conhecimento, por parte da comunidade indígena da Aldeia Arymy sobre seus direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso, bem como outras legislações nacionais e internacionais de Direitos Humanos, evidencia a necessidade de ações que fortaleçam a cidadania e o acesso a esses direitos?

Os objetivos da pesquisa ação foram: conhecer e analisar os fundamentos e concepções da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos Internacionais, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso (2003); promover a conscientização na Aldeia Arymy sobre os direitos assegurados aos idosos, com foco na proteção social e dignidade; aplicar na prática os conceitos discutidos na disciplina História da Educação e dos Direitos Humanos, conectando teoria e prática e incentivar a comunidade a valorizar e exercer seus direitos, fortalecendo a luta por igualdade e justiça social.

Metodologia

A intervenção foi estruturada em três etapas principais e utilizou a abordagem qualitativa participativa. Inicialmente, foi realizada uma revisão documental sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003), os Pactos Internacionais, a Constituição Federal de 1988, e a Convenção N.º 169 da OIT. Esse estudo forneceu a base teórica necessária para as ações planejadas (planejamento e estudo teórico).

Realizamos uma visita preliminar à Aldeia Arymy, composta por 82 habitantes, pertencentes à etnia Guajajara, localizada na Terra Indígena Bacurizinho, Grajaú-MA. Durante essa etapa, foi feito um mapeamento demográfico e socioeconômico da comunidade, observando características como faixa etária, ocupação e organização social (visita de campo e coleta de dados) e a pesquisa ação principal ocorreu em 24 de fevereiro de 2018, com diálogos interativos e oficinas educativas.

Os instrumentos utilizados incluíram apresentações expositivas e rodas de conversa com lideranças indígenas e membros da comunidade. Questões relacionadas aos direitos dos idosos, as garantias previstas no Estatuto do Idoso e os deveres da sociedade foram exploradas de forma acessível.

Os dados coletados durante a interação foram registrados por meio de anotações e serviram para análise qualitativa, observando a percepção e o engajamento da comunidade em relação aos temas abordados.

Resultados e discussão

O projeto de intervenção na Aldeia Arymy trouxe resultados relevantes, apesar dos desafios enfrentados no acesso à comunidade indígena. O contato direto permitiu o conhecimento da cultura local, suas práticas econômicas e os obstáculos diários que a população enfrenta, como a falta de acesso adequado à saúde, educação e informação sobre seus direitos.

Durante a intervenção, identificou-se que muitos dos indígenas, especialmente os jovens, desconheciam as leis que os amparam, como o Estatuto do Idoso e outras legislações específicas, como a Lei N.º 6.001/73 (Estatuto do Índio)

e a Convenção N.º 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. A partir de diálogos e oficinas, foram esclarecidos direitos relacionados ao transporte gratuito, aposentadoria, acesso a serviços bancários e comerciais, e outros benefícios garantidos pela legislação brasileira. Esse conhecimento, aliado ao estímulo ao debate, contribuiu para a conscientização e empoderamento da comunidade.

Os resultados refletem a importância de colocar em prática os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, especialmente em comunidades marginalizadas. A atuação foi respaldada pelos princípios do Parfor (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), promovendo ensino, pesquisa e extensão de forma integrada. A conexão entre teoria e prática proporcionou aos participantes acadêmicos e à comunidade indígena um aprendizado mútuo.

A relevância da pesquisa tem relação com a intervenção que reforça a importância de ações educativas no fortalecimento da cidadania, conforme apontado por Freire (1996), ao destacar a educação como ferramenta essencial para a emancipação social. Além disso, a valorização da história e da cultura local dialoga com a proposta de Currículo Integrado defendida por Sacristán (2000), que associa diversidade cultural e reflexões críticas no processo de ensino-aprendizagem.

O contato com lideranças indígenas também foi um ponto positivo, ampliando a discussão sobre a luta pelos direitos indígenas e o papel da educação na preservação das culturas tradicionais, alinhando-se aos objetivos da Convenção N.º 169 da OIT, que reconhece os direitos e a participação ativa dos povos indígenas.

Uma das principais limitações foi o tempo reduzido para aprofundar a interação e ampliar o alcance da intervenção para toda a comunidade. Além disso, a carência de recursos materiais e logísticos dificultou a realização de atividades mais abrangentes. Para futuras ações, sugere-se um planejamento mais extenso, que inclua oficinas contínuas e a produção de materiais didáticos adaptados às especificidades culturais da comunidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar: Meta 3.8: atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde

essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. A ação promoveu reflexões sobre direitos à saúde para os idosos, incentivando a comunidade a buscar melhorias nos serviços de saúde.

ODS 4 - Educação de Qualidade: Meta 4.7: até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. A intervenção incluiu educação e conscientização sobre os direitos humanos e culturais, promovendo uma aprendizagem transformadora.

Considerações Finais

A intervenção alcançou os objetivos propostos, promovendo conhecimento, reflexão e empoderamento na Aldeia Arymy. A interação não apenas ampliou a compreensão da comunidade sobre seus direitos, mas também fortaleceu os vínculos entre a universidade e as realidades indígenas. Apesar das limitações, a experiência reforça a importância de projetos que conectem teoria e prática, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes, alinhados com os valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Parfor. Comunidade Indígenas. Estatuto do Idoso.

Agradecimentos

Agradecer aos discentes e coordenação do Parfor/Grajaú e da comunidade da Aldeia Arymy, pertencente à etnia Guajajara, ao Grupo de Estudos Eddocencia e ao Curso Ciências Naturais/Biologia Campus Codó/UFMA.



Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 8 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 8 dez. 2024.



PROCESSOS DE INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO BAIRRO DA LIBERDADE: IMPACTOS DA EXISTÊNCIA DE GALERIAS OU VALAS A CÉU ABERTO

Roberta Silva dos REIS, Coordenação de Convênios/PROPLAD/UEMA),
robertareis@proplad.uema.br
Ketely Paixão CUTRIM, Curso de Ciências Sociais da UEMA),
ketelycutrim@proplad.uema.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Introdução

Este resumo visa contribuir para o desenvolvimento de soluções para as problemáticas enfrentadas diariamente pelos moradores do bairro da Liberdade, especialmente no que tange à precarização das políticas públicas de infraestrutura. O foco é a existência de galerias ou valas a céu aberto, que funcionam como esgotos, expondo os residentes, especialmente os que vivem nas proximidades, a riscos de saúde e degradação ambiental por mais de duas décadas.

O esgoto doméstico de diversas residências do bairro é lançado diretamente nas galerias, poluindo o Rio Anil e agravando a degradação dos recursos hídricos. Inserido no contexto de um território reconhecido como "Quilombo Urbano", o bairro da Liberdade, com aproximadamente 160 mil habitantes, foi o primeiro quilombo urbano oficializado no Maranhão, em 23 de novembro de 2018. Este projeto busca compreender os impactos da falta ou insuficiência de infraestrutura no bairro, além de apresentar propostas para o aprimoramento e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades dos moradores.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa combina levantamento bibliográfico, documental e trabalho de campo. Inicialmente, realizou-se um levantamento de fontes bibliográficas e documentais, fundamentado nas obras de Cavalcanti (2022)

e Assunção (2017). Cavalcanti propõe uma “antropologia das infraestruturas”, oferecendo uma perspectiva temporal e relacional dos processos de infraestrutura no bairro quilombola da Liberdade, com foco nas galerias ou valas a céu aberto. Valéria Assunção contribui com uma análise de Cartografia Social, trazendo a noção de “quilombo urbano” como elemento central.

Na etapa seguinte, foi conduzido o trabalho de campo com a aplicação do método etnográfico, utilizando observação direta e entrevistas abertas com moradores residentes próximos às galerias ou valas. O “método de caso detalhado”, variação da metodologia de campo empregada por antropólogos da Escola de Manchester, nas décadas de 1950 e 1960 (Turner, 2005; Velsen, 1987), foi utilizado para aprofundar a análise empírica. Este método permitiu uma compreensão mais robusta das dinâmicas locais, oferecendo um panorama detalhado sobre os impactos da falta de infraestrutura no bairro da Liberdade.

Resultados e Discussão

A pesquisa contribui para expandir o campo acadêmico ao abordar uma realidade pouco explorada: a precariedade das galerias ou valas a céu aberto no bairro da Liberdade. Os moradores, incluindo alunos do corpo acadêmico, enfrentam diariamente os impactos dessa infraestrutura deficiente. O estudo busca não apenas compreender as condições atuais, mas também sugerir soluções que possam atenuar ou eliminar essas situações, além de fomentar debates sobre a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da região e assegurem os direitos da comunidade.

Historicamente, o bairro da Liberdade está intimamente ligado à instalação do Matadouro Modelo, em 1918, uma edificação que desempenhou um papel importante na organização espacial da área. O matadouro, localizado às margens do Rio Anil, atraiu a população para seus arredores, formando o que hoje conhecemos como bairro da Liberdade. Esse processo histórico, como apontado por Sousa (2006, p. 35 *apud* Assunção), revela as raízes da ocupação territorial, mas

também destaca a falta de planejamento urbano, o que se reflete na atual crise de infraestrutura enfrentada pela comunidade.

O bairro da Liberdade é, atualmente, um território quilombola urbano reconhecido, e essa identidade é crucial para entender as lutas e reivindicações da população. A concepção de "quilombo", conforme discutido por Valéria Assunção (2017, p. 22), ultrapassa o sentido tradicional de refúgio de escravos, representando uma forma contemporânea de resistência e afirmação política, identitária e étnica. No contexto urbano, o Quilombo Liberdade é um espaço de luta por direitos, onde os moradores utilizam o termo "quilombo" para expressar seu sentimento de pertencimento e sua busca por reconhecimento e políticas públicas, que atendam às suas necessidades específicas.

No entanto, a atuação do Estado no bairro tem sido marcada pela ineficiência e falta de continuidade em projetos de infraestrutura. Um exemplo disso é o Projeto PAC-Rio Anil, que, embora tenha sido previsto como uma solução para melhorar a infraestrutura da região, não trouxe mudanças significativas para a comunidade. As reivindicações dos moradores, especialmente relacionadas ao fechamento e tratamento das galerias, vêm sendo ignoradas há mais de 20 anos. Isso reflete a fragilidade do papel do Estado em garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, como o saneamento básico, conforme estabelecido no Art. 6º da Constituição Federal de 1988.

A negligência no tratamento das galerias ou valas a céu aberto, no bairro da Liberdade, tem gerado impactos profundos na qualidade de vida dos moradores. A ausência de tratamento adequado dos esgotos, resulta na proliferação de sinantrópicos, que invadem as residências e trazem sérios riscos à saúde pública. Como aponta Teixeira (2018, p. 852), a falta de tratamento de esgoto é um dos principais fatores de degradação dos recursos hídricos, e a situação no bairro da Liberdade é um exemplo claro dessa realidade. Sem políticas públicas de saneamento básico adequadas, a comunidade fica exposta a um ambiente insalubre, que compromete não apenas a saúde dos moradores, mas também o desenvolvimento socioeconômico da região.

Durante o trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com moradores do bairro, que reforçaram a gravidade da situação. Marluce Cantanhede, moradora da Liberdade há 33 anos, destacou as promessas de recuperação das galerias que nunca foram cumpridas, ressaltando os impactos negativos no cotidiano da comunidade. Além disso, conversas com o vereador César Bombeiro revelaram a existência de um projeto de fechamento das galerias, com verbas destinadas pela Prefeitura de São Luís em 2019. No entanto, esse projeto não foi implementado, refletindo a negligência das autoridades e a contínua precariedade enfrentada pela população.

A análise dos resultados aponta para a necessidade urgente de uma intervenção mais ativa do Estado na implementação de políticas públicas de saneamento e infraestrutura. A pesquisa revela que a precariedade das galerias a céu aberto é um problema histórico e persistente, que afeta diretamente a saúde e a qualidade de vida dos moradores. Embora o estudo tenha enfrentado limitações, como a dificuldade de acesso a documentos governamentais e a resistência de alguns atores políticos em discutir a questão, ele oferece uma contribuição significativa para o debate sobre infraestrutura urbana em comunidades quilombolas. Além disso, abre caminho para futuras intervenções e políticas inclusivas, que levem em consideração as particularidades desse território e promovam o bem-estar de seus habitantes.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A pesquisa sobre os impactos das galerias ou valas a céu aberto no bairro quilombola da Liberdade está diretamente ligada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3.

O ODS 3 visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, se articula com a pesquisa ao destacar como a falta de saneamento básico adequado compromete a saúde dos moradores, expondo-os a doenças e condições insalubres. Melhorar a infraestrutura de saneamento no bairro é essencial para garantir o direito à saúde, conforme as metas que tratam de combater doenças e

reduzir a contaminação ambiental, salienta-se a urgência do fechamento dessas galerias ou valas a céu aberto, a fim do cumprimento imprescindível das metas de resultados do ODS 3, no bairro da Liberdade, desse modo reduzindo qualquer mortalidade advinda de doenças não transmissíveis, e assim assegurando a saúde dessa comunidade, ademais destaca-se a necessidade da intervenção política para o alcance da cobertura universal de saúde.

Considerações Finais

A elaboração deste projeto permitiu alcançar os objetivos propostos, ao trazer à tona uma problemática histórica e negligenciada: a precariedade das galerias a céu aberto no bairro da Liberdade. O estudo preenche uma lacuna acadêmica sobre o tema e contribui para a luta da comunidade quilombola por políticas públicas que garantam o direito à saúde e ao saneamento básico. A discussão revelou que a invisibilidade e os estigmas associados à comunidade periférica dificultam a implementação de soluções. Recomenda-se a continuidade de ações e pesquisas que ampliem o debate e promovam intervenções concretas, como a construção e recuperação de galerias no bairro, para assegurar um ambiente saudável e digno aos seus moradores.

Palavras-chave: Bairro da Liberdade. Quilombo Urbano. Galerias.

Agradecimentos

Agradecemos à comunidade do bairro da Liberdade por compartilhar suas experiências e colaborar com este estudo. Expresso também gratidão aos professores da Universidade Estadual do Maranhão e ao Setor de Convênios, pelo apoio e orientação, fundamentais para a realização deste projeto.



Referências

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. **"Quilombo urbano", Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão**. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

CAVALCANTI, Mariana; CAMPOS, Marcos Vinicius. **A fantástica obra da paz: o telegrafo do Alemão e a produção da infraestrutura urbana no Rio de Janeiro**. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 65, p. 1-32, 2022.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Resgate da cultura afro-brasileira. v. 1. Rio de Janeiro: SEAFRO/Governo do Estado, 1994.

DA SILVA, Mariana Queen Cardoso; GUEDES, Kláutenes Dellene Cutrim. **O processo de segregação e invisibilidade do bairro Liberdade enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro em São Luís – MA**. In: Textos Completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio, Porto: Editora Cravo, 2020.

TEIXEIRA, Maria Dilma Sousa; BENTO, Isla Adriana Barbosa; DE CARVALHO, Layane Santos; CARVALHO, Marta Cristina Silva. **Impactos socioambientais provenientes do esgotamento sanitário a céu aberto**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 2018.



UM OLHAR SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO: DESAFIOS PARA A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Gisele Berg de Sousa FREITAS, discente UEMA, Curso de Direito - Bacharelado/Departamento de Direito, Economia e Contabilidade. Universidade Estadual do Maranhão. giseleberg8@gmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu Art. 196º, o direito à saúde a todos e o acesso universal e igualitário a esse direito fundamental. Entretanto, nota-se a deturpação de tal prerrogativa no que tange o sistema prisional, em especial às unidades penitenciárias femininas. Embora existam dispositivos legais específicos que garantam o direito à saúde das pessoas privadas de liberdade, como a Lei de Execução Penal, a realidade dos presídios femininos brasileiros contrapõe o que está previsto no papel, haja vista os desafios existentes, como a carência de estrutura e meios adequados para que as apenadas tenham pleno acesso à saúde. Nesse contexto, além do sistema carcerário ser um ambiente hostil e de caráter punitivo, também é um ambiente de constantes violações à dignidade humana, que priva as detentas de direitos básicos. Diante disso, o presente trabalho busca apresentar a realidade e os desafios referentes à promoção da saúde e bem-estar das mulheres em situação de cárcere. A pesquisa tem como objetivo analisar os principais fatores estruturais e institucionais que prejudicam o acesso à saúde das apenadas, além de verificar a eficácia das políticas públicas existentes.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com base em levantamento bibliográfico e revisão literária, integrando também a análise dos dispositivos legais existentes. Foram adotados o método dedutivo e abordagem exploratória. A coleta de dados foi realizada nas seguintes bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Para a seleção do material bibliográfico foram realizadas combinações com o operador booleano: “mulheres privadas de liberdade” AND “saúde feminina” AND “sistema prisional”. Os critérios utilizados para a seleção dos artigos foram: produções unicamente no idioma português, publicadas nas bases mencionadas no período entre 2019 e 2024. A partir da triagem dos trabalhos, foi realizada leitura crítica, e, assim, os dados fundamentais referentes aos desafios para a garantia do direito à saúde das mulheres privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro foram delineados. Ademais, foram identificados parâmetros que caracterizam o encarceramento feminino no Brasil e que revelam a seletividade racial e socioeconômica do sistema penitenciário.

Resultados e Discussão:

De acordo com o Art. 1º da Lei de Execução Penal, “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. No entanto, observa-se a disparidade entre a legislação e a realidade defasada do sistema penitenciário brasileiro ao analisar os entraves que permeiam os estabelecimentos prisionais, especialmente as unidades femininas, tais como a carência de infraestrutura, o déficit de profissionais da saúde, a falta de medicamentos e o ambiente insalubre.

O direito à saúde das mulheres privadas de liberdade está previsto em diversos dispositivos legais: Constituição Federal de 1988, Lei de Execução Penal, de 1984; nas Leis Orgânicas N.º 8.080 e N.º 8.142, de 1990, que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS); Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário

(PNSSP), de 2003; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), de 2014. Diante disso, ressalta-se que não há ausência de parâmetros normativos ou políticas públicas destinadas à defesa e à promoção da saúde das mulheres encarceradas. Há falta de eficácia. Tal problemática decorre em razão de vários fatores estruturais e institucionais.

Conforme o Relatório de Informações Penais (RELIPEN), do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, referente ao primeiro semestre de 2024, a população feminina privada de liberdade brasileira é de aproximadamente 50 mil mulheres - somados os números em celas físicas e em prisão domiciliar. De acordo com o relatório, o perfil majoritário da mulher apenada brasileira é: jovem, negra ou parda, solteira, com no mínimo um filho, com baixa escolaridade e proveniente de camadas sociais desfavorecidas economicamente. Tendo a maioria cometido crimes de furto e tráfico de drogas.

Embora a população carcerária feminina tenha crescido de forma alarmante, apenas 7% dos presídios brasileiros são destinados a esse público, e 16% são mistos. Ademais, a grande parte das unidades prisionais femininas não possui infraestrutura adequada para atender as necessidades das mulheres privadas de liberdade, como a escassez de dormitórios específicos para gestantes e berçários. Além da superlotação de celas, o ambiente sem higiene e a precarização de serviços médicos especializados - ginecologista, obstetra e mastologista. Tais aspectos estruturais demonstram que o sistema penitenciário não foi pensado para receber o sexo feminino, mas adaptado.

Outrossim, evidenciam-se os entraves que cercam a maternidade no sistema prisional. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), teoricamente, o ideal seria a gestante realizar, no mínimo, seis consultas de pré-natal, todavia, as detentas grávidas realizam somente uma e de forma tardia. Por não possuírem o acompanhamento adequado, atrelado a outras problemáticas que cercam a prisão, como a má alimentação, as mulheres, que já se encontram em um estado de vulnerabilidade, e os fetos tornam-se suscetíveis a possíveis complicações

gestacionais, a exemplo da diabetes na gravidez, pré-eclâmpsia, ou até mesmo doenças transmissíveis, como sífilis.

De acordo com dados do SISDEPEN (2024), existem apenas sessenta e três dormitórios específicos para gestantes, o que representa menos de 20% do sistema penitenciário feminino. Além de que, dos trezentos e dezesseis presídios femininos ou mistos, há somente cinquenta e dois berçários e cinco creches. Não obstante, essas escassas unidades sequer possuem equipe própria para atendimento. Consoante o relatório supracitado, em nível nacional, há disponível meramente um pediatra, um cuidador, dois ginecologistas e seis nutricionistas. Em razão dessa defasagem, os atendimentos precisam ser realizados externamente, o que revela a forma degradante como as mulheres privadas de liberdade são invisibilizadas e negligenciadas.

Importante ressaltar que tais fatores não afetam exclusivamente as gestantes e lactantes presas, mas também os seus filhos. É notório que a prisão não possui a menor estrutura para receber bebês e crianças, e não é um ambiente adequado para o desenvolvimento infantil. Embora a Constituição Federal, em seu inciso L, do Art. 5º, assegure condições às presidiárias para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de amamentação, a realidade apresentada destoa da previsão constitucional. Posto isso, as apenadas são obrigadas a se separarem precocemente dos filhos, o que pode acarretar consequências emocionais e psicológicas às mães, e afetar o desenvolvimento dos bebês, visto que são privados da presença e alento materno, sendo encaminhados a serem cuidados por parentes, ou, quando isso não é possível, para abrigos.

Além disso, vale destacar a negligência quanto à saúde mental das detentas. Observa-se que as mulheres recebem uma dupla punição: a pena pelo delito e a pena social. Majoritariamente, as mulheres privadas de liberdade são abandonadas por seus parceiros e familiares, recebendo menos visitas, se comparado aos homens na mesma situação de cárcere. O contexto prisional possui naturalmente uma carga de sofrimento humano; os efeitos disso somados à dependência química, à

interrupção dos laços familiares e afetivos, além das péssimas condições de encarceramento, tendem a resultar em depressão, estresse, ansiedade e insônia.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” visa a promoção de saúde e bem-estar a todos os indivíduos, além de ações preventivas. Nesse sentido, incluem-se as mulheres privadas de liberdade, que embora estejam em situação de cárcere, não são destituídas de direitos básicos, como a saúde. Todavia, a realidade dos estabelecimentos prisionais não condiz com as prerrogativas constitucionais.

O ODS 3 estipula combater a mortalidade materna e neonatal, promover saúde mental, bem-estar e o acesso universal aos serviços de saúde sexual, além de aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento. Tais metas correspondem às problemáticas do sistema prisional feminino brasileiro, e são necessárias para que os direitos da população feminina encarcerada sejam garantidos plenamente.

Considerações finais

Portanto, nota-se que o sistema prisional feminino é permeado por desafios que dificultam a garantia do direito à saúde das mulheres privadas de liberdade. Apesar de haver dispositivos legais que assegurem os direitos básicos dessa população, os preceitos legais não são aplicados na realidade. As mulheres em situação de cárcere são invisibilizadas e negligenciadas, tratadas como se não fossem mais cidadãs.

Dentre os problemas discutidos, destacam-se a carência de profissionais, a falta de medicamentos e as condições insalubres do ambiente.

Diante do exposto, urge investimento do Poder Público para que as políticas públicas existentes sejam aplicadas de forma eficaz. Não é suficiente que tais políticas existam apenas no papel; é fulcral que sejam implementadas com estrutura adequada, profissionais capacitados e recursos suficientes para atender às demandas específicas da população feminina encarcerada.

Além disso, é necessário que haja fiscalização recorrente, com o fito de garantir que os recursos públicos sejam efetivamente direcionados para a promoção da saúde e do bem-estar das detentas. Isso suscita a carência de auditorias regulares, transparência na gestão orçamentária e na atuação de órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública, que devem resguardar os direitos garantidos por lei.

A ausência de investimentos e de mecanismos eficientes de controle perpetua um cenário de displicência e descaso, agravando as condições de saúde dessas mulheres e ferindo princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana. Por conseguinte, é imprescindível que o Estado não só assegure o acesso à saúde no sistema prisional, como também garanta que esse direito seja exercido com qualidade e conforme as especificidades femininas.

Palavras-chave: Mulheres. Prisão. Saúde.

Agradecimentos

Agradeço ao Criador e dono da minha vida, pois d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas. Sou grata pela minha família e pelas minhas amigas, que me apoiam e incentivam. Por fim, agradeço ao professor Marco Cruz por ter divulgado e incentivado esse trabalho.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 11 nov. 2024.

DE BRITO BRAGA, Gabriele et al. **Condição de saúde das mulheres no sistema carcerário brasileiro:** uma revisão de literatura. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, v. 20, n. 1, 2021.

DE OLIVEIRA LEDO, Ana Clara Gomes; TENÓRIO, Andrea Kedma Diniz Cavalcanti. **Desafios Da Saúde Feminina Frente Ao Sistema Carcerário.** 2024.

SCHULTZ, Águida Luana Veriato; DIAS, Míriam Thais Guitierrez; DOTTA, Renata Maria. **Mulheres privadas de liberdade no sistema prisional:** interface entre saúde mental, serviços sociais e vulnerabilidade. *Textos & Contextos*, v. 19, n. 2, 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. SISDEPEN. **Relatório de informações penais – RELIPEN.** Brasília, SENAPPEN, 1º semestre de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2024.pdf>. Acesso em 9 de outubro de 2024.



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



**ODS 4 – Assegurar a educação
inclusiva e equitativa de
qualidade, e promover
oportunidades de aprendizagem
ao longo da vida para todos**



A HISTÓRIA PELOS SEUS SUJEITOS. O CENTRO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ROSELI NUNES (ASSENTAMENTO CIGRA, LAGOA GRANDE DO MARANHÃO)

Laryssa Viana SILVA, Curso de Ciências Sociais, Bolsista PIBEX/UEMA, laryvvianas@gmail.com
Isaac GIRIBET BERNAT, Curso de História, Professor, neri54@yahoo.es

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Introdução

A Educação do Campo (EdC), utilizada como ferramenta para a emancipação e transformação social, tem sido uma das principais causas defendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua gênese. O Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, no Assentamento CIGRA, localizado em Lagoa Grande do Maranhão, exemplifica essa luta, integrando a educação nas particularidades da Reforma Agrária. A instituição utiliza da Pedagogia de Alternância, método adotado, entre outros, pelo Movimento dos Sem Terra, que divide o tempo dos educandos entre o aprendizado teórico, designado como “tempo escola”, e a aplicação desses aprendizados em suas respectivas comunidades rurais, denominados de “tempo comunidade”.

Este método de ensino promove uma educação emancipatória e crítica, permitindo que os estudantes desenvolvam sua própria visão de mundo e que explorem as alternativas, para o meio rural em que vivem. O projeto está sendo desenvolvido junto com a escola Roseli Nunes, com o objetivo de constituir e documentar suas particularidades no processo de criação e consolidação.

Metodologia

O projeto utiliza como base, em sua metodologia, o extensionismo rural e a pesquisa participante (Brandão, 1990), além de literatura que aborda

características próprias da Reforma Agrária no contexto do MST (Fernandes; Stedile, 1999). O objetivo central do estudo está pautado na construção da história do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, situado no Assentamento CIGRA, no município de Lagoa Grande do Maranhão. A proposta inclui atividades de campo para a realização de entrevistas, coleta de material gráfico e análise de documentação técnica.

O público-alvo para a realização das entrevistas semi-estruturadas engloba os sujeitos chaves da comunidade educativa, como dirigentes do Setor de Educação do MST e antigos educandos do Centro, que hoje, atuam como educadores. O trabalho, ainda em andamento, já realizou cinco entrevistas com pessoas diretamente ligadas à fundação da Escola, como Maria Leomar (fundadora, educadora e diretora) e Francisco Rodrigues (educador). Através desses depoimentos está sendo possível construir o árduo processo de criação e consolidação da Roseli Nunes.

As atividades de campo também incluíram a coleta e análise de documentos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fundamentais para documentar a fundação do Assentamento CIGRA, assim como seus limites e perspectivas no campo educacional.

Os trabalhos no Centro, em regime de estágio de vivência ocorrem com participação ativa da comunidade escolar, permitindo uma visão aprofundada dos desafios e conquistas da instituição escolar.

Resultados e Discussão

Entre os dias 22 e 28 de julho de 2024, foi realizado o trabalho de campo no Centro de Educação do Campo Roseli Nunes. As atividades incluíram entrevistas com educadores e outros sujeitos envolvidos com o surgimento e consolidação da escola. Uma dessas entrevistas foi com o Francisco Rodrigues Corrêa de Messias, educador das disciplinas de Física e Matemática, que no seu depoimento destacou as mudanças dos perfis dos alunos e no corpo docente ao longo dos anos.

(...) Com relação à responsabilidade... a gente não teve isso... desses alunos mais atuais. Eu não sei... pode ser uma série de questões... talvez seja familiar... não sei, né?! Mas com relação a turmas anteriores a gente via que eles eram mais responsáveis, ou seja, se auto-organizavam melhor do que os que estão hoje. Os de antes, com mais facilidade pegavam o ritmo. Esses não, demoram um pouquinho mais, para ir criando essa relação de confiança. (Messias, 2024).

Em relação à consolidação do quadro de educadores, ele destaca a diferença entre a permanência e o compromisso com a Educação de Campo dos professores atuais em detrimento dos antigos, que muitas vezes abandonavam seus cargos sem motivo aparente. Hoje, o quadro profissional está consolidado, com o corpo de educadores participando ativamente, tanto das atividades teóricas como práticas. Francisco de Messias, assim como outros agentes históricos da instituição, através do seu relato, contribuiu, mediante a história oral, para a (re)construção do processo histórico da escola.

Dentre as atividades de campo destacamos uma entrevista e uma reunião com Maria Leomar Pereira de Souza, idealizadora e principal referência da escola, para catalogar arquivos fotográficos pessoais, que mostram a origem e percurso do Centro. Ainda foi planejada uma nova entrevista para esclarecer elementos apontados no diálogo com ela, porém, devido a um imprevisto, esta segunda entrevista precisou ser adiada.

Entre os diversos aspectos que foram apontados na entrevista, destacam-se os enormes desafios à implementação de uma educação de qualidade para o Assentamento CIGRA e comunidades vizinhas. Leomar informa que um pequeno grupo de pessoas começou a lutar pela educação local, com o intuito de garantir o acesso ao ensino básico e médio, apesar das dificuldades em infraestrutura e transporte. Nesse contexto, em 2006, começou a ser implementado, no Assentamento CIGRA, o programa federal "Saberes da Terra", voltado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que oferecia cursos técnicos. Leomar indica este momento como o pontapé para a luta mais enfática da comunidade por educação, ressaltando que, até então, o ensino médio parecia inalcançável.

Leomar manifesta também os diversos percalços e desafios que ela e os outros educadores tiveram que enfrentar nesses primeiros momentos, a ponto de precisar tirar recursos do próprio bolso para alimentar os educandos. Outro grande desafio enfrentado nos primeiros anos foi a falta de recursos públicos do município, resultando em aulas ministradas em espaços improvisados, cedidos pela comunidade. Em 2007, começou a primeira construção física da escola, que hoje viria ser conhecida como Centro de Educação do Campo Roseli Nunes.

Figura 1 - Primeiro “prédio” da escola, feito de barro, 2007.



Fonte: Arquivo cedido pela Escola, 2024.

Leomar explica que a escola foi nomeada em homenagem a Roseli Nunes, importante militante Sem Terra falecida numa marcha, logo após a criação do MST, para destacar o papel da mulher no Movimento. Roseli foi a primeira mulher a dar à luz em um acampamento do MST e teve atuação marcante pela Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Na sua origem, o Centro também estava inspirado na recém-inaugurada Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Em um cenário de quase duas décadas de resiliência, a diretora do Centro enfatiza a gritante falta de apoio do Estado, nas áreas de alojamentos e recursos pedagógicos. Mesmo assim, a escola continua promovendo uma educação coletiva

à procura da superação do modelo capitalista, através da metodologia da Educação do Campo por Alternância.

Figura 2 - Imagem atual do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes.



Fonte: Silva, 2024.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, através da metodologia de Pedagogia por Alternância, assegura como objetivo central a integração da comunidade do Assentamento CIGRA, englobando uma educação inclusiva, igualitária e digna, que busca reduzir as desigualdades econômicas, sociais e educacionais ao adaptar o ensino à realidade camponesa. Promovendo o desenvolvimento social e pessoal dos educandos, a instituição disponibiliza oportunidades de aprendizado contínuo, garantindo que o conhecimento prático e teórico auxilie na emancipação social dos educandos.

Considerações Finais

Este trabalho, ainda em desenvolvimento, já permite destacar a importância e os desafios da Educação do Campo na escola Roseli Nunes. Por meio de documentos, entrevistas e trabalho de campo, observa-se que essa educação é fundamental para a emancipação social do trabalhador rural, pois promove um senso

crítico, que pode possibilitar a superação do modelo capitalista que o oprime. Através da pesquisa participante, o projeto tem estreitado a relação com educadores, educandos e agentes envolvidos na criação do Assentamento CIGRA e do Centro de Educação de Campo Roseli Nunes. A construção histórica da "escola da CIGRA", representa uma via de mão dupla de aprendizagem, tanto para os que estão dentro do projeto, como para aqueles que ajudam na construção dele.

Palavras-chave: Educação do Campo. MST. História Oral.

Agradecimentos

Nossa gratidão a todos aqueles que contribuíram com este estudo, sobretudo a UEMA e o Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, assim como a nossas colegas extensionistas que nos acompanharam em boa parte dos percursos a campo.

Fontes Orais

Maria Leomar Pereira de Souza. Entrevistador: Isaac Giribet Bernat. Assentamento CIGRA/Lagoa Grande do Maranhão, 2023.

Francisco Rodrigues Corrêa de Messias. Entrevistadores: Isaac Giribet Bernat, Laryssa Viana Silva. Assentamento CIGRA/Lagoa Grande do Maranhão, 24 jul. 2024.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Pesquisa Participante**. 8.ed. São Paulo:Brasiliense,1990, p.09-62.

MANÇANO, Bernardo Fernandes; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: Trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil**. 1. ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

SILVA, José Jonas Borges da. **A migração na Reforma Agrária no Maranhão: Caso do Assentamento CIGRA - Lagoa Grande do Maranhão**. 2011. p. 59-72. Monografia (Graduação em Geografia) – Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

AULÃO REVISÃO DE HISTÓRIA: PROMOVENDO A INCLUSÃO DE ALUNOS DE BAIXA RENDA NO PAES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO.

Lauisa Kelly Nogueira Sousa BARROS, Bibliotecária do Curso de História da UEMA, Especialista em Gestão Pública, Bolsista FAPEAD/UEMA, lauisa.barros@uema.br
Rosiene Araújo Mendes dos SANTOS, Bibliotecária do Curso de História da UEMA, Especialista em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Auditiva, Graduanda em Letras, Bolsista FAPEAD/UEMA, rosiene.santos@uema.br
Raimunda da Conceição Ferreira AIRES, Bibliotecária do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, Especialista em Gestão de Projetos, Qualificada em Cuidados Especiais para Pessoas com Deficiência, Bolsista FAPEAD/UEMA, ray.aires84@gmail.com
Katia Soares dos SANTOS, Gestora do Sistema Integrado de Bibliotecas SIB/UEMA, Mestra em Contabilidade e Administração, Especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Pública, Bolsista FAPEAD/UEMA, katiasantos@uema.br
Débora Cristina Conde REIS, Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, Estagiária da Biblioteca Setorial de História da UEMA, Bolsista DEM/PROG UEMA, dcc.reis@discente.ufma.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

O projeto de extensão Aulão Revisão de História para o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES), o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), enquadra-se no plano de atividades de extensão desenvolvidas pela Biblioteca Setorial de História (BSH) da UEMA em parceria com os alunos e ex-alunos do Curso de Licenciatura em História da UEMA. Intui atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o ODS 4 – Educação de Qualidade, que visa garantir a equidade de acesso e a permanência à educação superior de qualidade, de forma gratuita e o ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, enquadrando-se na Meta 10.3 do ODS 10, que visa garantir igualdade de oportunidades e reduzir desigualdades no acesso a serviços essenciais, como

emprego e educação. Estes ODS têm um papel crucial para transpor as barreiras enfrentadas, em relação à educação, pelos grupos vulneráveis.

O Projeto Aulão Revisão de História articula-se ao pilar dos ODS, como uma ferramenta para a construção de um futuro mais digno para as pessoas em situação de pobreza. Favorece o fortalecimento da comunidade por meio do aprendizado. Assim, é imprescindível investir em educação inclusiva para alcançar a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

O trato metodológico caracteriza-se como pesquisa descritiva, utilizando a pesquisa bibliográfica e de campo. A coleta de dados abrangeu a revisão da literatura visando o aprofundamento de questões relativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com foco no ODS 4. Através desta ação, é possível “[...] elaborar um panorama mais amplo das diversas maneiras que tem sido tratado o tema [...]” (Barros, 2015, p. 86).

Primeiramente, foi realizado um estudo analítico do Edital N.º 81/2023-GR/UEMA (UEMA, 2023a), especialmente em relação à disciplina de História, e das obras literárias selecionadas (UEMA, 2023b). Utiliza-se o princípio de Pareto, um importante conceito da administração, também chamado de regra dos 80/20, que oferece a ideia segundo a qual 80% dos resultados obtidos são resultados de 20% dos esforços despendidos (Koch, 2015). Assim, os professores, como ex-alunos da instituição, têm conhecimento dos itens mais relevantes a serem abordados e sobre quais perspectivas poderiam aparecer na prova.

A segunda etapa, consiste na seleção do público-alvo do Projeto, selecionaram-se 30 alunos de baixa renda oriundos de escolas públicas da Grande São Luís para participarem, por se tratar de um grupo vulnerável. O Aulão teve como proposta didática: aulas teóricas expositivas e dialogadas, resolução de questões de provas de vestibulares anteriores do PAES e o paralelo entre as obras literárias selecionadas no PAES.

Na última etapa fez-se a análise qualitativa do Aulão por meio de um questionário via *Google Forms*, para analisar possíveis falhas na busca de aprimoramento para futuras edições.

Resultados e Discussão

Atualmente, os jovens em situação de vulnerabilidade social convivem com a falta de acesso à educação, saúde e dentre outros aspectos, uma vez que mesmo com a aplicação de políticas públicas estes indivíduos ainda são excluídos da justiça e da equidade social.

Nesse contexto, alguns jovens acabam desistindo dos seus sonhos devido os inúmeros entraves gerados pelas desigualdades sociais. A falta de educação de qualidade é um dos fatores que perpetuam esse cenário, dessa forma Arroyo (2018, p. 9) expõe que,

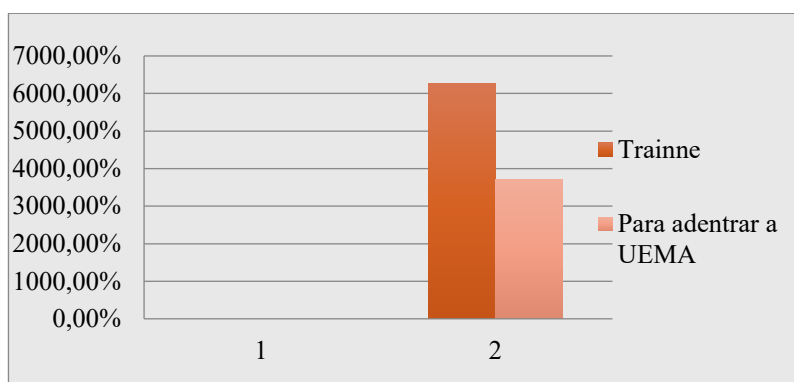
“Essa ênfase na igualdade educacional para a igualdade social pressupõe uma concepção de sociedade movida a valores. A sua educação. Esse priorizar a educação em saberes, valores pressupõe que as sociedades, os grupos sociais, os indivíduos são movidos aos valores, saberes que aprendem, incorporam, praticam. Que os revelam humanos. O aprendizado de valores de trabalho, de iniciativa, de ordem, de sustentabilidade e desenvolvimento teria garantido às sociedades desenvolvidas, cidadãos desenvolvidos, sujeitos do desenvolvimento, partícipes nos bens do desenvolvimento.”

Trazer alunos secundaristas para a Universidade por vezes é um grande desafio, e quando estes estão em situação de vulnerabilidade, o desafio é ainda maior, já que não se sentem pertencentes ao cenário acadêmico e para alguns o ensino superior é um sonho distante, conforme destaca Vasconcelos (2015, p. 94), [...] pensar a educação para a emancipação/inclusão social, o que acreditamos ser indispensável aos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, passa por uma reflexão, que coaduna com a necessidade de se construir no interior dos espaços educativos, principalmente, o escolar, processos, valores, relações, comportamentos, acesso a conhecimentos históricos e culturais que apontem para a superação da injustiça, do medo paralisante e da violência imposta pelos sistemas de exclusão.

Dessa forma, através desse espaço de acolhimento e apoio, cada um deles encontra não apenas conhecimento, mas também um sentimento de pertencimento e esperança, reforçando a importância de iniciativas que promovam a inclusão e o empoderamento.

O projeto-piloto do Aulão, criado em 2023, surge como uma perspectiva de mudança dessa realidade. Ao analisar as inscrições¹ dos alunos, constatou-se que 62,8% estavam realizando a prova na condição de *trainees*², todos de baixa renda provenientes de escolas públicas da Grande São Luís.

Figura 1 – Condição do aluno no ato de inscrição.



Fonte: Autoras (2023).

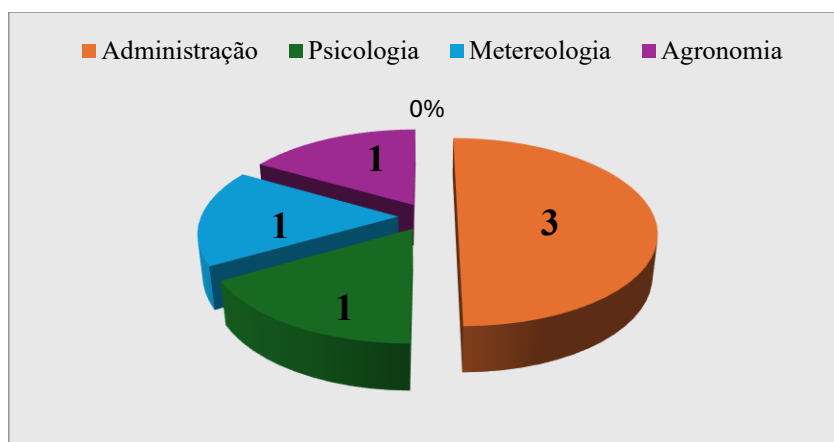
Na divulgação da lista dos aprovados do vestibular da UEMA 2023 para a segunda etapa, constatou-se que 9 (nove) dos 27 (vinte e sete) participantes do Aulão foram aprovados para a segunda etapa e 6 (seis) alunos aprovados na lista final do PAES/2023 UEMA. Destaca-se que o aluno aprovado em primeiro lugar em um determinado curso, participou da revisão. Assim, é relevante salientar os cursos que os estudantes foram aprovados, conforme ilustrado no Gráfico 2.

OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

¹ Os dados divulgados neste relato de experiência foram coletados por meio de dois questionários via *Google Forms*: o primeiro realizado no ato da inscrição e outro pós-prova do PAES 2024.

² Aluno que está fazendo a prova como teste, pois ainda não possui os requisitos necessários para adentrar a universidade.

Figura 2 – Curso dos aprovados.



Fonte: Autoras (2023).

Nesse sentido, é notório que os alunos foram aprovados para cursos de áreas diversas. Dessa forma, é evidente que o público-alvo é formado por 3 estudantes com aspirações diferentes e 3 com o mesmo objetivo de ingressar no curso de Administração.

A avaliação do Aulão pelos participantes foi positiva, como demonstram os elogios e sugestões recebidos no questionário de avaliação. No que diz respeito às avaliações, os respondentes, denominados R1, R2 e R3, responderam da seguinte forma: R1 respondeu que “[...] gostei da explicação dos professores sobre as questões e também das obras.” e R2 “Professores incríveis e com didáticas totalmente diferentes. Isso me impactou positivamente”. É evidente que os respondentes avaliaram de forma positiva o projeto de extensão a partir da sua participação.

Dessa forma, o Projeto é fundamental para reduzir as barreiras impostas pela desigualdade, como revela R3 “Apenas continue sendo feito, pois o projeto é muito bom e de muita importância”. Em vista disso, essa fala apresenta a necessidade desta atividade para a comunidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 4 - Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.



Meta 4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade (...).

ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Meta 10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados (...).

A Biblioteca Setorial de História espera com os projetos de extensão apresentados, contribuir com a formação dos discentes da Grande São Luís, no que se refere à capacitação para o vestibular da UEMA, considerando a diversidade social do público. Espera-se também aperfeiçoar as competências essenciais para o convívio em sociedade, que auxiliarão a atuação desses indivíduos na defesa dos direitos fundamentais.

O projeto de extensão da BSH tem o foco mais voltado para inclusão dos estudantes da Grande São Luís, enquanto socializa as ações com a comunidade acadêmica e também possibilita a interação com profissionais das áreas.

Palavras-chave: Educação. ODS 4. PAES UEMA.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Estadual do Maranhão, ao Curso de História, ao Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMA (SIB UEMA), aos patrocinadores: Superintendência de Gestão Ambiental (AGA-UEMA) e Instituto Viver e aos professores, ex-alunos do Curso de História da UEMA, Luan Aragão, Gabriele Carvalho, Sarah Layse e Diogo Aires.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p.1098-1117, out./dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCQr5f/?format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 10. ed. Petrópolis, RJ: 2015.



KOCH, Richard. **O Poder 80/20: os segredos para conseguir mais com menos nos negócios e na vida**. São Paulo: Gutenberg, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Superintendência de Concursos e Seletivos. Divisão de Processos Seletivos e Vestibulares. **Edital n.º 81/2023-GR/UEMA**. São Luís, 2023a. Disponível em: https://www.uema.br/wp-content/uploads/2023/07/Edital-n.o-81_2023-GR-UEMA_PAES-2024-REV-_DIA-6-7-2023-publicacao.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Superintendência de Concursos e Seletivos. Divisão de Processos Seletivos e Vestibulares. **Comunicado**. São Luís, 2023b. Disponível em: <https://www.uema.br/wp-content/uploads/2023/04/obrasliterariasPaes2024.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VASCONCELOS, Maria Goreth da Silva. **Políticas públicas e atendimento educacional: o papel da Casa Mamãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Amazonas, Manaus, 2015.



CONSTELAÇÕES TÁTEIS: UMA PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Camila Inhesta Viell, Curso de Licenciatura em Matemática, Voluntária de Iniciação Científica IFSP/SJC, camila.viell@aluno.ifsp.edu.br
Kelem Zapparoli, Curso de Licenciatura em Matemática, Orientadora de Iniciação Científica IFSP/SJC, kelem.fabiana@ifsp.edu.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

O acesso de pessoas com deficiência visual à educação se mostra um desafio. Isso reflete na necessidade de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo através da criação e adaptação de materiais e do treinamento de educadores, para que essas pessoas desenvolvam todo o seu potencial. Assim, o “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4” (ODS 4), que visa garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, é relevante para a criação das Constelações Táteis, com a finalidade de romper barreiras e promover aprendizagem e divulgação científica ao longo da vida, para todos.

A justificativa para este trabalho é a necessidade de promover o acesso às constelações para pessoas cegas. O desafio inicial era: como desenvolver uma constelação tátil que facilitasse a compreensão dessas formações para indivíduos com cegueira? O objetivo foi tornar as constelações acessíveis a pessoas com deficiência visual, por meio de recursos táteis de baixo custo, além de avaliar a eficácia dos materiais e das técnicas de produção aplicadas a esse público.

Metodologia

Em 2023, o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São José dos Campos, recebeu um convite do Museu Interativo de Ciências da Cidade para desenvolver um projeto de acessibilidade voltado para as apresentações do

planetário. Conforme destacado pela diretora do museu, o espaço apresentava significativas limitações no acesso ao conhecimento, por parte do público com deficiência visual. A parceria entre o IFSP e o museu teve início em 2024, com o apoio do projeto Céu Profundo e da pesquisadora do INPE, Tânia Dominici, que compartilhou sua experiência em pesquisas anteriores sobre atividades adaptadas de observação do céu para pessoas com deficiência visual. Seu trabalho serviu como base teórica e metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa.

A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como objetivo inicial compreender o processo de aquisição de conceitos, por pessoas com deficiência visual, com ênfase na cegueira. Para esta etapa, a pesquisa se fundamentou, principalmente, nos estudos de Vigotski (2022) e em outros autores relevantes na área da deficiência visual, que oferecem uma compreensão aprofundada sobre os processos de ensino e aprendizagem em contextos de limitação sensorial. A partir dessa base teórica, buscou-se entender como essas pessoas constroem o conhecimento científico, especialmente no que diz respeito à percepção e compreensão de fenômenos abstratos, como as constelações.

Na segunda fase, a pesquisa se voltou para o campo da astronomia, com foco nos estudos de Dominici (2009), que exploram abordagens adaptadas de ensino de astronomia para pessoas com deficiência visual. Esses estudos foram essenciais para a concepção e desenvolvimento de recursos táteis, uma vez que fornecem diretrizes sobre como tornar o conteúdo astronômico acessível e compreensível para públicos com diferentes formas de deficiência.

Resultados e Discussão

Para selecionar nossas formas de produção de materiais acessíveis foi necessário debruçar em teóricos que abordam a formação de conceitos nas pessoas não videntes e, de acordo com Ormelezzi (apud Batista, 2005), a aquisição de conceitos nestes sujeitos se dá por meio de experiências com os outros sentidos, inter-relacionadas com a linguagem das pessoas as quais interagem. Vigotski (2022)

também aponta para a necessidade da linguagem. Para ele, “o que constitui a fonte da compensação (da visão) não é o desenvolvimento do tato ou a agudeza do ouvido, mas a linguagem, a utilização da experiência social, a comunicação com os videntes”. Dessa forma, é por meio da mediação social, especialmente através da fala, que o indivíduo cego se apropria das informações que estão ao seu redor.

Entendendo como acontece a apropriação de conceitos pela pessoa cega, nos debruçamos no trabalho da pesquisadora Tânia Dominic (2008) para pensarmos na elaboração do material. A autora, em parceria com outros pesquisadores, elaborou, entre os anos de 2006 e 2009, um kit de observação do céu noturno para pessoas com deficiência visual. Ela desenvolveu constelações táteis em dois planos diferentes: um na carta celeste e outro com as constelações isoladas e em tamanho maior. Para o desenvolvimento dessas constelações, foram utilizados recursos como estilete, costura, dentre outros. Além disso, o kit dispõe de uma esfera celeste com constelações táteis. Todos os materiais foram testados com funcionários e clientes da Fundação Dorina Nowill, que oferece atendimento às pessoas cegas.

Inicialmente, acreditamos que a proposta com tinta-relevo (3D), seria de fácil utilização e decidimos criar a constelação de órion [1] com este recurso. Paralelamente, utilizamos a punção (do braille) para a criação das estrelas [2] e o estilete para conectá-las. Durante essas etapas, foi observado que qualquer rasura ou borrão no material poderia comprometer a compreensão por parte da pessoa cega. Diante disso, optou-se por utilizar a costura como técnica principal, pois ela proporciona uma marcação clara e precisa, que é facilmente identificada pelo tato [3].

O projeto está em execução, porém, já passamos por algumas etapas na produção das constelações.

Figura 1 - Estrelas da Constelação de Órion em Tinta-Relevo.



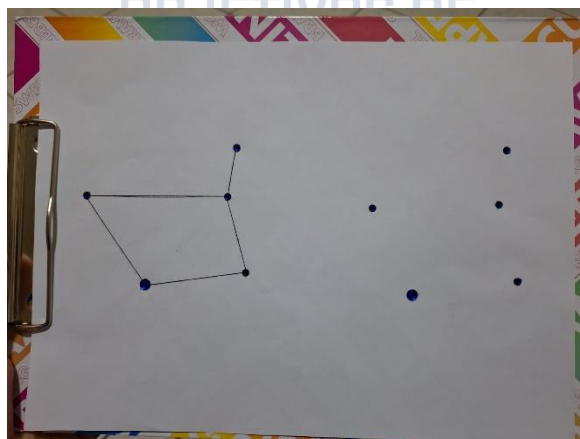
Fonte: Acervo próprio, 2024

Figura 2 - Asterismo e Estrelas da Constelação de Órion feito com punção e estilete



Fonte: Acervo próprio, 2024

Figura 3- Asterismo costurado e estrelas representadas por strass adesivo.



Fonte: Acervo Próprio, 2024

Na última etapa, com base na compreensão teórica sobre a aquisição de conceitos, que destaca a importância da linguagem associada aos recursos táteis, será realizada a mediação das atividades no museu utilizando a constelação tátil. Essa mediação será complementada por orientações verbais direcionadas aos participantes não videntes, facilitando a compreensão e a interação com o conteúdo.

Objetivos de desenvolvimento sustentável

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Considerações finais

Os primeiros resultados sugerem que as técnicas de criação de constelações táteis, como o uso de cola de relevo e punção, para formar estrelas e linhas, têm limitações em termos de precisão e clareza tátil. Esse desafio foi superado, em parte, ao optar pela costura como técnica principal, que permite uma marcação mais nítida e facilmente identificável ao tato, garantindo que a representação das constelações seja mais fiel e compreensível.

Em resumo, o trabalho preliminar aponta para a viabilidade da criação de constelações táteis acessíveis, mas também revela a necessidade de refinamentos contínuos, tanto nas técnicas de produção, quanto na avaliação da eficácia das soluções adaptadas. A pesquisa se mantém em andamento, com novas etapas focadas na avaliação de usuários e na otimização dos recursos.

Palavras-chave: Constelações. Museu. Tátil

Agradecimentos

Agradecemos a parceria com o Museu Interativo de Ciências, o Projeto Céu Profundo e a pesquisadora Tânia Dominici.



Referências

BATISTA, C. **Formação de conceitos em crianças cegas: questões teóricas e implicações educacionais.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan.-Abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/G5wCqjwHtvyT8ts6jpR9cjB/abstract/?lang=pt> Acesso em 10 de outubro de 2024.

DOMINICI, T. et al. **Atividades de observação e identificação do céu adaptadas às pessoas com deficiência visual.** *Revista Brasileira de Ensino de Física*. v. 30. n. 4. 2008.

VIGOTSKI, L. **Fundamentos de defectologia.** Obras completas, tomo V. Tradução: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.



DESAFIOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL

Thainná dos Santos MENDES, Curso de Ciências Biológicas, UEMA, Bolsista PIBIC/FAPEMA, thainnamendes2004@gmail.com
Andréa Araújo do CARMO, Universidade Estadual do Maranhão, andreaaraujocarmo@gmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

O conhecimento científico consiste em informações descobertas ou sintetizadas obtidas a partir de estudos experimentais e/ou pesquisa bibliográfica e “engloba todas as informações e fatos que foram comprovados com base em análises e testes científicos” (Mascarenhas, 2017 *apud* Pereira *et al.*, 2018, p. 16).

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, no Art. 218 afirma que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”. Assim, nota-se que é dever do Estado estimular a produção e o crescimento do conhecimento científico e permitir que este chegue em todas as camadas da sociedade.

Além disso, “em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o acesso à informação é reconhecido como um direito humano fundamental” (Oliveira, 2019, p. 3). Contudo, a democratização do acesso ao conhecimento científico não ocorre de forma adequada, devido a diversos fatores, por exemplo, falta de acesso à *internet*, baixa alfabetização científica, desafios na educação inclusiva e equitativa de qualidade, entre outros.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal levantar informações acerca dos desafios na democratização do acesso ao conhecimento científico e conhecer quais as perspectivas de diversos autores sobre o estado desse processo.

Metodologia

O procedimento metodológico utilizado consistiu em uma pesquisa qualitativa e revisão detalhada da literatura acerca da democratização do conhecimento científico e ocorreu a partir de pesquisa bibliográfica que “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados” (Severino, 2013, n.p).

Assim, a partir da pesquisa foram coletados trabalhos dos últimos 6 anos acerca da temática com o auxílio das bases de dados Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com as palavras-chave: democratização, conhecimento científico, pesquisa científica, divulgação científica. Após esse processo, foi efetuada a produção de um quadro contendo as perspectivas dos autores selecionados acerca da democratização do conhecimento científico e os fatores que facilitam ou dificultam esse processo, e este seguiu para posterior discussão.

Resultados e Discussão

Como resultado foram selecionados 7 (sete) trabalhos acerca da temática, publicados entre 2018-2024, e a visão dos autores sobre a democratização e os fatores que influenciam sua expansão e atuação foram organizados *no Quadro 1*.

Quadro 1: Perspectiva geral de diversos teóricos acerca da democratização do conhecimento científico e influenciadores desse processo.

Título	Perspectiva geral
O protagonismo da América Latina na democratização do conhecimento científico: uma história de acesso aberto nas publicações científicas	“[...] a diversidade de atuação da SciELO, tanto no campo técnico, quanto na formulação de diretrizes para a publicação acadêmica e seu caráter cooperativo, inscrevem-na no rol de iniciativas regionais que marcam uma tradição latino-americana de disseminação do conhecimento científico em acesso aberto e compreendido como bem público” (Cerqueira, 2024, p. 287)
Comunicando ciência: o uso das redes sociais públicas pelos periódicos científicos	A publicação em periódicos científicos “[...] tem, na maioria das vezes, uma linguagem que é própria dos membros das instituições de pesquisa, com termos técnicos e expressões rebuscadas que dificultam seu

Título	Perspectiva geral
brasileiros da Área “Comunicação e Informação”	entendimento pelo público não especializado. A divulgação ou popularização científica surge para mitigar essa lacuna e tornar a ciência e, consequentemente, seus resultados, acessíveis e compreensíveis ao público leigo” (Rezende; Drumond, 2024, p. 5)
“Cultura científica” nas redes sociais digitais: um modelo sobre a influência da democratização do conhecimento científico	“[...] as interconexões entre o sentido da promoção da cultura científica e os veículos em que essa ciência pode ser embarcada para chegar à sociedade de forma mais democrática, trazem um profundo impacto social. Isso, se considerarmos o potencial de uma evolução no pensamento social e sua cultura científica [...], com uma intervenção baseada da seguinte forma: Ciência + Linguagem Adequada + Veículo de Divulgação Adequado = Mais Cultura Científica na Sociedade” (Lima, 2023, p. 15)
Da reformulação discursiva a uma práxis da cultura científica: reflexões sobre a divulgação científica.	“A divulgação científica (DC) tem sido cada vez mais produzida em nossa sociedade. Com a revolução comunicacional promovida pelas novas tecnologias, a DC está sendo veiculada em grande escala por meio de diversos suportes e destinada a públicos variados. Tal produção tem, especialmente, duas origens motivacionais: setores da sociedade que exigem cada vez mais a divulgação e circulação do conhecimento técnico-científico; a comunidade científica, que busca legitimação de sua prática social, bem como ampliar as formas de interlocução com a sociedade” (Lima; Giordan, 2021, p. 376)
As Métricas Alternativas e Ciência Aberta na América Latina: desafios para a democratização do conhecimento	“[...] as tecnologias permitem que possamos não apenas aumentar a visibilidade da ciência tangenciada pelos espaços de avaliação tradicionais da ciência, mas servem também como um espaço para democratizar o conhecimento científico” (Oliveira, 2019, p. 5)
A divulgação científica no universo digital: o protagonismo dos portais, blogs e mídias sociais	“Quando se examina a divulgação científica no universo digital, [...], é fácil perceber o papel de destaque desempenhado pela web e pelas mídias sociais como fontes utilizadas para a comunicação da ciência, sobretudo a partir da atuação dos centros produtores de C&T&I (ciência, tecnologia e inovação) no Brasil e dos periódicos de informação especializada e acadêmico-científicos, hoje, em sua quase totalidade, disponíveis em versão online” (Bueno, 2018, p. 56)

Título	Perspectiva geral
O impacto dos periódicos na comunicação científica	“[...] os periódicos científicos são apontados como recurso transmissor mais comum na comunicação da ciência, desempenhando sua missão no aperfeiçoamento do conhecimento científico. Por meio dos artigos publicados em periódicos que a Ciência passa a ser reproduzida e reinventada com maior velocidade em prol da obtenção de novos conhecimentos e novas formas de pesquisa” (Miranda; Carvalho; Costa, 2018, p. 17)

Fonte: Autoria própria (2024).

Diante do que foi exposto na tabela, é possível observar que a maioria dos autores consideram o avanço da *internet*, e também das redes sociais, como fator atuante na expansão do conhecimento científico, favorecendo a democratização deste. Contudo, é observado também que o processo de transmissão do conhecimento ainda não é bem consolidado, devido à linguagem de difícil entendimento para o público não especializado. Muitas vezes, no universo digital, não encontramos obrigatoriamente esforços de divulgação científica, mas apenas exemplos de comunicação científica, ou seja, material especializado, que incorpora o discurso científico, produzido por pesquisadores ou cientistas, que se vale de canais também especializados – em especial periódicos científicos – e que tem como público preferencial os especialistas (Bueno, 2018, p. 57).

Nesse contexto, o autor ainda adiciona que apesar das informações resultantes de estudos científicos serem encontradas facilmente em meio virtual, a possibilidade de elas serem consumidas pelo público é baixa, pois, “[...] não foram concebidas tendo em vista públicos com formação precária ou insuficiente no campo das ciências” (Bueno, 2018, p. 57).

Além disso, outro fator que impactou o desenvolvimento da democratização, e que foi abordado de forma constante nos trabalhos analisados, foi o surgimento dos periódicos científicos. Os periódicos eletrônicos são considerados fontes de informação importantes, porém, alguns fatores interferem na utilização adequada desse instrumento:

[...] o desconforto de ler numa tela de computador, smartphone ou tablet e o custo econômico para a aquisição, além da manutenção e da atualização desses equipamentos que necessitam se conectar à internet com alta



velocidade permitindo busca, recuperação e downloads eficazes e eficientes de artigos (Miranda; Carvalho; Costa, 2018, p. 17).

Assim, nota-se que, apesar dos meios digitais (redes sociais, mídias digitais e periódicos científicos eletrônicos) terem gerado avanços significativos na democratização do conhecimento científico, é preciso elaborar métodos que contornem os desafios ainda existentes no processo de democratização. Acerca disso, Bueno (2018, p. 63-64) expõe:

[...] novas possibilidades criadas pelo crescimento da comunicação digital não significam, no entanto, que a tarefa de divulgar ciência não tenha que superar os desafios tradicionais, como a adequação do discurso especializado de modo a torná-lo acessível aos não iniciados em ciências e mesmo a escolha de temas ou focos que possam interessar à audiência, sobretudo porque, na sociedade digital, a carga de informações à disposição dos cidadãos é gigantesca e há uma concorrência acirrada pela disputa da atenção.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, é possível observar a importância dos periódicos científicos e das redes sociais, devido ao seu elevado potencial para facilitar e popularizar o acesso ao conhecimento científico ao público não especializado, considerando a dimensão do país, bem como a vasta população, distribuída de diversas formas pelo território nacional, fazendo com que a informação esteja disponível para a sociedade.

Contudo, verificou-se que há diversos fatores que dificultam a transmissão das informações científicas para todas as camadas da sociedade, por exemplo, a falta de acesso à rede de *internet* ou mesmo a linguagem rebuscada utilizada nas produções científicas. A partir disso, nota-se que é necessário desenvolver métodos e políticas que contornem esses desafios, e essa situação pode ser analisada em futuros trabalhos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 e ODS 10

Palavras-chave: Democratização. conhecimento científico. educação



Agradecimentos

Meus agradecimentos vão em especial para a profa. Dra. Andréa Araújo do Carmo que me concedeu a oportunidade de escrever esse resumo e que me orientou durante sua elaboração.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

BUENO, W. C. **A divulgação científica no universo digital: o protagonismo dos portais, blogs e mídias sociais**. In: PORTO, C.; OLIVEIRA, K. E.; ROSA, F., Produção e difusão de ciência na cibercultura: narrativas em múltiplos olhares [online]. Ilhéus: Editus, 2018, p. 55-67. ISBN: 978-85-7455-524-9. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788574555249.0005>. Acesso em: 02 out. 2024.

CERQUEIRA, R. C. **O protagonismo da América Latina na democratização do conhecimento científico: uma história de acesso aberto nas publicações científicas**. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.31819/9783968694344_018. Acesso em: 02 out. 2024.

LIMA, G. S.; GIORDAN, M. **Da reformulação discursiva a uma práxis da cultura científica: reflexões sobre a divulgação científica**. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos* (RJ), v.28, n.2, p. 375-392, 2021.

LIMA, M. G. A. C. **“Cultura científica” nas redes sociais digitais: um modelo sobre a influência da democratização do conhecimento científico**. 2023. Dissertação (Mestrado em Modelagem e simulação de Biosistema) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Alagoinhas, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.30620/pdi.v13n2.p173>. Acesso em: 02 out. 2024

MIRANDA, A. C. C.; CARVALHO, E. M. R.; COSTA, M. I. **O impacto dos periódicos na comunicação científica**. *Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 32, n. 1, p. 01-22, 2018.

OLIVEIRA, T. M. **As Métricas Alternativas e Ciência Aberta na América Latina: desafios para a democratização do conhecimento**. *Transinformação*, Campinas, v.31, p. 1-7, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/231808892019e190089e>. Acesso em: 07 out. 2024.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. *E-book* (119p.). ISBN 978-85-8341-204-5. Disponível em:



https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.

REZENDE, L. V. R.; DRUMOND, L. B. B. **Comunicando ciência**: o uso das redes sociais públicas pelos periódicos científicos brasileiros da Área “Comunicação e Informação”. *RDBC*, Campinas (SP), v. 21, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8672917>. Acesso em: 02 out 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. E-Book. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.



DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO DE ROLE - PLAYING GAME (OS PERIGOS DA MENTE) PARA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA, INCLUINDO PERSONAGENS NEURODIVERGENTES

Victor Alves GASPAR, Licenciatura em matemática, aluno IFSP – Campus São José dos Campos, victoralvesgaspar07@gmail.com

José Osmar MARINO JUNIOR, Licenciatura em matemática, aluno IFSP – Campus São José dos Campos, osmar.marino@gmail.com

Rafael de Oliveira COSTA, Licenciatura em matemática, aluno IFSP – Campus São José dos Campos, rocosta85@yahoo.com.br

Jailson Ferreira LEITE, Licenciatura em matemática, aluno IFSP – Campus São José dos Campos, jailsonfl70@gmail.com

Pedro Henrique Soares CESAR, Licenciatura em matemática, aluno IFSP – Campus São José dos Campos, pedrohenriquesoarescesar@gmail.com

Omar Jose dos SANTOS NETO, Licenciatura em matemática, aluno IFSP – Campus São José dos Campos, omar.neto@aluno.ifsp.edu.br

Eixos temáticos articulados como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

A educação inclusiva de pessoas neurodivergentes é garantida pela LDB e reforçada pela Lei N.º 12.764/2012 para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pensada em diversos outros projetos de lei para pessoas com outras neurodivergências. Sendo a neurodivergência uma característica (MIYAKE; FRIEDMAN, 2012) e forma diferente do comportamento cerebral de pessoas neurotípicas (ANDERSON; JACOBS; ANDERSON, 2008). Essas diferenças aparecem no desenvolvimento das funções executivas, definidas pela psicóloga Diamond (2013) como “gerentes do cérebro”, responsáveis por habilidades como flexibilidade cognitiva, controle inibitório e memória de trabalho, fundamentais para a aprendizagem e resolução de problemas.

Porém, além de garantir os devidos direitos a estas pessoas, se faz necessário a conscientização do meio social, dos pais, dos professores e dos outros alunos sobre o que é neurodivergência e como isso afeta o desenvolvimento das funções executivas deste grupo. Portanto, é importante a criação de jogos

pedagógicos como apresentado por: Garcia (2017), Gee (2007) e McGonigal (2011) e de mídia para divulgação e conscientização sobre os temas citados.

Este resumo tem como objetivo apresentar o jogo RPG Os Perigos da Mente, mas também como este foi desenvolvido, pensando na inclusão e representatividade de pessoas neurodivergentes. O jogo apresentado tem ainda o objetivo de divulgação dos conceitos de funções executivas para alunos, pais e professores.

Metodologia

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre neurodivergência e funções executivas, e também sobre a utilização e desenvolvimento de jogos RPG no ambiente escolar. Em sequência, a história do jogo, personagens e mecânicas de funcionamento foram desenvolvidas, adaptando elementos de jogos RPG clássicos, para promover a inclusão de personagens neurodivergentes com os quais os jogadores pudessem se identificar. Os desafios do jogo foram desenvolvidos utilizando atividades recomendadas para o aperfeiçoamento de funções executivas de pessoas neurodivergentes como: memorização, atividade física e uso de linguagens diferentes.

Após a criação foi realizada uma consultoria com a psicóloga do IFSP, Julia Sotto Maior Bayer, para confirmar como cada neurodivergência influenciaria nas funções executivas e características dos personagens desenvolvidos.

Também foi realizada uma consultoria com o professor surdo Calos Alberto do Nascimento Barbosa sobre a inclusão de um desafio feito por um personagem surdo utilizando linguagem brasileira de sinais.

Realizamos então uma pesquisa quantitativa utilizando formulários para avaliar a faixa etária e conhecimento prévio sobre jogos RPG, neurodivergência e funções executivas das pessoas interessadas em participar de uma sessão do jogo.

Posteriormente, conduzimos uma pesquisa qualitativa, também através de formulários, para coletar opiniões sobre o jogo após as sessões.

Resultados e Discussão

O jogo desenvolvido apresentou temáticas da área de matemática para os alunos, de forma descontraída e leve, que foi evidenciada pela pesquisa realizada com os jogadores após a realização das atividades. Pelas respostas obtidas após o preenchimento de um formulário online, muitos dos jogadores declararam que se envolveram com a atividade a ponto de se colocarem no lugar dos personagens da história. Esse envolvimento apresentou que os pontos fortes do jogo desenvolvido, em muitos dos casos, foram a criação e a execução de dinâmicas corporais que evidenciaram a influência da neurodivergência no desenvolvimento do indivíduo e na limitação de seu aprendizado, em comparação com os demais, como evidenciado no “O Desafio de Malthazar” (figura 1), que apresenta a realidade e dificuldade de comunicação, de uma pessoa surda, com os outros.

Por outro lado, as respostas do formulário apresentaram a necessidade de adequação do jogo desenvolvido e de suas mecânicas para o público, conforme sua idade e conhecimento matemático, como evidenciado pelo gráfico da figura 2.

Nas respostas obtidas após a execução do jogo, foi demonstrado que nenhum jogador considerou o jogo com grau de dificuldade reduzido, porém, um grupo menor de 30%, considerou que o jogo se mostrou inadequado para a sua idade, dando enfoque à dificuldade de execução da atividade, de acordo com a idade do público pretendida que, inicialmente, foi planejada para jogadores de 15 a 18 anos, porém, a participação do público, durante a atividade, abrangeu jogadores com 8 anos ou mais.

Figura 1 - O desafio de Malthazar/Folha do jogador.

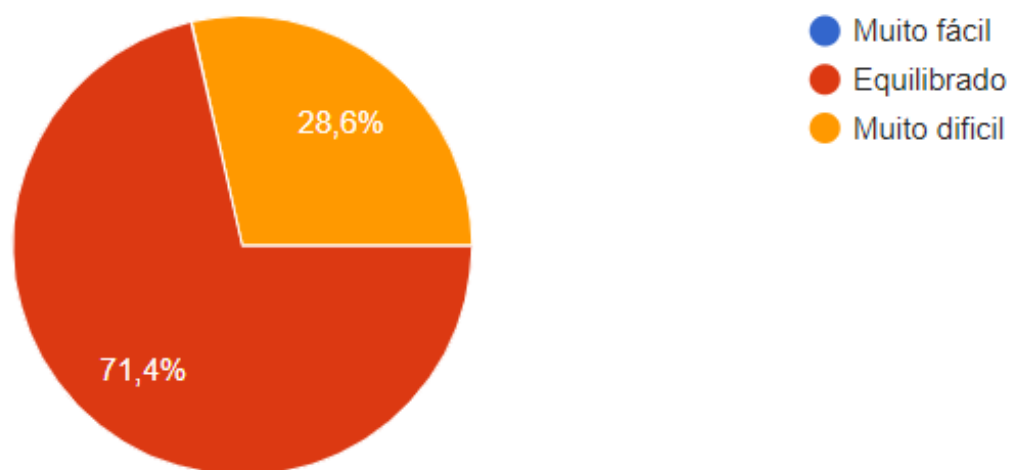


(a) Recorte do roteiro de instruções

(b) Folha do Jogador

Fonte: Autoria Própria

Figura 2 - Gráfico de repostas.



Fonte: Autoria própria

Além da evidente necessidade de adequação do jogo, de acordo com a idade do público-alvo, também foi possível perceber que a longa duração da

atividade, de aproximadamente 2h30, inviabilizaria a execução em sala de aula, visto que o tempo de aula é inferior a uma hora. Com isso, o jogo “Os Perigos da Mente” (Figura 3) apresentou a necessidade de uma adequação futura que permitisse seu fracionamento para execução durante o período escolar, tornando o jogo uma espécie de moldura, em que o professor pudesse expor, quando necessário, uma de suas dinâmicas para contextualizar, conhecer ou ensinar seus alunos, vivenciando um contexto lúdico.

Figura 3 - Jogo de RPG: Os Perigos da mente.



Fonte: Autoria própria

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Contribuir para a educação inclusiva e equitativa de qualidade para pessoas neurodivergentes. Realizar a conscientização da sociedade sobre neurodivergência e funções executivas. Por fim, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, de forma lúdica e eficiente, conforme o ODS 4 e a meta 4.1 até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

Considerações Finais

O jogo desenvolvido atendeu ao propósito almejado, que era a imersão dos jogadores na história, o desenvolvimento de trabalho em grupo, e a compreensão das dificuldades que as pessoas neurodivergentes passam em seu dia a dia. O interesse demonstrado pelos jogadores, também se apresentou quando alguns professores se dispuseram a aplicar o jogo após acompanharem a apresentação do projeto, na Jornada Científica do IFSP Campus São José dos Campos.

Portanto, os apontamentos realizados pelos jogadores, indicaram a necessidade de adaptações na história, nas dinâmicas e nos desafios matemáticos propostos, de forma a obter uma nova versão do jogo que possa ser testada. Para que, só então, o jogo possa ser plenamente utilizado em sala de aula, nos padrões de tempo e dinâmicas atuais do ensino brasileiro.

Palavras - chave: Neurodivergência. Funções Executivas. Jogo RPG.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à professora Kelem Fabiana Gubolin Zapparoli, professor Carlos e psicóloga Julia por todo o apoio e orientação durante o projeto, e ao IFSP – Campus São José dos Campos por fornecer a infraestrutura utilizada no desenvolvimento, execução do projeto e aplicação inicial da atividade. Por fim, a todos os jogadores de “Os Perigos da Mente” pelos *feedbacks*.

Referências

ANDERSON, V.; JACOBS, R.; ANDERSON, P. J. (EDS.). **Executive Functions and the Frontal Lobes: A Lifespan Perspective**. Psychology Press, 2008.

DIAMOND, A. Executive Functions. **Annual Review of Psychology**, v. 64, p. 135–168, 2013.

GARCIA, A. **Good Reception: Teens, Teachers, and Mobile Media in a Los Angeles High School**. MIT Press, 2017.

GEE, J. P. **What Video Games Have to Teach Us About Learning and Literacy**. Palgrave Macmillan, 2007.



MCGONIGAL, J. **Reality Is Broken: Why Games Make Us Better and How They Can Change the World**. Penguin Press, 2011.

MIYAKE, A.; FRIEDMAN, N. P. **The Nature and Organization of Individual Differences in Executive Functions: Four General Conclusions**. *Current Directions in Psychological Science*, v. 21(1), p. 8–14, 2012.



EDUCAÇÃO HÍBRIDA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Danilo Augusto Dias, Mestrando em Educação, Universidade Estadual Paulista – Instituto de Biociências, danilo.augusto@unesp.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

A educação é um direito social fundamental, previsto no texto constitucional brasileiro, sendo dever do Estado e da família. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o presente trabalho busca abordar o quarto objetivo, que trata da educação inclusiva e equitativa de qualidade em sintonia, não apenas com o texto da Constituição de 1988, mas também levando em consideração as contribuições que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) podem oferecer para que, tanto o poder público quanto a sociedade civil, alcancem tal objetivo.

Nesse sentido, vamos discorrer brevemente sobre o processo de hibridização da educação, enquanto abordagem metodológica, e as possibilidades que ele oferece para a educação básica e para a educação superior, no tocante aos princípios elencados pelo ODS nº4.

A hibridização educativa, embora possa assumir uma gama de sentidos e significados diversos (Moran, 2015), é tratada como a convergência entre o ensino presencial e a educação à distância, através da mediação tecnológica (Mill; Chaquime, 2020). Essa convergência pode ser vista enquanto mistura ou como um processo educativo. Ao ser compreendida como mistura, a hibridização visa apenas a utilização das TDIC para a construção de novos espaços (virtuais) de aprendizagem, em locais e tempos diversos. Para a compreensão, enquanto processo educativo, se prevê uma gama maior de possibilidades que buscam, não apenas integrar as novas tecnologias, mas um enriquecimento do processo

educativo como um todo, por meio de novas experiências de ensino e novas oportunidades para a aprendizagem.

Embora não se constitua como uma modalidade educativa, a educação híbrida pressupõe uma mudança na prática pedagógica em sua totalidade, demandando novas formas de planejar, aplicar e avaliar o processo educativo. Portanto, por meio de uma breve revisão de literatura, nos propomos a explorar essas possibilidades, tendo como norte o ODS nº 4.

Metodologia

Este trabalho apresenta um enfoque qualitativo que, segundo Sampieri et al. (2013), permite que a ação indagativa se movimente dinamicamente em ambos os sentidos, entre os fatos estudados e sua interpretação. Para Mattar; Ramos (2021) a pesquisa se configura como qualitativa, uma vez que tem como objetivo geral compreender determinados fenômenos em profundidade. A compreensão de fenômenos também é destacada por Appolinário (2021) como característica da pesquisa qualitativa, mas o autor alerta que a análise dos dados, nessa abordagem, depende da hermenêutica do próprio pesquisador.

Do ponto de vista das fontes utilizadas, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica pode ser considerada um tipo específico de pesquisa documental que envolve especialmente documentos como artigos científicos, dissertações, teses, capítulos e livros (Mattar; Ramos, 2021, p. 131). A pesquisa bibliográfica apresenta vantagens ao tratar de uma temática nova, propondo novos caminhos para a exploração do tema.

De acordo com Gil (2017, p.32) “toda pesquisa tem seus objetivos, que tendem, naturalmente, a ser diferentes dos objetivos de qualquer outra”, mas que em relação aos seus objetivos mais gerais as pesquisas podem ser agrupadas em exploratórias, descritivas e explicativas. “As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou

fenômeno estudado” (Gil, 2017, p.32). Portanto, classificamos a presente pesquisa como exploratória.

Resultados e Discussão

O ODS 4 reúne um conjunto de metas que devem ser alcançadas pelos governos como parte da Agenda 2030. Entre essas metas, temos a frequência da palavra acesso, ao tratar da educação escolar para meninos e meninas, mas também o acesso ao ensino técnico vocacional e superior, para mulheres e homens (United Nations General Assembly, 2017). O ODS 4 não trata apenas do mero acesso – algo desafiador por si só na atualidade – mas aborda também que o ensino oferecido seja de qualidade, equitativo e completamente gratuito para a educação básica.

O acesso à educação no Brasil enfrenta grandes desafios, não apenas pela dimensão continental do país, com vastas áreas com infraestrutura precária, mas também pela ausência de compromissos políticos efetivos para garantir esse mesmo acesso. A ausência de planos de Estado para a educação vem atrasando o desenvolvimento educativo do país. Sem dúvida que, alguns passos foram dados nas últimas décadas para garantir que a educação se torne um tema de Estado e não de governo de turno, sobretudo a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), que nos apresenta a uma visão mais estável das políticas públicas para a educação.

No campo específico da educação superior, a oferta de vagas, por meio da educação a distância (EaD), aumentou o número de matrículas neste formato de ensino, permitindo o acesso de pessoas que antes não poderiam, por diversas circunstâncias, frequentar uma instituição de ensino superior presencialmente. Evidentemente que aqui não faremos qualquer juízo sobre a qualidade de muitos desses cursos, mas destacamos apenas que a EaD soube se apropriar, com maior rapidez, das TDIC para facilitar o seu alcance, algo que o ensino presencial faz lentamente.

A educação híbrida, portanto, nasce de uma perspectiva da convergência entre duas modalidades, onde as vantagens da EaD são utilizadas para neutralizar os pontos fracos do ensino presencial ou para enriquecer o processo educativo (Dias; Mill, 2024; Mill, 2021; Mill; Chaquime, 2020; Moran, 2015). Dessa forma criamos novas oportunidades para o processo de ensino e aprendizagem, que devem passar a considerar, na perspectiva híbrida, novos tempos (síncrono e assíncrono), novas presencialidades (presencial físico, presencial virtual), novos espaços (físico e virtual) e novas ferramentas com a incorporação orgânica das TDIC.

Podemos compreender, como nos aponta Moran (2015) e Mill (2021), que a educação é um processo híbrido por natureza, uma vez que sempre haverá a mistura de elementos diversos, sejam materiais ou metodológicos, num processo dinâmico que se transforma ao longo do tempo. Ao pensarmos a hibridização da educação como a convergência da EaD com a educação presencial, propomos não apenas uma mistura de novos elementos, mas novas concepções do processo educativo e da forma como a sociedade encara a educação como um todo, seja ela escolar ou universitária.

A questão do acesso à educação básica, em muitos casos dificultada pelos problemas estruturais, pode ser facilitada por meio da incorporação tecnológica de uma educação híbrida. Ao assumirmos que o aluno pode aprender em outros lugares, e em tempos diversos que não apenas dentro do espaço escolar, não se busca diminuir a importância da escola ou atacar a própria instituição escolar, antes buscamos valorizá-la a ponto de expandir o seu alcance, por meio de processos de hibridização, a todos e todas, sobretudo àqueles mais vulneráveis.

As potencialidades da educação híbrida permitem, por exemplo, flexibilizar a frequência dos estudantes de áreas remotas (rural, quilombolas, reservas indígenas, etc.) ou abaladas por desastres naturais, possibilitando a realização de atividades em ambiente virtual síncrono ou assíncrono (Mill, 2021). Os currículos também podem ser personalizados através da criação de trilhas de aprendizagem que, misturando o ensino presencial e o virtual, ofereçam opções mais atraentes aos

alunos do ensino médio e superior, contribuindo para uma diminuição dos índices de evasão.

Evidentemente que, tais oportunidades, além de muitas outras, precisam estar fortemente amparadas por políticas públicas que compreendam as peculiaridades dos processos educativos numa perspectiva híbrida, promovendo não apenas o acesso à infraestrutura necessária, como a formação dos agentes educativos (professores, gestores, apoio técnico, etc) e a normatização da modalidade. Dessa forma, sobretudo no Brasil, isso se torna um desafio ainda maior, mas que deve ser encarado em virtude das constantes transformações sociais impulsionadas pelas TDIC.

Ao propormos a educação híbrida estamos falando, isto sim, em educação acessível, conforme preconizado pelo ODS 4. Não é possível pensar no alcance das metas do ODS 4 apenas na perspectiva da educação presencial tradicional, sobretudo, como dito anteriormente, numa sociedade cada vez mais marcada pelas TDIC e onde estas novas tecnologias, que evoluem num passo cada vez mais acelerado, vem reformulando a forma como acessamos e interagimos com a informação e o conhecimento. Nesse sentido, a educação híbrida pode oferecer novos caminhos ainda pouco explorados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Entre as metas do ODS 4 está a ampliação do acesso à educação básica, técnica e superior de forma equitativa e de qualidade, além da aquisição de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e para padrões de vida sustentáveis, reduzindo as disparidades de gênero e toda forma de discriminação. Nesse sentido, a adoção de formas híbridas de educação pode não apenas facilitar o acesso ao ensino, durante a fase escolar do sujeito, mas também, por meio do letramento e da inclusão digital, desenvolver habilidades necessárias para uma sociedade sustentável em todos os sentidos.

Considerações Finais

Os avanços tecnológicos demandam novas estruturas sociais. As instituições de ensino estão sendo questionadas, de formas diversas, a adotarem, cada vez mais, as tecnologias na sua prática pedagógica. Dessa forma, tendo como referência os ODS, sobretudo o quarto objetivo, buscamos apresentar uma forma ainda pouco explorada e que possui grande potencial para a consecução das metas previstas na Agenda das Nações Unidas – a educação híbrida.

A hibridização educativa aumenta a flexibilidade espaço-temporal, permitindo que alunos e alunas distantes dos espaços (físicos) de ensino possam ter acesso a uma educação de qualidade por meio das diversas tecnologias digitais. Não se trata, contudo, de uma proposta que visa enfraquecer ou eliminar a necessidade da escola, mas permitir que todos tenham acesso à educação através de novos meios.

Palavras-chave: Educação. Hibridização. Tecnologia.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa 2ª edição (e-book)**. [S. l.]: Cengage Learning, 2021.
- DIAS, Danilo Augusto; MILL, Daniel. **Hibridização e Educação 4.0 – Perspectivas para o Futuro da EaD**. EaD em Foco, [s. l.], v. 14, n. 2, p. e2245, 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2017.
- MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia de Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas**. São Paulo, SP: Edições 70, 2021.



MILL, Daniel. **Flexibilidade pedagógica: Espaço, tempo e currículo**. 1. ed. São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021.

MILL, Daniel; CHAQUIME, Luciane Penteado. **Educação híbrida como estratégia pedagógica: apontamentos propositivos**. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2020. (EduTec).

MORAN, José. Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. *In*: BACICH, Lilian.; TANZI NETO, Adolfo.; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 27–45.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Work of the Statistical Commission pertaining to the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 10 jul. 2017. Disponível em:
<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n17/207/63/pdf/n1720763.pdf>.





O PAPEL DO PROJETO “ASSUMA SEU RESÍDUO” NA PROMOÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

José Jean Nascimento da SILVA, Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Voluntário da Superintendência de Gestão Ambiental, josesilva8@aluno.uema.br

Fabricio Luanderson Barros ALMEIDA, Acadêmico do Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Voluntário da Superintendência de Gestão Ambiental, fabricioluanderson1@gmail.com

Kelly Fernanda de Sousa SANTOS, Mestra em Ecologia e Conservação da Biodiversidade - PPGECEB/UEMA, kelly15nanda@gmail.com

Maria Izadora Silva OLIVEIRA, Engenheira Agrônoma - UEMA, mariaoliveira@uema.br

Andrea Araújo do CARMO, Professora Associada - UEMA, andreaaraujo@professor.uema.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Introdução

Nos últimos anos, a Terra vem sendo impactada por meio das ações antrópicas, onde a poluição e desperdício alimentar são exemplos recorrentes desses impactos. Para Martins e Ribeiro (2021, p.132) é seguro asseverar que as mudanças, no ambiente ecológico do planeta são influenciadas de forma direta, em razão do aumento da população mundial e do modo como a humanidade vem transformando, consumindo e, sobretudo, descartando os bens naturais. Estudos apontam que a geração de resíduos tem sido maior que o crescimento populacional, e a destinação final tem sido os centros urbanos, em vez de aterros sanitários ou centros de reciclagem (Nagashima et al., 2011).

Em 2015, a ONU (Organização das Nações Unidas) lançou novos objetivos em prol do desenvolvimento sustentável, criando assim, a Agenda 2030, que possui 17 objetivos e 169 metas, a serem alcançados até 2030 por todos os países que se

comprometeram com essa agenda (ONU, 2018). Dentre esses objetivos, o ODS 4 vem propor metas para o alcance de uma educação de qualidade e sustentável.

Desta forma, as universidades têm papel relevante na disseminação do conhecimento e ações sustentáveis, especialmente ao incorporar valores sociais e princípios de estratégias ambientais, nos eixos de ensino, pesquisa, extensão e gestão (Feres; Antunes, 2007). Desta forma, objetivou-se analisar a contribuição do projeto “Assuma Seu Resíduo” quanto à promoção do ODS 4 no Campus Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão.

Metodologia

O gerenciamento de resíduos recicláveis da Uema se dá da seguinte maneira: através da distribuição de caixas da Superintendência de Gestão Ambiental (AGA) nos setores administrativos, os resíduos recicláveis foram recolhidos (papel, plástico, metal, PET e eletrônicos). Esses resíduos foram gerados pelos setores administrativos do campus universitário. Em parceria com a Pró-Reitoria de Infraestrutura (que disponibiliza os funcionários da limpeza, interna e externa, e transporte, auxiliando no processo de destinação dos resíduos) esses resíduos são transportados para o Ecoponto Solidário localizado no Campus Paulo VI.

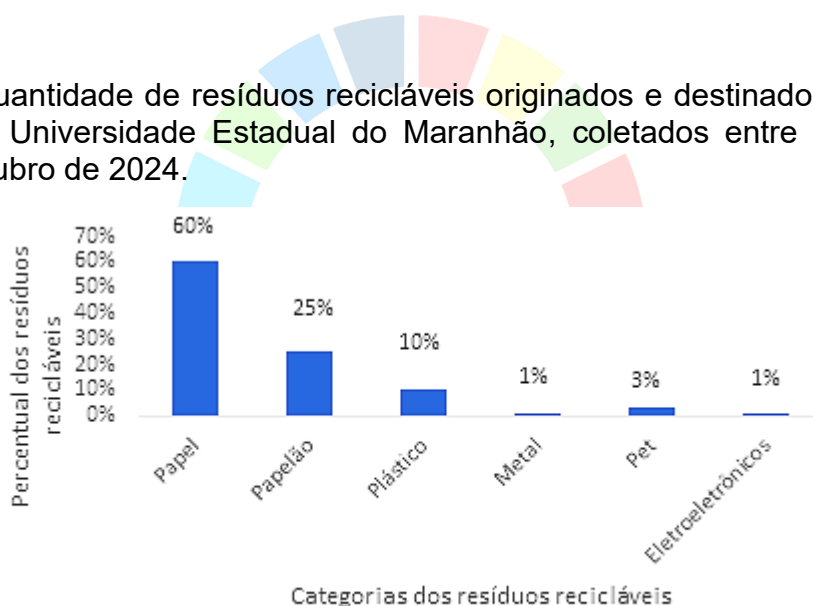
Este ecoponto é fruto de uma parceria da AGA com a Equatorial, por meio do Programa E+ Reciclagem e a Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Coopresl), quem recebe todos os resíduos do ecoponto.

Esta ação conta ainda com a parceria da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proexae) que disponibiliza voluntários, por meio do Programa de Voluntários de Fluxo Contínuo, para auxiliar no desenvolvimento das ações do projeto.

Resultados e Discussão

Foram realizadas coletas quinzenais, no período de janeiro a outubro de 2024 em todos os prédios do Campus Paulo VI da Uema. Foram realizadas 19 coletas, durante esse período, tendo sido encaminhados 6.567Kg de resíduos recicláveis originados no Campus Paulo VI, das seguintes categorias: papel, papelão, plástico, metal, PET e Eletroeletrônicos (Figura 1).

Figura 1 - Quantidade de resíduos recicláveis originados e destinados do Campus Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão, coletados entre o período de janeiro a outubro de 2024.



Fonte: Autores, 2024.

Considerando estas informações, podemos observar que o Papel (60%) e Papelão (25%) foram os materiais mais coletados, o que indica o grande uso desses materiais nos processos administrativos. Seguindo a sequência vem o Plástico (10%) com um volume significativo. As categorias com menores percentuais foram: Metal (1%), Eletroeletrônico (1%) e PET (3%).

O “Metal” e o “Pet”, em comparação com “Papel” e “Papelão”, têm menor volume e são materiais com um valor de mercado considerável. Embora as atividades administrativas da instituição demandem o uso de materiais específicos, isso pode indicar a necessidade de campanhas de coleta seletiva.

Os “Eletroeletrônicos” ainda são um desafio, com um volume ainda baixo. Isso se deve, possivelmente, à complexidade desses materiais e à necessidade de destinação adequada para evitar danos ao meio ambiente.

O grande volume de papel que seria descartado na coleta convencional pode receber sua destinação correta. Nesse sentido, em interface com as questões ambientais, os resíduos contaminam ar, águas superficiais e subterrâneas e, consequentemente, o solo. (IBGE, 2019.; Miranda, 1995, p. 12).

A comunidade acadêmica deve aprender não somente a pensar sobre sustentabilidade, mas também a agir, servindo como exemplo para a sociedade, pois suas atitudes influenciam suas ações como cidadãos (Moore, 2005).

Através do projeto “Assuma Seu Resíduo”, que preconiza o gerenciamento de resíduos recicláveis gerados na instituição, se praticam ações sustentáveis no campus de modo a englobar estratégias ambientalmente corretas, além do escopo da sala de aula, transformando a comunidade acadêmica e externa.

Desta forma, a Uema vem sendo destaque no cumprimento de políticas ambientais voltadas para o gerenciamento dos resíduos e coleta seletiva, como preconizam a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei de Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) e a Coleta Seletiva Solidária (Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006) (Brasil, 2006; Brasil, 2010).

Além disso, no que tange aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através dessas ações, é possível perceber a promoção clara dos ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

O ODS 4 está vinculado, por meio da Meta 4.7, pois, somente por meio da educação, por meio da transferência de conhecimento e da aprendizagem, poderemos ter a geração presente e futura mais consciente e com atitudes que promovam o desenvolvimento sustentável local (ONU, 2018).

Outro objetivo conectado diretamente ao projeto é o ODS 17 através da meta 17.17 (ONU, 2018). Como foi dito, a engrenagem que movimenta esse plano é a

cooperação entre a sociedade civil, setores públicos e privado, onde sem a união desses atores, o propósito o projeto Assuma Seu Resíduo não teria execução.

Desse modo, por meio do gerenciamento, a universidade contribui significativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serem alcançados. Porém, ainda precisamos criar projetos e/ou atividades que melhorem ainda mais o retrato da atualidade, em que a natureza está precisando de muita atenção. Nesse sentido, é possível perceber que através da gestão de resíduos poderemos englobar diversos ODS, tendo em vista que o descarte incorreto é uma das principais causas dos danos ambientais.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 4: Meta 4.7 (Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável).

ODS 17: Meta 17.7 (Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias).

Considerações Finais

O estudo forneceu dados quantitativos e qualitativos sobre os tipos e quantidades de resíduos gerados, permitindo uma compreensão clara da situação dos resíduos recicláveis da UEMA. Percebeu-se que o projeto "Assuma Seu Resíduo" contribuiu para a conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da reciclagem e da gestão sustentável de resíduos.

A gestão de resíduos sólidos é um desafio global que exige a colaboração de todos os setores da sociedade. O estudo apresentado demonstra que a universidade tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo, tanto como geradora de conhecimento, quanto como agente transformadora da sociedade. Ao implementar práticas sustentáveis e conscientizar a comunidade, a universidade contribui para a construção de um futuro mais justo e um desenvolvimento sustentável para todos.

Palavras-chave: Educação. Sustentabilidade. Gerenciamento.

Referências

BRASIL. **Decreto N.º 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. 21 de Out. de 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a lei n.9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 08 ago. 2020.

FERES, Y. N.; ANTUNES, F. Z. **Gestão ambiental em instituições de ensino: programa eco eficiência e sistema de gestão ambiental do SENAC São Paulo.** IX ENGEMA. Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.up.edu.br/arquivos/engema/pdf/PAP0337.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados>. Acesso em: 20 de Out. de 2024.

MARTINS, J. D. D.; RIBEIRO, M. F. **O consumismo como fator preponderante para o aumento da geração de resíduos sólidos e os impactos ambientais e na saúde pública.** Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 12. nº. 1. P 123-152. 2021.

MIRANDA, L. L. **O que é lixo.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

MOORE, J. **Barriers and path ways to creating sustainability education programs: Policyrhretoric and reality.** Environmental Education and Research, 11(5), 537–555, 2005. Disponível em:



https://www.researchgate.net/publication/248965339_Barriers_and_pathways_to_eating_sustainability_education_programs_Policy_rhetoric_and_reality. Acesso em: 21 Out. 2024.

NAGASHIMA, L. A. BARROS JÚNIOR, C.; ARAÚJO, C. C.; SILVA, E. T.; HOSHIKA, C. **Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos: uma proposta para o município de Paranaíba, Estado do Paraná, Brasil**. Acta Scientiarum Technology. v. 33. n. 1. p. 39-47, 2011.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, BRASIL. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Orientações para organizações políticas e a cidadania. Sistema ONU Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/articulando-os-programas-de-governos-com-aagenda-2030-para-o-de.html>. Acesso em: 15 out. 2024.



REFORMA AGRÁRIA POPULAR E VIOLÊNCIA DE GÊNERO. SENSIBILIZAÇÃO JUNTO AO COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA (ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES/MST, ITAPECURU-MIRIM)

Leide Ana Miranda LIMA, Curso de Agronomia, Bolsista PIBEX/UEMA,
lima661410@gmail.com

Isaac GIRIBET BERNAT, Curso de História, Professor, neri54@yahoo.es

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Introdução

O relatório anual do Atlas de Violência (2024), um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil, entre os anos de 2012 e 2022, e destaca que 3.806 foram somente em 2022, representando então uma taxa de 3,5 casos para um grupo de cada 100 mil mulheres. O estudo diferencia ainda entre as formas de violências: físicas (52,0%); psicológica (64,7%) e violência sexual (87,7%) (Atlas da violência 2024).

Existem, porém, outras formas de violência contra as mulheres, por exemplo: a violência eleitoral, patrimonial, contra a orientação sexual, econômica, social e obstétrica.

Por essa razão, resulta tão importante sensibilizar as pessoas que formam o Coletivo de Mulheres Arte é Vida, do Assentamento Cristina Alves, área vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Itapecuru-Mirim, a respeito das diversas formas de violência de gênero, reforçando os processos de auto-organização feminina que protagoniza o próprio Coletivo e consolida a atuação das instituições públicas de ensino superior como a Universitat de Lleida (UdL) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), através de projetos de extensão.

O objetivo do projeto é divulgar entre os membros Coletivo de Mulheres as diversas formas de preconceito e de violência de gênero, com o intuito de sensibilizá-las.

Metodologia

O Assentamento Cristina Alves está localizado na zona rural do município de Itapecuru-Mirim e ocupa uma área de 4.791,13 hectares, caracterizado por solos de *Argissolo* Vermelho-Amarelo e uma biodiversidade significativa de fauna e flora, incluindo áreas de Floresta Estacional e Cerrado (Medina, 2014). A economia do assentamento se baseia na produção agrícola, como milho, feijão, mandioca e arroz, em atividades conduzidas coletivamente, com ênfase na participação feminina. O Assentamento segue os princípios de transição agroecológica defendidos pelo MST, promovendo a sustentabilidade, a valorização da cultura local e a preservação ambiental.

O projeto em curso utiliza uma metodologia participativa, buscando evitar a imposição de saberes e promovendo o diálogo entre os envolvidos (Freire, 1983). Vinculado a um edital de cooperação internacional da Universitat de Lleida e ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UEMA, o projeto visa trabalhar em prol da igualdade de gênero, com atividades como oficinas de prevenção à violência contra as mulheres e sensibilização sobre condutas machistas. As atividades de campo, contam com a anuência do Setor de Gênero do MST e incluem entrevistas, oficinas e seminários voltados para a promoção da igualdade de gênero e a produção agroecológica.

Resultados e Discussão

Até o presente momento foram realizadas duas atividades de campo. A primeira delas aconteceu no dia 30 de julho de 2024, com o intuito de começar a nos familiarizar com o Assentamento Cristina Alves e o Coletivo de Mulheres Arte é Vida. Neste primeiro trabalho de campo, na parte da manhã, conhecemos a sede e algumas das áreas produtivas da Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (COOPEVI).

Figuras 1 - Estudantes do Curso de História e bolsistas do projeto UdL/UEMA visitando a sede COOPEVI e suas áreas de produção.



Fonte: Lima, 2024

Já na parte da tarde fomos recepcionados pelo Coletivo de Mulheres Arte é Vida e, em uma roda de conversa, podemos conhecer um pouco sobre sua história de lutas, desafios e conquistas alcançadas ao longo de sua trajetória, de pouco mais de uma década, onde se destaca seu protagonismo no Assentamento, tanto no que se refere à capacidade de organização como de produção de alimentos saudáveis.

Posteriormente, em 01 de outubro de 2014, retornamos ao assentamento, desta vez para implementar a oficina “Ao capital interessa a violência, a nós a Emancipação!”, onde abordamos questões referentes ao racismo, patriarcado, gênero e diversos tipos de violência: doméstica, sexual, econômica, patrimonial, eleitoral, simbólica, física e psicológica. Destacou-se a importância de combater a negligência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Durante a atividade, foram exibidos dados sobre a violência no Brasil contra mulheres, crianças, adolescentes e pessoas LGBTQIA+, com depoimentos emocionantes de casos dentro e fora do Assentamento. Isso reforçou a necessidade de discutir esses temas no Coletivo, para que as mulheres sejam acolhidas e saibam reagir a situações de violência, quaisquer que sejam elas.

Figura 2 - Oficina com apresentação de slides para sensibilização contra a violência, junto ao Coletivo de Mulheres Arte é Vida.



Fonte: Jinkings, 2024

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O projeto está articulado com o ODS 5, que trata da Igualdade de Gênero, promovendo a equidade entre homens e mulheres em todas as esferas da sociedade. Além disso, o projeto se relaciona com o ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Isso inclui a criação de ambientes educacionais que acolham a diversidade e incentivem o desenvolvimento pleno de cada indivíduo, independentemente de gênero, idade ou origem.

Considerações Finais

As atividades realizadas até o momento no Assentamento Cristina Alves demonstram a importância do trabalho colaborativo na sensibilização e combate às diversas formas de violência de gênero. As leituras, debates e oficinas promovidas pelo projeto trouxeram uma compreensão mais profunda sobre as interseções entre capitalismo, patriarcado e a violência estrutural enfrentada pelas mulheres no contexto rural. Além disso, o protagonismo do Coletivo de Mulheres Arte é Vida mostra como a auto-organização feminina é fundamental para a transformação social, promovendo a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres.

O reconhecimento das diversas violências – desde a física até à simbólica: e a criação de espaços de discussão e acolhimento são essenciais para que as mulheres possam identificar, denunciar e superar essas agressões. A atuação

conjunta entre as universidades, o MST e o Coletivo de Mulheres refletem o sucesso da metodologia participativa, onde o conhecimento é construído de forma dialógica e respeitosa.

O projeto tem promovido mudanças significativas, tanto no campo das atitudes individuais quanto no fortalecimento de ações coletivas, e contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que tange à educação de qualidade (ODS 4) e à igualdade de gênero (ODS 5). A continuidade dessas ações poderá consolidar ainda mais as conquistas das mulheres do assentamento e servir de modelo para outros contextos rurais no Brasil e no mundo.

Agradecemos às instituições envolvidas e ao Coletivo de Mulheres Arte é Vida pela valiosa troca de saberes e pelo protagonismo na luta por um futuro mais justo e igualitário.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero. MST. Violência Machista

Agradecimentos

À Universitat de Lleida, Movimento Sem Terra, Universidade Estadual do Maranhão e, sobretudo, ao Coletivo de Mulheres Arte é Vida.

Referências

ALMEIDA, Matheus Alves. MST. **Primeira colheita das máquinas chinesas: assentamentos do Maranhão comemoram resultados.** Disponível em: <https://mst.org.br/2024/05/27/primeira-colheita-das-maquinas-chinesasassentamentos-do-maranhao-comemoram-resultados/>. Acesso em: 30/08/2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024.** Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>.

ENGELMANN, Solange. MST. **Mulheres Sem Terra se mobilizam em Jornada Nacional contra o agronegócio, a fome e as violências.** Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/06/mulheres-sem-terra-se-mobilizam-em->



[jornadanacional-contra-o-agronegocio-a-fome-e-as-violencias/](#). Acesso em: 30/08/2024.

MEDINA, Julio César Bravo. **Agroecologia e MST no Maranhão: Projeto de assentamento de reforma agraria Cristina Alves-Dificuldades e perspectivas**. 2014.

PEREIRA, Tainan dos Santos et al. **Análise ecológica e socioeconômica participativa da área coletiva de sistemas agroflorestais dentro da transição agroecológica do PA Cristina Alves, Itapecuru-Mirim–Maranhão**. 2018.



SUSTENTABILIDADE E PROJETO DE VIDA INDÍGENA

Ana Júlia Gomes MONTEIRO, Curso de Direito, Bolsista Alvorecer/UFNT, ana.monteiro@ufnt.edu.br

André Angelo RODRIGUES, Curso de Direito, docente do curso de Direito da UFNT, andre.rodrigues@ufnt.edu.br

Deive Bernardes da SILVA, Curso de Direito, docente do curso de Direito da UFNT, deive.silva@ufnt.edu.br

Mariana da Silva BENTO, Curso de Direito, Bolsista Alvorecer/UFNT, mariana.bento@ufnt.edu.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Introdução

Apresenta-se, neste estudo, uma visão geral sobre o projeto “Sustentabilidade e Projeto de Vida Indígena: Protegendo Territórios e Culturas”, que é financiado pelo Programa Alvorecer da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e associado ao Curso de Direito da instituição. Envolve duas teorias que servem como paradigmas científicos para analisar os instrumentos pedagógicos da Escola Indígena Tekator, a saber: o Direito Humano a um Projeto de Vida e a Sustentabilidade, no intuito de saber se o componente curricular “projeto de vida”, assumido pela Escola Tekator, de fato corresponde a um projeto de vida sustentável capaz de proteger territórios e culturas do povo Apinajé. Desse modo, objetiva-se apresentar o Projeto “Sustentabilidade e Projeto de Vida Indígena: Protegendo Territórios e Culturas” e as teorias que o subsidiam. E, como objetivos específicos, procura-se explicar a natureza jurídica de Projeto de Vida como um Direito Humano e associá-lo ao direito ao desenvolvimento.

Como o projeto se encontra no seu primeiro mês de execução, não é possível apresentar resultados parciais sobre a escola indígena Tekator. Desse modo, o presente texto busca apresentar uma visão geral sobre o projeto em si e suas teorias, servindo como um relato parcial sobre a execução do projeto.

Metodologia

No primeiro mês de execução do projeto, foram escolhidos quatro textos para leitura, discussão e debate. Os textos envolvem a temática de fundamentação dos Direitos Humanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos e Projeto de Vida na Jurisprudência desta Corte. Foram realizados dois encontros por semana, onde bolsistas e professores debateram sobre as temáticas dos textos lidos. Os referidos textos serviram de subsídio para a escrita deste relato de experiência, onde é possível verificar o que já foi aprendido e discutido, durante o primeiro mês de execução do projeto. Assim, o presente texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e se utiliza do método lógico dedutivo para a formulação do raciocínio.

Resultados e Discussão

Juridicamente, “projeto de vida” pode ser entendido como um direito fundamental e intrínseco de cada pessoa: planejar e realizar seus objetivos e desejos, considerando a dignidade e a liberdade individual. O Estado tem a responsabilidade de garantir os direitos que promovam o desenvolvimento pleno do projeto de vida. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu artigo 6º, destaca o direito ao trabalho, fundamental para a realização dos projetos pessoais. Além disso, o Art. 6º da Constituição Brasileira, ao listar os direitos sociais, visa garantir as condições necessárias para a realização de projetos de vida dignos.

Vejamos a fala de Sessarego sobre dano ao projeto de vida: “O dano ao projeto de vida é aquele que bloqueia o alcance das metas e objetivos de vida traçados pela pessoa, que integram o âmago de sua existência, por causa de um fato traumático que lhe impede de atingir os seus ideais de vida” (Fernández Sessarego, 1995, p. 163).

A jurisprudência brasileira utiliza o conceito “dano ao projeto de vida” como uma categoria autônoma ao dano moral e já é utilizado como aparato judicial. O

"dano ao projeto de vida" refere-se à lesão que compromete ou impossibilita a concretização de planos, aspirações e realizações pessoais; é algo irreparável ou de difícil reparação. Além disso, esse tipo de dano extrapola a simples indenização financeira, pois visa compensar a frustração de expectativas legítimas, oriundas da confiança de si próprio que gerou impactos na qualidade de vida.

A jurisprudência brasileira tem utilizado esse conceito em casos em que uma pessoa teve seu desenvolvimento pessoal e seus objetivos de vida comprometidos por um evento danoso. Por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o "dano ao projeto de vida" em decisões relacionadas a acidentes que causaram limitações físicas permanentes, impedindo a pessoa de seguir uma carreira ou praticar atividades previamente planejadas (REsp 1.132.943/SP).

Além disso, o conceito tem sido aplicado em ações envolvendo violação de direitos humanos, que visam proteger a dignidade humana e o direito ao livre desenvolvimento pessoal, como casos de erro médico, privação injusta de liberdade e acidentes de trabalho, onde a interrupção de projetos pessoais justifica a reparação, não apenas pelo dano material, mas também pela frustração dos objetivos de vida.

Com a concepção de projeto de vida devidamente elaborada, tem-se, em seguida, a necessidade de esclarecer a temática da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, seus conceitos e sua aplicação no âmbito do projeto de vida. Isso porque o Estado deve auxiliar o desenvolvimento de projetos de vida através de políticas públicas que sejam sustentáveis.

O desenvolvimento sustentável é uma concepção que tem estado mais evidente nos últimos anos, com a maior discussão acerca da proteção do meio ambiente, tanto natural (natureza em si), quanto artificial (a sociedade) e os cuidados que são devidos para preservá-los. Essa percepção sobre desenvolvimento versa sobre um pensamento fora do mero economicismo que visa apenas o lucro, tendo um enfoque maior na preservação da natureza, incluindo as próximas gerações que existirão no futuro, além de buscar a diminuição da desigualdade social e resgatar a diversidade cultural dos povos. O termo não é único na temática, podendo ser tratado

como desenvolvimento viável e desenvolvimento sustentado (Montibeller Filho, 1993).

Com pensamento semelhante, antes de associar o projeto de vida à ideia da sustentabilidade, cita-se, tão importante quanto, a escola do Ecodesenvolvimento, introduzida por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo e bastante trabalhada por Ignacy Sachs, após a década de 1970 (Montibeller Filho, 1993). Conforme definição de Sachs, também citada por Montibeller Filho (1993, p. 132), o Ecodesenvolvimento seria “o desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento, com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio”.

Desse modo, assim como no desenvolvimento sustentável, o Ecodesenvolvimento também se preocupa com os aspectos econômicos, conjuntamente com os aspectos sociais, ambientais e culturais. É pertinente a conceituação neste trabalho pelo universo de ideias que essa escola desenvolve, trazidas por Sachs, às cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento (Montibeller Filho, 1993): Sustentabilidade Social: focada no processo de justiça social e diminuição de desigualdades; Sustentabilidade Econômica: objetiva a alocação e gestão eficiente dos recursos; Sustentabilidade Ecológica: a utilização prudente e consciente dos recursos naturais, respeitando os ecossistemas e protegendo as fontes de recursos; Sustentabilidade Espacial ou Geográfica: busca a democratização na relação campo-urbana; Sustentabilidade Cultural: desenvolvimento com respeito às culturas diversas, e a não imposição de soluções que não sejam específicas para determinado ecossistema.

Observando o discutido, agora no campo do projeto de vida, destaca-se que as cinco dimensões apresentadas são essenciais para a construção de políticas públicas destinadas ao auxílio do desenvolvimento de um projeto de vida individual e coletivo

É com atenção nesses aspectos que o Estado entra como garantidor do direito a um projeto de vida, com a elaboração de políticas públicas que visam tornar

tangível o que se encontra somente no campo das ideias, fornecendo o meio ambiente ideal e sustentável, para a concretização dos projetos de vida de cada indivíduo e povo e protegendo suas singularidades, tradições e cultura.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O estudo busca identificar a existência de um direito ao projeto de vida sustentável e que o Estado é responsável pela criação de políticas públicas que efetivem esse direito a um projeto de vida. Portanto, alinha-se ao ODS 4, que se refere à educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Isso porque, ao visualizar o direito ao projeto de vida à luz da sustentabilidade, será possível promover um aprendizado de qualidade que seja mecanismo para atingir as cinco dimensões da sustentabilidade, e ao mesmo tempo, uma efetivação do direito ao desenvolvimento indígena.

Considerações Finais

Projeto de vida é um conceito vago e abstrato que pode ser interpretado a partir de diferentes perspectivas, como por exemplo, através de uma visão meramente economicista ou através de uma teoria da sustentabilidade. A teoria da sustentabilidade auxilia na interpretação de “projeto de vida”, principalmente no que diz respeito à criação de políticas públicas, para o auxílio do desenvolvimento do projeto de vida individual e coletivo que seja sustentável em todas as suas dimensões.

Palavras-chave: Projeto de vida, Sustentabilidade, Direito ao desenvolvimento.

Agradecimentos

O presente projeto está sendo executado com o apoio do Programa Alvorecer da Universidade Federal do Norte do Tocantins, que é responsável pelo seu financiamento.



Referências

HACHEM, Daniel Wunder; BONAT, Alan. **O Direito ao Desenvolvimento de um projeto de vida na jurisprudência da corte interamericana de Direitos Humanos e a educação como elemento indispensável**. Revista Opinião Jurídica, vol. 15, núm. 21, diciembre, 2017, pp. 77-105.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios**. Textos de economia, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.



5 IGUALDADE DE GÊNERO



**ODS 5 – Alcançar a igualdade de
gênero e empoderar todas as
mulheres e meninas**



A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A QUESTÃO DE GÊNERO: DESAFIOS E EVOLUÇÕES À LUZ DO ODS 5

Adrian Kaike Oliveira ARAÚJO, Curso de Relações Internacionais, adriankaike005@gmail.com

Livya Ellen Ivo ARAÚJO, Curso de Relações Internacionais, ellenlivya4@gmail.com

Louise Carolina Nascimento MATOS, Curso de Relações Internacionais, louisecarolina1@gmail.com

Luiza Pereira de SOUSA, Curso de Relações Internacionais, luluizasousa038@gmail.com

Mirna Vitória de Santana Silva CAMPOS, Curso de Relações Internacionais, mirnacamposcv@gmail.com

Samara de Menezes ANJOS, Curso de Relações Internacionais, samara.dma11@gmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O eixo temático em questão é a igualdade de gênero, diretamente articulado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) da Agenda 2030 da ONU, que busca "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Esse ODS engloba nove metas específicas voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, reconhecimento e valorização do trabalho não remunerado, igualdade de oportunidades e o uso de políticas eficazes que promovam a inclusão de gênero.

Introdução

A política externa brasileira oscila na incorporação de uma perspectiva de gênero, em que apesar da influência de diretrizes internacionais que promovem a igualdade de gênero, o Brasil enfrenta desafios internos para implementar essas políticas e ampliar a participação feminina em posições de liderança.

Assim, é justificável analisar como a política externa brasileira lida com a questão de gênero, identificando avanços e obstáculos, além do papel dos diferentes atores nesse processo. A interseção de gênero e políticas de desenvolvimento no Brasil é um ponto crucial, pois, segundo Daniela Vieira (2018), políticas que incorporam a perspectiva de gênero tendem a ser mais eficazes em alcançar resultados sustentáveis. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar como a política externa brasileira contribui para fortalecer a justiça de gênero e cumprir

compromissos internacionais de igualdade, promovendo inclusão, proteção e empoderamento.

Metodologia

Este trabalho utiliza uma abordagem qualiquantitativa, baseada em levantamento bibliográfico e documental, com materiais extraídos de sites, blogs, livros e artigos. A pesquisa qualitativa permite uma análise aprofundada da interseção entre a política externa brasileira e a questão de gênero, enquanto a quantitativa fornece dados e indicadores estatísticos essenciais, alinhados ao ODS 5. O percurso metodológico incluiu a coleta, leitura exploratória e aprofundada dos materiais, seguidas de anotações reflexivas e revisão criteriosa para a elaboração final do artigo.

Resultados e Discussão

Com base na metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, esta seção apresenta os resultados e discussões sobre os entraves e avanços da política externa brasileira nas questões de gênero, considerando a relevância teórica de artigos, notícias e livros selecionados. A análise foca na efetividade do ODS 5 da Agenda 2030 da ONU, com ênfase na qualidade e impacto acadêmico das fontes.

Em primeiro lugar, através da análise bibliográfica de uma entrevista concedida à BBC, em 2016, por Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, fez-se evidente que a continuidade da priorização, por parte do governo brasileiro, de políticas públicas que promovam as nuances da igualdade de gênero previstas pelo ODS 5 enfrenta desafios significativos, devido às mudanças governamentais e ideológicas entre gestões.

Desse modo, como exemplo, o governo de Dilma Rousseff, ao longo dos cinco anos e meio de seus dois mandatos, nomeou 18 mulheres para a sua equipe ministerial; em contrapartida, a equipe inicial do governo seguinte, o de Michel Temer,

não possuiu nenhuma representante do sexo feminino, com o então presidente deliberadamente afastando-se de inúmeras pautas, como as temáticas de gênero, e optando por uma abordagem ortodoxa, focando em reformas econômicas, como a Reforma da Previdência, (BBC BRASIL, 2016). Quanto às decisões do governo Temer, Gasman ressaltou que a nação verde-amarela “passou a ser um dos pouquíssimos países do mundo sem mulheres no comando de ministérios” (BBC BRASIL, 2016).³

A promoção da equidade de gênero pelos órgãos governamentais brasileiros permanece limitada, refletindo uma longa trajetória de desigualdade. O Brasil continua entre os países com menor participação feminina nos poderes Legislativo e Executivo, e o Itamaraty, principal órgão da política externa brasileira, nunca teve uma mulher como ministra das Relações Exteriores. Embora a primeira mulher embaixadora, Odete de Carvalho e Souza, tenha sido nomeada em 1956, o acesso institucionalizado das mulheres à carreira diplomática só foi permitido em 1961, após uma reforma no órgão.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, houve avanços pontuais, como a nomeação da embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida para a subsecretaria-geral e a liderança feminina na Missão Permanente do Brasil na ONU, entre 2007 e 2013. Apesar disso, a representatividade feminina no Itamaraty ainda é baixa, com apenas 23% de mulheres entre os diplomatas, totalizando 360 profissionais atualmente. Esses números evidenciam os desafios históricos e estruturais para alcançar a igualdade de gênero na diplomacia brasileira.

Logo, apesar de avanços nas estatísticas relacionadas à ocupação de cargos, remuneração e respeito às mulheres, ainda há um longo caminho a percorrer. O cumprimento dessa meta exige o engajamento de diferentes órgãos públicos e não governamentais, para que ocorra a promoção da igualdade de gênero no país.

³ FAGUNDEZ, Ingrid; MENDONÇA, Renata. Como primeira ‘presidenta’, Dilma deixou algum legado para as mulheres? BBC Brasil, São Paulo, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>. Acesso em: 27 out. 2024.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os ODS 5 e 16 são centrais ao tema, abordando igualdade de gênero e instituições eficazes. O ODS 5 destaca a eliminação de discriminações (Meta 5.1) e a participação feminina em lideranças (Meta 5.5), enquanto o ODS 16, pela Meta 16.7, enfatiza decisões representativas e participativas. A baixa presença feminina em cargos de poder, como no Itamaraty, reforça a necessidade de políticas inclusivas alinhadas à Agenda 2030.

Considerações finais

Portanto, a busca pela igualdade de gênero na política externa brasileira avança de forma lenta, revelando um contexto de entraves históricos e culturais. A análise documental e bibliográfica destacou como as mudanças governamentais influenciam diretamente a priorização de políticas públicas voltadas para a igualdade, com diferenças marcantes entre gestões, que impactam a continuidade de iniciativas em prol das mulheres, como analisado na trajetória feminina no Itamaraty e em cargos de liderança política marcada por conquistas pontuais, mas insuficientes.

Assim, apesar de avanços em décadas recentes, persistem barreiras que limitam a representação feminina em instâncias decisivas, contrastando com o compromisso brasileiro com o ODS 5 da Agenda 2030 e indicando a necessidade de um esforço contínuo e estruturado.

Palavras-chave: Gênero. ODS. Política.

Agradecimentos

Os autores do presente trabalho gostariam de dirigir seus mais sinceros agradecimentos a todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho e, especialmente, ao projeto de extensão "Gonçalves nas Escolas", que possibilitou que criassem laços e através do qual



puderam vivenciar experiências enriquecedoras e inimagináveis dentro da Universidade.

Referências

FAGUNDEZ, Ingrid; MENDONÇA, Renata. **Como primeira 'presidenta', Dilma deixou algum legado para as mulheres?** BBC Brasil, São Paulo, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>. Acesso em: 27 out. 2024.

FORLINI, L. **As mulheres na política externa brasileira.** Fundação Perseu Abramo, Brasil, 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2019/03/11/as-mulheres-na-politica-externa-brasileira/>>. Acesso em: 27 out. 2024.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E LUTA NO CAMPO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE GÊNERO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO MARANHÃO

Rômulo Bessa dos SANTOS, Mestrando em Direito e Afirmações de Vulneráveis (UniCeuma), Bolsista FAPEMA/UniCeuma, rbessaethalya@gmail.com

Thiago Allisson Cardoso de JESUS, Professor Permanente - Coordenador adjunto PGDIR/Ceuma, Professor Permanente do Departamento de Direito, Economia e Contabilidade - UEMA, thiagojesus@professor.uema.br

Valdira BARROS, Professora Permanente PGDIR/Ceuma, Professora Permanente do Departamento de Ciências Sociais - UEMA, valdirabarros@gmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Introdução

A atividade extrativa do babaçu, que é historicamente realizada por mulheres, revela uma faceta importante da luta por autonomia e empoderamento feminino nas comunidades rurais brasileiras. As quebradeiras de coco babaçu, ao coletar e processar esse recurso, não apenas garantem sua subsistência, mas também conquistam um espaço de decisão sobre suas vidas e seus recursos, reduzindo a dependência em relação aos parceiros.

No cenário do trabalho agrícola, o papel das mulheres é indispensável, englobando tanto atividades produtivas quanto a preservação de costumes e tradições, muitas vezes invisibilizadas ao longo da história. A década de 90 trouxe à tona uma série de movimentos femininos autônomos que buscavam não apenas o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras rurais, mas também a luta por condições dignas de trabalho e acesso à terra. Nesse contexto, o presente trabalho visa expor a relação simbiótica entre as Quebradeiras de Coco Babaçu e a Natureza, e como sua luta impacta na garantia de direitos fundamentais para a promoção de uma vida digna no campo.

Metodologia

Este estudo utilizou o método de pesquisa bibliográfica, recorrendo a artigos científicos, dissertações, teses, e outras fontes que abordam os temas “Desenvolvimento Sustentável e Luta no Campo: Uma Análise Histórica de Gênero das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão”, bem como as questões de “responsabilidade civil” e “responsabilidade ambiental”.

As obras selecionadas pertencem a diferentes períodos históricos, escolhidas por representarem núcleos atuantes e apresentarem uma contribuição significativa e constante dentro do contexto do tema analisado.

Com base nos conceitos apresentados pelos autores, o trabalho investigará o contexto social maranhense, com foco na luta por igualdade de gênero travada pelas comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu. Para a construção do perfil dessas comunidades, foi necessário levantar e analisar estudos de diferentes épocas, permitindo identificar as diferenças e semelhanças relacionadas à problemática ao longo dos anos.

O estudo adota uma abordagem essencialmente qualitativa, com ênfase no estudo documental.

Resultados e Discussão

A atividade extrativa do babaçu é, e sempre foi realizada predominantemente por mulheres. Para as quebradeiras, a coleta e o processamento do coco babaçu proporciona às mulheres uma maior autonomia, uma vez que elas têm o poder de decidir como utilizar esse recurso, tornando-se menos dependentes de seus parceiros.

Ainda que, desconsiderando as particularidades dos contextos sociais, econômicos e culturais em que as mulheres estão inseridas, propostas que envolvem o direito de possuir seus próprios recursos possuem um valor significativo no contexto feminino em geral. O direito de obter uma renda é uma das condições

fundamentais para que as mulheres possam desfrutar da vida com liberdade (DAHALL, 1993).

As mulheres indígenas latino-americanas atribuem ao conceito de corpo-território as experiências de resistência, diante dos contextos de violência que enfrentam. Esses conflitos se manifestam de diversas formas no corpo e no espaço. A instalação de mineradoras, monoculturas, exploração mineral, privatização da água, construção de megaestruturas e outros, impactam profundamente a reprodução familiar das populações tradicionais, especialmente. À medida que são impedidas de continuar a reproduzir seus modos de vida tradicionais, os processos de intensificação da ocupação capitalista revelam-se inseparáveis das violências vivenciadas pelas mulheres no contexto local (NONATO, 2021).

No contexto do trabalho no campo, as mulheres sempre desempenharam um papel imprescindível, desde a participação nas atividades agrícolas até questões sociais ligadas aos costumes, tradições e valores (CARNEIRO, 2008). Ao longo da história da agricultura, a atividade produtiva se mescla com a atividade doméstica e atividade feminina não raramente é invisibilizada (PERROT, 2007).

No Brasil, a partir da década de 90, diversos movimentos femininos autônomos surgiram para reivindicar direitos sociais e individuais de trabalhadoras rurais, buscando, principalmente, o reconhecimento profissional das trabalhadoras rurais, a participação sindical, o direito à terra e a reforma agrária, a licença maternidade remunerada e aposentadoria para trabalhadoras rurais. Em relação às quebradeiras de coco babaçu, é um símbolo cultural destas comunidades rurais que o trabalho seja realizado pelas mulheres, e sejam tradicionalmente transmitidas de mãe para filha (SCHWARTZ, 2017).

Sendo assim, surge, no contexto da criação inúmeras políticas neoliberais que, sobretudo, visavam a expropriação de quebradeiras de coco e suas famílias dos territórios em que sempre habitaram e em que plantavam a palmeira de babaçu, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, para lutar, no sentido ambiental, por questões ligadas à devastação dos recursos naturais e

pelo livre acesso e uso comum das palmeiras de babaçu, mas para além disso, para reivindicar a ocupação de espaços políticos, geralmente dominados por homens.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O texto abordado se alinha o ODS 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas) visto que analisa a luta por igualdade de gênero, travada pelas comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu no maranhão, e como esta luta preserva a sua existência. Não obstante, também faz referência às contribuições socioambientais implementadas pela atividade extrativista das quebradeiras de coco babaçu, que por si só, é um grande movimento de empoderamento feminino no estado.

Desde os primórdios de suas atividades, as comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, veem na palmeira um instrumento de esperança, não só financeira, mas como forma de institucionalizar suas necessidades políticas e sociais.

Necessidades estas que culminaram na criação de instituições como a ASSEMA e o MIQCB, não só isso, em busca de protagonismo e empoderamento à classe, as quebradeiras passaram a reivindicar também espaços políticos, tradicionalmente ocupados por homens e conseguiram, na década de 90, eleger representantes aos cargos do legislativo municipal de Lago do Junco que, entre lutas e reivindicações, culminaram na criação da primeira “Lei do Babaçu Livre”, afim de promover a existência da Mata dos Cocais e do próprio movimento das extrativistas no estado. Ainda sobre conquistas, em 2022, tomou posse do cargo de Chefe do Governo do Estado do Piauí, a primeira mulher de sua história, a ex quebradeira de coco babaçu, a professora Maria Regina Sousa.

Desta forma, o movimento feminino, que surgira afim de promover igualdade de gênero, principalmente no campo, tomou forma com uma das principais linhas de frente contra ataques ao meio ambiente, servindo como verdadeiras “guardiãs da Mata dos Cocais”, e por derivação, protetoras de todo o meio ambiente. Com isso,

as quebradeiras de coco babaçu se fortaleceram, enquanto grupo social, e se reconhecem como sujeitos de direitos, construindo sua identidade coletiva como mulheres, inclusive, contribuindo para a percepção moderna de “populações tradicionais”.

Assim, a luta travada por estas comunidades tradicionais abre a reflexão sobre as relações entre os seres humanos e a terra, enfatizando a reciprocidade e o respeito necessários para uma convivência harmônica com a natureza. As interações culturais e sociais que moldam a vida dos que dependem da terra, ressaltam a importância de práticas sustentáveis e a valorização dos saberes tradicionais (SANTOS, 2023).

Esse tema ressoa fortemente com as comunidades de quebradeiras de coco babaçu, que têm uma relação intrínseca com o meio ambiente. Essas comunidades, compostas em sua maioria por mulheres, utilizam o babaçu como fonte de alimento, renda e cultura, vivendo em harmonia com a floresta. A coleta do coco babaçu é, não apenas uma atividade econômica, mas também uma prática que envolve conhecimento ancestral e formas de resistência, frente à exploração.

Desta forma, fica evidente, que a realidade das quebradeiras de coco babaçu converge na defesa de uma relação mais equilibrada entre humanos e natureza, onde o cuidado, a tradição e a sustentabilidade são essenciais para a sobrevivência e a dignidade.

Considerações Finais

Em síntese, a atividade extrativa do babaçu, predominantemente realizada por mulheres, destaca-se como um poderoso instrumento de autonomia e resistência. As quebradeiras de coco babaçu, não apenas garantem sua subsistência, mas também exercem um papel fundamental na luta por direitos e reconhecimento, em um contexto social e econômico desafiador. A conexão entre a coleta do babaçu e a autonomia feminina é evidente, pois permite que essas



mulheres tomem decisões sobre seus recursos e suas vidas, promovendo um sentido de liberdade, essencial para o seu desenvolvimento pessoal e comunitário.

Desta forma, iniciativas como a criação das “leis do babaçu livre”, surgem como alternativa para garantia e sobrevivência destas comunidades, bem como o surgimento de movimentos como o MIQCB, que garantem a identidade e empoderamento destas mulheres.

Palavras-chave: Babaçu. Quebradeiras. Gênero.

Referências

CARNEIRO, Maria José. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar? mundo rural brasileiro:** ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro. Edur, 2008. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/07/Texto-11.pdf>. Acesso em: 22. out. 2024.

DAHL, Tove Stang. **O Direito das Mulheres. Uma introdução à Teoria do Direito Feminista.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

NONATO, Laura Miranda. **A dinâmica de comunidades extrativistas de babaçu no Piauí: um estudo de caso dos municípios de Miguel Alves e Agricolândia.** 2021. 93 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo, editora Contexto, 2007, 190p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. **Quebradeiras de coco de babaçu: cultura tradicional e a preservação do meio ambiente.** Emblemas, Catalão, v. 14, n. 1, p. 57- 72, 2017.

LIDERANÇA FEMININA EM QUILOMBOS DA AMAZÔNIA PARAENSE

Crystiane Amaral COUTINHO, Mestranda quilombola em Administração, Programa de Pós-graduação em Administração-PPGAD-UFGA. Bolsista CAPES. Krys.coutinho@gmail.com ORCID: 0009-0008-089900860.

Marinalva Cardoso MACIEL, Doutora em Economia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFGA. Email: marinalvamaciell@gmail.com ORCID: 0000-0002-8670-8215.

Maria do Socorro Rayol AMORAS, Doutora em Antropologia. Docente de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social PPGSS-UFGA.

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Introdução

Esta investigação nasceu da inquietação em compreender o papel das mulheres quilombolas como líderes, nas esferas sociais e políticas de seus territórios. O foco incide na contextualização do quilombo amazônico, de mulheres da Região do Alto Acará, na zona rural, localizada no município de Acará, Pará. Os remanescentes quilombolas, se uniram para defender seus direitos territoriais, organizando-se por meio de associações.

O objeto de estudo é a Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto do Acará (AMARQUALTA), que exemplifica a organização político-social do movimento conhecido como quilombagem, retratando a tradição de organização das comunidades quilombolas no Brasil, conforme descrito por Clovis Moura.

A pesquisa buscou analisar a liderança feminina no contexto dessa associação, utilizando a teoria da interseccionalidade como referencial. Além disso, o estudo se alinha ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, destacando a importância da participação feminina em espaços de liderança.

Metodologia

Foram empregadas as seguintes metodologias: Pesquisa Histórica e Pesquisa-Ação. A Pesquisa Histórica tem como objetivo compreender, analisar e

interpretar eventos, sociedades e processos que marcaram o passado. A Pesquisa-Ação Participante (APA), por sua vez, fundamenta-se em constructos teóricos que visam estabelecer um diálogo aprofundado entre pesquisadoras/es e interlocutoras/es.

A investigação adota uma perspectiva crítica para analisar o protagonismo das mulheres quilombolas na Amazônia Paraense, utilizando a teoria do feminismo negro ou interseccionalidade, como ferramenta metodológica. Essa abordagem examina as interseções das opressões enfrentadas por mulheres negras, mestiças, indígenas e periféricas do "terceiro mundo", considerando gênero, raça e território, como categorias que interagem e se sobrepõem, resultando em desigualdades.

O campo de pesquisa é a AMARQUALTA, localizada na região do Alto do Acará, na zona rural do município de Acará, no nordeste do estado do Pará. A participação no estudo foi restrita a mulheres quilombolas, nativas da região ou com mais de 10 anos de vivência na área, além de lideranças, independentemente do exercício formal de cargos, com as quais foram realizadas entrevistas narrativas.

No quilombo da AMARQUALTA, até o início da pesquisa em 2024 tinha-se uma estimativa de 728 pessoas, que se reconhecem e autodeclaram como remanescentes de quilombolas. Dessas, 375 aproximadamente são mulheres. Entre as mulheres, 20 atenderam o critério de inclusão e aceitaram participar da pesquisa.

Resultados e Discussão

Ribeiro (2018) aponta que o feminismo negro no Brasil começou a se afirmar na década de 1980, apesar da falta de reconhecimento e escassez de informações. A atuação de pesquisadoras como Sueli Carneiro, Jurenma Weneck e Lélia Gonzalez foi fundamental para o avanço desse movimento, embora suas contribuições ainda não tenham recebido a devida atenção no campo da Administração Científica, a produção acadêmica de pesquisadoras negras é essencial para a compreensão da organização política e social das mulheres negras no Brasil.

Novais e Jucá (2017) analisam a relação entre feminismo e marxismo, destacando a expropriação da sexualidade em contraste com a expropriação do trabalho. As autoras ressaltam que "o ato de escrita e teorização é um resgate da

cultura oral do povo negro, reafirmando saberes silenciados", promovendo assim o protagonismo na história. Observam que as mulheres negras enfrentam uma dualidade em sua personalidade: são vistas como supermulheres, dotadas de força inabalável, ou como vítimas, questionadoras de um lugar social imposto a elas. E reforçam o pensamento que o aumento de estudos sobre quilombos é necessário, para compreender suas formas de luta e dar visibilidade ao movimento.

Lima (2023) discute a liderança em uma temática ampla. Contudo a liderança feminina, especialmente em quilombos da Amazônia, ainda apresenta lacunas de estudo. Uma das particularidades nessa temática pode ser a complexidade em descrever o movimento quilombola, que Clóvis Moura (1981; 2001; 2021) enfatiza ricamente na teoria da quilombagem, ao contextualizar a origem dos quilombos brasileiros, como um movimento social em constante oscilação, que na atualidade luta por direitos territoriais e a preservação cultural e ancestral.

Souto (2020) define o aquilombar como um ato de resistência e coletividade, refletindo a organização social da população negra contemporânea. O aquilombar feminino representa a resistência das mulheres negras contra as opressões do passado. Atualmente, lideranças femininas em quilombos brasileiros, incluem mulheres negras e não negras, o feminismo negro e, em particular, feminismo em quilombos, enfrentando desafios de reconhecimento em suas comunidades (Coutinho; Maciel, 2024). As lutas das mulheres quilombolas, conforme Amoras, Costa e Araújo (2021), começam a ser vistas, e seu saber ancestral é essencial na construção de estratégias de resistência, frequentemente, se originando no ambiente familiar e em interações comunitárias.

No presente estudo foi detectado que algumas participantes assumem lideranças religiosas, lideranças comunitárias e/ou influenciam na tomada de decisão, onde algumas ocupam múltiplos espaços de poder, contribuindo para o desenvolvimento de diversas atividades. Entretanto, ao serem questionadas sobre suas atuações em papéis de liderança, muitas dessas mulheres hesitam em se assumirem como líderes, reconhecendo frequentemente o papel de liderança apenas nos homens. Essa dinâmica ressalta um paradoxo importante: apesar da atuação significativa das mulheres nas comunidades, as estruturas sociais ainda perpetuam a ideia de que a liderança é predominantemente masculina. Por outro

lado, percebe-se que as entrevistadas enxergam mudanças no papel das mulheres quilombolas ao longo do tempo (Quadro 1), conectando-se diretamente ao ODS 5. Além disso, no contexto da quilombagem amazônica, essas mudanças refletem o fortalecimento das identidades coletivas e das lutas por direitos territoriais e sociais.

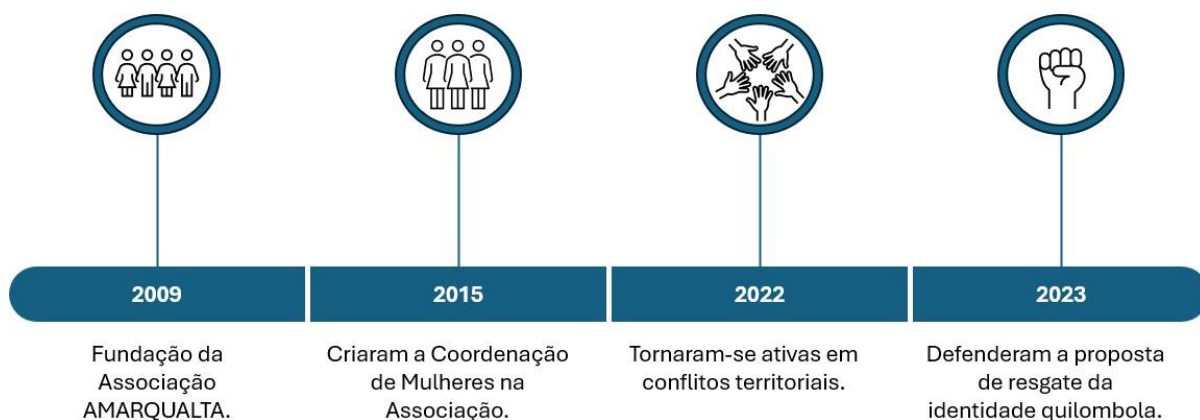
Quadro 1 – As Diferenças do Passado para o Presente.

AS MULHERES DA MINHA FAMÍLIA:	
O ONTEM	O PRESENTE
As mulheres não participavam de debates, reuniões ou conversas junto aos homens. Seu papel estava restrito às atividades do lar, à agricultura e aos cuidados com crianças, idosos e pessoas enfermas. Casavam-se precocemente, assim que iniciavam a menstruação. Seu trabalho era voltado para a subsistência da família, sem nunca assumirem posições de liderança.	As mulheres estão envolvidas em debates, deliberações, reuniões e manifestações ao lado dos homens. Elas desempenham diversas atividades, que vão desde os cuidados com o lar e a família, até à agricultura e iniciativas comunitárias. Além disso, buscam priorizar oportunidades de educação, evitando casamentos precoces. O trabalho que realizam é fundamental para a sobrevivência de suas famílias e comunidades. Embora muitas delas assumam papéis de liderança, frequentemente não se reconhecem como tal, subestimando sua importância e impacto.

Fonte: Autoras. Jul/2024.

O feminismo ainda é pouco conhecido entre as participantes, mas elas vivenciam suas práticas no contexto do movimento quilombola, através da organização política, de gênero e de classe, como exposto pelas participantes, a atuação feminina desempenhada ao longo do tempo (Figura 1), com destaques para: 2009, com a fundação da AMARQUALTA, onde as mulheres articularam a importância da organização administrativa do coletivo quilombola em comunidade e na família; 2015, quando criaram a Coordenação de Mulheres na Associação; 2022, quando se tornaram ativas em conflitos territoriais, reivindicando melhorias nas políticas públicas nas áreas de educação, segurança, saúde e outras; e 2023, quando defenderam a proposta de resgate da identidade quilombola e promoveram saberes ancestrais e culturais, entre outras atividades.

Figura 1 – Participação feminina no movimento quilombola.



Fonte: Autoras. Jul/2024.

As mulheres da AMARQUALTA abraçaram o conceito de aquilombamento feminino. Ao se aquilombarem, defendem seus direitos e assumem seus deveres. Entretanto, o baixo nível de escolaridade e a escassez de leitura dificultam o desenvolvimento do afro-empoderamento necessário para que possam se organizar em busca de melhorias em conjunto na esfera econômica.

No contexto específico das mulheres que vivem em quilombos na Amazônia, o ODS 5 torna-se ainda mais relevante. Esses quilombos, que são comunidades hereditárias formadas por descendentes de negros e negras africanos, que lutaram contra a escravidão, enfrentam desafios únicos e complexos. Muitas vezes, as mulheres, nessas comunidades, enfrentam barreiras sociais, culturais e econômicas, que limitam a sua participação nas esferas política e econômica (Coutinho; Maciel, 2024).

Considerações Finais

Para que possamos avançar na promoção da igualdade de gênero no contexto do ODS 5, é essencial desenvolver políticas que não apenas incentivem a inclusão das mulheres em processos decisórios, mas também que promovam a conscientização sobre seus direitos e potencialidades. Isso inclui a criação de oportunidades de formação e capacitação, que permitam às mulheres desenvolver habilidades de liderança e empoderamento econômico.

A luta pela visibilidade da liderança feminina, pela autonomia econômica e pelo reconhecimento da importância das mulheres, na preservação dos territórios e culturas quilombolas, deve ser continuamente incentivada. Reconhecer e valorizar seus esforços contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva. O apoio a essas lideranças é vital para o empoderamento e para o avanço social e cultural, nas comunidades quilombolas.

Além disso, é vital que sejam estabelecidas redes de apoio e solidariedade entre as mulheres de diferentes quilombos, assim como, com outras organizações que lutam pelos direitos das mulheres. Essa articulação é crucial para fortalecer suas vozes e garantir que suas demandas sejam ouvidas e atendidas.

A transformação da realidade das mulheres, nas comunidades quilombolas amazônicas, requer um esforço coletivo que envolva, tanto as próprias comunidades quanto os governos e a sociedade civil. Por meio de uma abordagem inclusiva e intersetorial, podemos garantir que o ODS 5 não seja apenas um objetivo a ser alcançado, mas uma realidade vivida por todas as mulheres e meninas, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Palavras chaves: Feminismo negro; Liderança feminina; Aquilombar feminino.

Agradecimentos

Peço licença às mais velhas, que com suas mãos transformaram as dificuldades em possibilidades, que em seus dedos tiveram as digitais apagadas pela brutalidade do trabalho escravo, mas que em suas almas e espírito carregaram a certeza de um dia ter suas descendências ocupando os espaços que hoje ocupamos.

Referências

AMORAS, M.; COSTA, S. M. G.; ARAÚJO, L. M. **O Ativismo das Mulheres Negras Escravizadas no Brasil Colonial e Pós-Colonial, no Contexto da América Latina. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades. v. 23, e202128, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202128.



COUTINHO, Crystiane Amaral. MACIEL, Marinalva Cardoso. **O Afroempoderamento na Quilombagem Amazônica das mulheres da Amarqualta.** XXVII Seminário de Administração – SEMEAD. São Paulo. 2024.

COUTINHO, Crystiane Amaral. MACIEL, Marinalva Cardoso. **A Interseccionalidade no Afroempoderamento de Mulheres Negras em Quilombos Amazônicos do Município de Acará.** XV Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade & II Conferência Internacional de Economia Criativa e Políticas Públicas. Unama. Belém. 2024.

LIMA, Livia Leite Santiago. **O Papel da liderança em Tempos Pós-Pandemia.** Anais do Congresso Nacional de administração – XXVIII CONAD, 2023. Espírito Santo. Disponível em: <https://www.conad.adm.br/2024/assets/docs/ANAIS-CONAD-2023.pdf>.

MOURA, Clóvis. **A Quilombagem como Expressão de Protesto Radical.** 2001. disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408011>

MOURA, Clóvis. **O Negro, de Bom Escravo a Mau Cidadão?** 2. Ed. –São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas.** 3ª Ed – São Paulo. Ciências Humanas. 1981. 282 p

Nações Unidas. 2024. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis no Brasil.** Disponíveis em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

NOVAIS, Maysa Carvalho dos Reis. JUCÁ, Roberta Laena Costa. **Aquilombar o Feminismo.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

RIBEIRO, Djamila - **Quem tem medo do Feminismo Negro?** – 1ª ed. São Paulo; Companhias das letras, 2018.

SOUTO, Stéfane Silva de Souza. **"Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea."** Metamorfose, 4,4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/index/login>

PROTAGONISMO FEMININO NAS CIÊNCIAS: ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE MENINAS E MULHERES EM CARREIRAS CIENTÍFICAS

Antônia Jordânia Oliveira CASTRO, Curso de Ciências Biológicas, Bolsista PIBEX/Uema, jordaniacastro05@gmail.com)

Andrea Christina Gomes de AZEVEDO-CUTRIM, Curso de Ciências Biológicas, Professora Associado I/Uema), andreacgazevedo@uol.com.br

Rayanne dos Santos CASTRO, Curso de Ciências Biológicas, Voluntária PIBEX/Uema) rayannedscastro@gmail.com

Deyse Siqueira ANDRADE, Curso de Ciências Biológicas, Voluntária PIBEX/Uema) deyse.sa21@gmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Introdução

Historicamente, as mulheres foram limitadas ao papel doméstico, enquanto os homens dominavam áreas como a ciência. Esse contexto patriarcal restringiu o acesso feminino a diversas profissões, incluindo carreiras científicas. Como destacado por Cordeiro (2020), a família atua como o alicerce sociológico do patriarcado, perpetuando a exclusão das mulheres.

Mesmo com avanços recentes, as mulheres ainda enfrentam sub-representação e desafios significativos no ambiente científico. Segundo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, alcançar a igualdade de gênero é essencial para promover um crescimento econômico inclusivo (PNUD, 2020).

O presente estudo visa incentivar a participação de meninas e mulheres em carreiras científicas, além de estimular aquelas que já estão no campo, a persistirem e se tornarem agentes no desenvolvimento científico e tecnológico do Maranhão. A implementação de materiais pedagógicos busca, não apenas apoiar as mulheres em suas aspirações científicas, mas também inspirar futuras gerações a seguir essa trajetória.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida utilizando a metodologia de pesquisa-ação, com uma abordagem participativa que integra, ação e investigação, de forma colaborativa, sendo realizada em conjunto com estudantes e professores, a fim de identificar problemas, implementar intervenções e avaliar resultados, considerando o protagonismo feminino nas Ciências, e estimulando a participação e valorização de meninas e mulheres em carreiras científicas.

O estudo foi dividido em três etapas: (1) pesquisa bibliográfica; (2) organização de palestras e rodas de conversa nas escolas; e (3) produção de material educativo sobre a temática.

A pesquisa foi conduzida em duas instituições de ensino em São Luís, Maranhão, entre 2021 e 2023, sendo uma escola pública, no bairro Cidade Operária, com 35 estudantes, da 2ª série do Ensino Médio a outra, uma escola particular, no bairro Cohajap, com duas turmas, do 8º ano do Ensino Fundamental, totalizando 48 estudantes.

Os questionários foram aplicados em dois momentos: no início do projeto e após a Considerações Finais das ações. A apresentação e a leitura do termo de assentimento livre-esclarecido foram realizadas e, em seguida, foi feita a aplicação dos questionários, compostos por oito perguntas, sendo sete abertas e uma fechada.

Resultados e Discussão

Os resultados da aplicação dos questionários estruturados revelaram *insights* significativos sobre a percepção e o envolvimento das meninas nas carreiras científicas. A Tabela 1 resume as principais informações coletadas nos questionários pré e pós-teste:

Tabela 1 - Porcentagem dos questionários abordando diversos temas.

Pergunta	Pré-teste (%)	Pós-teste (%)
Interesse em Ciências	40	70
Conhecimento sobre cientistas mulheres	25	60
Pretensão de seguir carreira científica	30	65
Participação em atividades científicas	20	50

Fonte: Autoria própria, 2024.

Esses dados demonstram um aumento representativo no interesse e na pretensão de seguir carreiras científicas após a implementação do projeto. A comparação entre as respostas do pré e pós-teste mostra que as ações desenvolvidas, como palestras e rodas de conversa, impactaram positivamente a percepção dos estudantes. O aumento no interesse e no conhecimento sobre cientistas mulheres é um passo crucial para a formação de um ambiente mais inclusivo e representativo na ciência.

Durante o projeto, diversas atividades foram realizadas nas escolas, contribuindo para a sensibilização dos estudantes sobre a importância das mulheres na ciência. As palestras abordaram temas variados, como as conquistas de mulheres cientistas em diferentes áreas, desde biologia a física, e o impacto dessas mulheres ao decorrer da História da Ciência (Figura 1). As palestrantes, pesquisadoras locais, compartilharam suas experiências pessoais e profissionais, tornando a Ciência mais acessível e inspiradora para os estudantes.

Figura 1 - Palestras nas escolas selecionadas para o desenvolvimento do projeto.



Fonte: Autoria própria, 2023.

O uso de exemplos históricos, que destacam as realizações de Mulheres na Ciência, em sala de aula, pode ajudar a construir uma percepção mais inclusiva do progresso científico e tecnológico e aproximar os estudantes para essa narrativa, desmistificando a ideia de que esses campos são exclusivamente reservados aos homens (Fernandes, 2022).

As rodas de conversa proporcionaram um espaço seguro onde os estudantes puderam discutir suas aspirações e desafios. As atividades práticas, como experimentos e visitas a laboratórios, permitiram a vivência da ciência de forma prática, aumentando seu interesse e curiosidade. Práticas que promovam uma discussão crítica sobre as relações entre sociedade e natureza são essenciais. Além disso, a pesquisa desenvolvida pode contribuir para a redefinição de currículos e projetos pedagógicos, permitindo que os estudantes atuem de forma crítica na realidade, melhorem a qualidade de vida e estabeleçam novas conexões com a natureza (Souza; Nogueira, 2021).

O uso de conteúdos virtuais foi crucial. Foram desenvolvidos materiais interativos, como *posts* divulgados no perfil do *Instagram* (@lbvmuema) e vídeos no canal do *YouTube* do Laboratório de Biologia Vegetal e Marinha, que apresentavam informações sobre Mulheres na Ciência e suas contribuições. Dessa forma, foi

possível levar a temática para além do público escolar, tendo um alcance ainda maior para a comunidade virtual, como visto na Tabela 2.

Tabela 2 - Alcance dos conteúdos compartilhados em redes sociais.

Conteúdos virtuais divulgados	Rede social	Alcance
Dia nacional da Ciência e do/a pesquisador/a científico/a	Instagram	306
Apresentação do projeto	Instagram	471
Divulgação da palestra no III CECBIO	Instagram	499
Palestra mulheres na Ciência no III CECBIO	Youtube	594
Dia do Biólogo(a)	Instagram	1.000
Flyer especial Dia do Biólogo(a)	Instagram	509
IGTV do depoimento da Prof. ^a Zafira Almeida	Instagram	461
Vídeo do depoimento da Prof. ^a Zafira Almeida	Youtube	116
Vídeo do depoimento da Prof. ^a Ilka Serra	Youtube	161
Vídeo do depoimento da Prof. ^a Francisca Muniz	Youtube	69
Dia da Ciência e Tecnologia	Instagram	260
Postagem sobre efeito Matilda	Instagram	392
Postagem sobre igualdade de gênero na Ciência	Instagram	389
Dia Internacional das Mulheres na Ciência	Instagram	746
Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil	Instagram	314
Dia Internacional da Mulher	Instagram	333
Dia das Mães	Instagram	265
Total:		6.885 visualizações

Fonte: Autoria própria, 2023.

O Brasil está no terceiro lugar, do mundo, que mais utiliza a mídia social Instagram (Statista, 2021). Por ter o poder de atrair muitos usuários, as RSV (Redes

Sociais Virtuais) têm despertado o interesse de diversos setores da sociedade, para usá-las como meio de prospectar pessoas para diversos objetivos (Silva *et al.*, 2018).

Além disso, foi elaborado um Guia Orientativo *on-line* intitulado “Elas na Ciência” que serviu como uma forma de estímulo para que as mulheres escolham ou mantenham suas carreiras científicas, espelhando-se em outras mulheres que vivenciam, satisfatoriamente, suas profissões e expressam prazer e desejo de se manter onde e como estão (Figura 2). Essas narrativas inspiradoras ajudaram a reforçar a mensagem de que é possível ter sucesso em carreiras científicas, promovendo uma visão positiva e motivadora sobre o futuro.

Figura 2 - Guia “Elas na Ciência” dando visibilidade à carreira de cientistas.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 5: Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Considerações Finais

As ações realizadas no projeto demonstraram que os objetivos foram alcançados, especialmente no que diz respeito ao aumento do conhecimento sobre mulheres cientistas e do interesse dos estudantes em seguir carreiras na área científica. O uso do Guia Orientativo “Elas na Ciência” e das entrevistas com



pesquisadoras funcionou como um estímulo eficaz, refletindo a realidade de mulheres que se destacam em suas profissões. As atividades implementadas, como rodas de conversa e a produção de materiais didáticos, foram fundamentais para a sensibilização e conscientização sobre a presença feminina na ciência. Essas iniciativas contribuem significativamente para o fortalecimento da representatividade feminina nas áreas científicas e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Educação. Igualdade de gênero. Trajetória científica.

Referências

CORDEIRO, M. D. **Reflexões da história do patriarcado para esses tempos de pós-verdade.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 37, n. 3, p. 1374-1403, 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1374>.

FERNANDES, L. S. **Julia Hall e o Desenvolvimento do Processo Hall-Hérault: o Efeito Matilda na História da Indústria Química.** Química Nova Escola, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 117- 122, 2022.

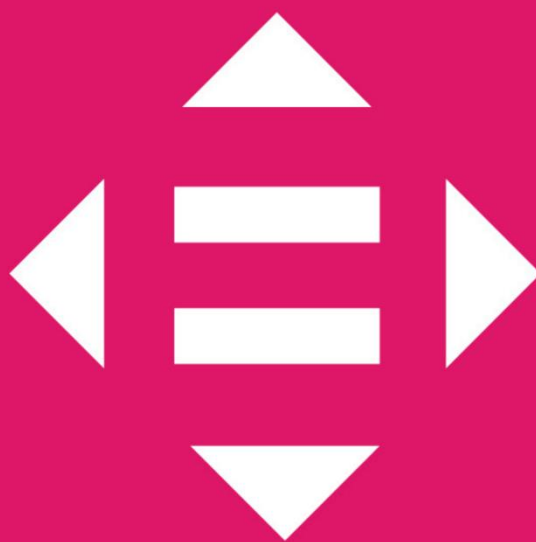
PNUD. **Objetivos 5: Igualdade de gênero.** In: PNUD. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: PNUD Brasil, 2020.

SILVA, J. R. H.; MENDES FILHO, L. A. M.; BARRETO, L. M. T. S. **Uso das Redes Sociais para se Promover no Mercado de Trabalho:** um estudo com bacharéis e estudantes de Turismo em Natal, RN, Brasil. Revista Turismo em Análise – RTA, v. 29, n. 3, p. 428-446, 2018.

SOUZA, L. M. C; NOGUEIRA, C. **A Pesquisa Participante e a Educação Ambiental na Prática Laboratorial com Estudantes do Ensino Fundamental.** Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 22, n. 5-esp, p. 617-623, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2021v22n5p617-623>. Acesso em: 28 de set. de 2024.

STATISTA. **Países líderes com base no tamanho do público do Instagram em julho de 2021 (em milhões).** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/> Acesso em 16 de out. de 2024.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



**ODS 10 – Reduzir a desigualdade
dentro dos países e entre eles**

A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS EDUCATIVOS NA PREVENÇÃO DA INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNDO DO CRIME E NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Gustavo Silva SANTOS, Mestrando em Direito e Afirmação de Vulneráveis pela Universidade CEUMA, bolsista FAPEMA, gustavosilva_santos15@outlook.com
Nena Mendes Castro BUCELES, Mestranda em Direito e Afirmação de Vulneráveis pela Universidade CEUMA, bolsista FAPEMA, nenamcastro@yahoo.com.br
Isabelle Cristinne Alves AZEVEDO, Mestranda em Direito e Afirmação de Vulneráveis pela Universidade CEUMA, bolsista FAPEMA, isabellecaazevedo@gmail.com
Thiago Allisson Cardoso de JESUS, Professor Doutor em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Professor Permanente no Programa de Direito da Universidade CEUMA, thiago002812@ceuma.com.br

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Introdução

O presente trabalho revisa bibliografias, artigos científicos e estudos que demonstram a efetividade de organizações da sociedade civil focadas na educação de crianças e adolescentes, como meio de prevenção à inserção em carreiras criminais (ROLIM, 2014, p.33). Esses projetos surgem como alternativas fundamentais, em comunidades com alta vulnerabilidade social, onde fatores como pobreza, desigualdade econômica e ausência de oportunidades agravam a presença de facções criminosas e a criminalidade juvenil. Nesse cenário, a segurança pública frequentemente recorre a estratégias repressivas nas metrópoles, mas tais abordagens têm se mostrado insuficientes para enfrentar a complexidade da criminalidade urbana e sua relação com a desigualdade social (PORTO, 2015, p.28).

A relevância de programas educativos como mecanismos de prevenção tem sido amplamente reconhecida. Em vez de enfoques puramente punitivos, essas iniciativas promovem o desenvolvimento pessoal e social, criando alternativas para reduzir a atração pelo crime, entre jovens em situação de vulnerabilidade (ZALUAR, 1994, p. 100 - 101). Este estudo se concentra no Programa de Ensino dos Princípios do Evangelho (*Pepe*), que atua em São Luís/MA e exemplifica como ações

educativas podem diminuir os efeitos da desigualdade, oferecendo aos jovens, perspectivas que os afastam do contexto criminoso.

Metodologia

Esta pesquisa utiliza um estudo de caso para analisar a atuação de programas sociais em áreas carentes, na Grande Ilha de São Luís/MA, especificamente voltados a prevenir o ingresso de jovens, em atividades criminais, por meio da educação. O trabalho se debruça sobre o programa social *Pepe*, que opera na comunidade Alto da Boa Vista, em São José de Ribamar, próximo de bairros com alta incidência de atividades criminosas, como Vila Riód e Cidade Olímpica. O *Pepe* foi implementado pela Primeira Igreja Batista em Cidade Olímpica (Pibcol), com o apoio da Junta de Missões Mundiais da Convenção Batista Brasileira e da Associação Brasileira de Incentivo e Apoio ao Homem. Atuando na comunidade, o programa oferece uma metodologia integrada que abrange educação, cultura e religião, para fortalecer valores éticos e sociais, criando uma barreira protetiva contra a criminalidade.

A análise deste estudo inclui a observação do impacto do *Pepe* na redução dos fatores de risco associados à criminalidade, especialmente em um contexto de desigualdade social, que afeta o acesso de crianças e adolescentes a oportunidades de desenvolvimento. Para isso, foi realizada conversa com o coordenador do programa e com genitores de crianças que participaram e residem próximo. Além disso, foi feita consulta a literaturas acadêmicas que discutem a relação entre vulnerabilidade social e criminalidade juvenil (ABRAMOVAY, 2002, p. 55 - 58).

Resultados e Discussão

A implementação de programas sociais como o *Pepe* em regiões vulneráveis tem mostrado um efeito transformador para a comunidade e nas pessoas ali atendidas, mostrando que a educação pode ser uma importante estratégia contra a criminalidade. Observa-se que o programa contribui para reduzir a exposição de crianças e adolescentes a ambientes criminosos, oferecendo atividades que integram valores morais e apoio escolar, essenciais para fortalecer a autoestima e criar um senso de pertencimento. Essa abordagem torna-se ainda mais relevante, considerando-se os fatores de desigualdade que permeiam a vida de muitos jovens

no bairro atendido pelo programa. O auxílio, aos jovens, para desenvolverem uma autopercepção positiva e um senso de pertencimento, é um dos fatores essenciais para resistir à pressão social para ingressar no crime.

Apesar dos avanços, desafios permanecem especialmente quanto aos recursos financeiros desses projetos. A Lei N.º 13.204/2015, que regulamenta parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil, oferece uma base legal para apoiar esses projetos, mas a realidade aponta para a necessidade de uma maior mobilização de recursos públicos e privados, visto que, para conseguir esses recursos, é uma luta árdua. Em 2023, os investimentos federais em segurança pública atingiram um recorde de R\$ 137,9 bilhões, representando um aumento de 4,9%, em comparação com o ano anterior (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2024, p. 282). No entanto, a falta de investimento proporcional em programas sociais reduz o potencial de impacto das iniciativas preventivas e impede que esses projetos alcancem uma escala ainda maior.

Essas análises permitem compreender, como projetos sociais têm contribuído para oferecer alternativas educativas que ajudam a reduzir a influência da criminalidade na vida dos jovens participantes, evidenciando a importância de programas que enfrentam diretamente os efeitos da desigualdade social. Assim, o combate à criminalidade não deve depender apenas de políticas repressivas, mas sim, de uma abordagem multifacetada que inclua a educação e, principalmente, a redução das desigualdades sociais. Dessa forma, fortalecer e expandir esses projetos torna-se essencial para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O foco na redução das desigualdades sociais está diretamente relacionado aos objetivos do ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, o que oportunizará o acesso a direitos fundamentais, que, em diversas ocasiões, não são disponibilizados pelo Estado, mas sim, por meio de projetos sociais. Esses projetos promovem o sentimento de pertencimento e levam esperança a diversas comunidades cercadas pela violência criminal.

Considerações Finais

A desigualdade social desempenha um papel crucial no envolvimento de jovens no crime, e que abordagens preventivas, como a educação, são fundamentais para reduzir esses índices. O *Pepe* ilustra o impacto positivo que essas iniciativas podem ter no desenvolvimento pessoal e social dos jovens e ao reduzir os fatores de risco associados ao envolvimento com o crime. No entanto, para que projetos como esse atinjam seu potencial, é crucial que políticas públicas mais abrangentes sejam implementadas, direcionando investimentos significativos para iniciativas educativas e de desenvolvimento social.

A criação de parcerias sólidas entre o Estado e as organizações da sociedade civil é uma estratégia promissora para garantir que crianças e adolescentes, em situação de risco, tenham acesso a alternativas positivas que as afastem da criminalidade.

Palavras-chave: Criminalidade. Desigualdade. Projetos.

Agradecimentos

Agradecemos a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico brasileiro, especialmente o maranhense, considerando a necessidade de colaboração para uma sociedade mais justa. Nosso agradecimento se estende ao Programa de Pós-Graduação da Universidade CEUMA e à FAPEMA, que nos incentivam diariamente.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay et alii. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

ALVES NETO, Alírio Tomé; SANTINO, Clarice Hellen Carvalho; TARGINO, Enzo Miguel da Costa; SANTOS, Lays Yasmim Maria dos; SANTOS, Marcos Vinicius Gomes dos; REGO, Vanessa Pereira. **As questões sociojurídicas no Brasil: a relação entre a desigualdade social, a criminalidade e o direito**. São Paulo: Revista de Estudos Sociais e Jurídicos, 2020. 114 – 121p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.



Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.
Acesso em: 22 out. 2024.

MÃOS DADAS. **PEPE Network**. Disponível em:
<https://www.maosdadas.org.br/project/pepe-network/>. Acesso em: 22 out. 2024.

PEPE Network. **Quem Somos**. Disponível em: <https://pepeglobal.org/quem-somos/>.
Acesso em: 22 out. 2024.

PERES, Ursula Dias; BUENO, Samira. **Apesar de crescimento das despesas, proporção de gastos com segurança pública cai na maioria dos estados e na União**. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 244-253. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

PORTO, Vanessa. **Políticas Públicas de Repressão: O Direito Penal Como Controle Social Perverso**. 2015. 32 f. Monografia (Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-Pr, 2015.

REZENDE, Leonardo. **Estudo Aponta Relação entre Desigualdade e Criminalidade**. FEA-RP.USP, 2020. Disponível em:
<https://www.fearp.usp.br/institucional/item/8353-estudo-aponta-relacao-entredesigualdade-e-criminalidade.html>. Acesso em: 04 de jul. de 2022.

ROLIM, Marcos. **Formação de jovens violentos: para uma etiologia da disponibilidade violenta**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994. 280p.

OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

NAS TEIAS DA EXPLORAÇÃO: UMA ANÁLISE PANORÂMICA DO TRABALHO ESCRAVO NO ESTADO DO MARANHÃO

Maria Gabriela Everton MIRANDA, Curso de Direito / Departamento de Direito, Economia e Contabilidade / Universidade Estadual do Maranhão / Pesquisadora Voluntária – PIVIC/ mgabrielaeverton@hotmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Introdução

Os vestígios de cerca de três séculos de escravidão no país se ressignificam em uma nova forma de dominação do sujeito por meio do processo de acumulação, decorrente do avanço do capitalismo e da degradação do trabalho, denominada de variadas formas: trabalho análogo à escravidão, trabalho escravo, trabalho forçado ou escravidão contemporânea. É uma realidade entre as unidades federativas mais vulneráveis às instabilidades econômicas, ao desemprego e à fome. Por ser retrato de tal mazela, o Maranhão (MA) é a fonte socioespacial da presente pesquisa. Com base no número de trabalhadores residentes e resgatados entre 2002 e 2023, busca-se traçar e analisar o panorama da problemática em dois fatores: onde e como ocorre a escravidão contemporânea no Estado.

Metodologia

Para traçar um panorama do trabalho escravo no Maranhão, com filtro de 2002 a 2023, a metodologia adotada mesclou revisão bibliográfica, documental, estatística e audiovisual. Os dados analisados – acerca do número de trabalhadores residentes de municípios do Maranhão e resgatados durante o período em questão – foram retirados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, como também do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ademais, o II Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (2012), elaborado pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (COETRAE-MA), também foi consultado, a fim de identificar

as áreas de atuação prioritária quanto à prevenção e ao combate da problemática. A COETRAE-MA é constituída por uma articulação entre o Governo do Estado e entidades civis. Dentre os integrantes da referida comissão, há representantes do MPT, da Defensoria Pública e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Além de dados e documentos oficiais, o presente trabalho também englobou recursos audiovisuais, por meio do filme *Pureza* (2022) e do documentário *Precisão* (2019), ambos capazes de representar as condições de exploração e miséria impostas às vítimas. O filme narra a trajetória de Pureza Lopes Loyola que, ao procurar pelo filho desaparecido, tornou-se símbolo (inter)nacional do combate ao trabalho análogo à escravidão. Já o documentário decorre de um projeto da OIT e do MPT para a promoção dos direitos humanos e do trabalho decente, contando com os relatos de seis trabalhadores resgatados. Dessa forma, a metodologia da pesquisa centraliza-se em métodos próprios do Direito, incorporando estratégias diversas.

Resultados e Discussão

Além de concentrar dados alarmantes sobre a ocorrência de trabalho escravo dentro da sua própria extensão geográfica, o Maranhão, de acordo com matéria do MPT, configura-se historicamente como o maior fornecedor de mão de obra escrava do Brasil. Conforme o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, entre 2002 a 2023, foram resgatados 7.797 trabalhadores que declararam residir no Maranhão.

Os cinco municípios com mais trabalhadores residentes foram: 1) Codó, com 379 resgatados; 2) Açailândia, com 363; 3) Pastos Bons, com 282; 4) Imperatriz, com 237; e 5) Santa Luzia, com 213. Marcados por desigualdades de desenvolvimento humano, renda e disparidades territoriais, são locais de maior dinamismo econômico, associado à produção de *commodities*, como soja, algodão e carne. Tendem, também, a constituir ponto de vulnerabilidade de trabalhadores, quanto ao

aliciamento feito por parte dos “gatos”, os quais ludibriam as vítimas com falsas promessas de emprego e melhores condições de vida.

Dessa forma, quanto à prevenção, esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas eficazes nessas localidades, voltadas tanto para impedir o aliciamento de trabalhadores, quanto para promover condições dignas de trabalho. Medidas como campanhas de conscientização, capacitação profissional, fortalecimento da educação básica e estímulo à formalização do emprego são essenciais para reduzir a vulnerabilidade da população ao trabalho escravo.

Em relação ao combate, os números reforçam a importância de operações frequentes de fiscalização e de punição efetiva dos empregadores responsáveis pela prática criminosa, a qual combina os artigos 149 e 149-A do Código Penal. Além disso, a assistência aos resgatados deve contar com suporte financeiro e acesso a programas de reinserção no mercado de trabalho, para evitar a reincidência. Ressalta-se que o perfil mais comum das vítimas, no momento do resgate, é de “trabalhador agropecuário em geral”. Ao ser aliciado, este é submetido a condições desumanas em fazendas distantes, tais como jornadas exaustivas, alimentação precária e abusos físicos, morais e psicológicos.

O filme *Pureza* (2022) ilustra de forma impactante essa realidade, ao acompanhar a luta de Dona Pureza em busca de seu filho Abel, uma das vítimas de aliciamento. Ela, infiltrada em fazendas do Norte e do Nordeste, presenciou as violências cometidas por criminosos contra trabalhadores de diferentes estados. Movida por um misto de amor maternal e solidariedade, com o auxílio da CPT, Pureza denunciou as violações que presenciou ao Poder Público. Assim, ela impulsionou a criação do primeiro grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo, no Brasil, no ano de 1995.

Outra produção relevante em torno da temática se chama *Precisão* (2019), um documentário cujo título é uma palavra utilizada, no Maranhão, para definir a urgente necessidade de sobrevivência do povo. Através dos depoimentos de seis vítimas, *Precisão* visa provocar uma profunda reflexão acerca das desigualdades

sociais e da invisibilidade de tantas vidas marcadas pela luta. Assim, desperta o olhar do público acerca da importância da ação coletiva na construção de uma sociedade pautada na dignidade do trabalho, o qual, vale ressaltar, trata-se de um direito social (CF, art. 6º) e um dos fundamentos da República (CF, art. 170).

Nesse contexto, a atuação da COETRAE-MA, criada pela Lei Estadual N.º 9705, de 2 de outubro de 2012, desempenha papel central no enfrentamento ao trabalho escravo no estado, por meio da articulação entre diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Vinculada à Secretaria de Estado de Defesa dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), a comissão é responsável por ações coordenadas de prevenção, combate e assistência às vítimas. O II Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (2012), elaborado pelos seus membros, descreve as competências de cada um e enfatiza áreas prioritárias, como o município de Açailândia, por meio da chamada “Carta à Açailândia”.

Embora a criação da COETRAE-MA tenha representado um grande avanço na política assistencial do Maranhão, a erradicação do trabalho escravo também requer o monitoramento e a fiscalização de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de que os ODS enumerados por 1, 8, 10 e 16, intrinsecamente ligados ao enfrentamento dessa realidade, possam ser efetivamente alcançados no estado do Maranhão, bem como, em todo o território brasileiro.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico;

ODS 10 – Redução das desigualdades;

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

Considerações Finais

Diante do exposto, destaca-se a urgência de ações efetivas para erradicar o trabalho escravo no Maranhão, um Estado que, apesar de seus avanços, ainda figura como um dos maiores focos e fornecedores de mão de obra escrava no Brasil. A análise revelou a persistência de condições deploráveis, afetando principalmente trabalhadores agropecuários. É crucial que governo, sociedade civil e organismos internacionais se unam, na implementação e fiscalização de políticas públicas, como o II Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (2012), além de iniciativas de conscientização. A luta contra essa forma de exploração deve ser constante, refletindo um compromisso com a dignidade humana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Maranhão. Trabalho escravo. Trabalhador rural.

Referências

ARAÚJO, Bruna. **Trabalho Escravo no Maranhão: uma análise da Lista Suja do Ministério do Trabalho como ação de repressão econômica**. 2021. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Ppgpp/Ccso), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940.

BRASIL. **Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo**. Brasília: MTE, 2011. 96 p.

MARANHÃO, **II Plano de Erradicação do Trabalho Escravo**. São Luís, 2012.

MARANHÃO. **Atlas Do Trabalho Escravo No Maranhão**. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular. 2018.

MARANHÃO, G1. **Maioria dos trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão no país é formada por maranhenses; número chega a mais de 8 mil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/01/03/maioria-dos-trabalhadores-resgatados-em-situacao-analog-a-escravidao-no-pais-e-formada-por-maranhenses-numero-chega-a-mais-de-8-mil.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2024.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Maranhão é o maior fornecedor de mão de obra escrava do Brasil**. Disponível em: <https://www.prt16.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ma/430-maranhao-e-o-maior-fornecedor-de-mao-de-obra-escrava-do-brasil>. Acesso em: 28 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 28 out. 2024.

PRECISÃO. Direção: Leonardo Alves. Brasil: [Produtora, se disponível], 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IGK_m8VKNsM. Acesso em: 30 jan. 2025.

PUREZA. Direção de Renato Barbieri. São Paulo: Gaya Filmes, 2022. 1 DVD (101 min).

SMARTLAB. **Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>. Acesso em: 30 ago. 2024.



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



**ODS 17 – Fortalecer os meios de
implementação e revitalizar a
parceria global para o
desenvolvimento sustentável**

A RESPONSABILIDADE CIVIL PÓS-CONSUMO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS NO BRASIL

Mariana Saraiva Sousa CHAVES, Aluna do Curso de Direito - Bacharelado/ Departamento de Direito, Economia e Contabilidade. Universidade Estadual do Maranhão.

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Introdução

Com o consumo em massa característico da sociedade contemporânea, a produção de resíduos sólidos é crescente, especialmente se considerarmos a obsolescência programada reinante no mercado. Entretanto, o descarte inadequado dos artigos de consumo é capaz de gerar graves impactos ambientais, principalmente, o de produtos eletrônicos, cujos componentes são altamente poluidores.

A Lei N.º 12.305/2010 estabelece a necessidade de implementação de um sistema de logística reversa, pelos atores da cadeia de produção de eletrônicos. Outrossim, prevê a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, ao atribuir, ainda, aos consumidores e aos titulares do serviço público de limpeza urbana a uma destinação final, ambientalmente adequada após o uso.

Ocorre que, tais disposições, muitas vezes, são desrespeitadas, o que gera impactos à saúde humana e à qualidade ambiental. Com isso, os danos decorrentes de tais condutas afetam toda a coletividade, e ensejam reparação, a qual merece ser investigada.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo é analisar a responsabilidade civil pós-consumo dos fabricantes e importadores de artigos eletrônicos no Brasil. Mais especificamente, busca-se avaliar a efetividade da legislação vigente, identificando possíveis lacunas; e investigar as práticas de logística reversa implementadas por empresas do setor eletrônico em nosso país.

Metodologia

A pesquisa a ser realizada é de cunho descritivo e exploratório, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, na medida em que foram analisados dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais e pela UNITAR, o Instituto de Treinamento e Pesquisa das Nações Unidas, a fim de verificar a efetividade da legislação vigente.

Sendo assim, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto N.º 10.240/2020, que regulamenta o sistema de logística reversa dos produtos eletroeletrônicos, serão os principais referenciais normativos, amparados, ainda, pela Constituição Federal e pelo Código Civil.

Serão utilizados como base, também, artigos científicos e o entendimento doutrinário sobre a temática, com fulcro nos ensinamentos de Ingo Sarlet (2021), no âmbito do Direito Ambiental, e de Cavalieri Filho (2022), no que concerne à responsabilidade civil.

Somado a isso, propõe-se um estudo de caso sobre as práticas de logística reversa de empresas dominantes no mercado de tecnologia brasileiro: Dell, Apple e Samsung. De tal modo, será possível analisar os relatórios por elas emitidos, disponibilizados em seus respectivos sítios eletrônicos, a fim de investigar as práticas adotadas por elas, para cumprir o disposto no art. 33 da PNRS.

Aqui, é importante ressaltar os riscos na metodologia escolhida, tendo em vista que os relatórios, ao serem elaborados pelas empresas, estão sujeitos a ocasionar um viés (ainda mais por se tratarem de empresas multinacionais). Contudo, na falta de outros bancos de dados aptos a fornecer tais informações, este é o parâmetro mais razoável.

Resultados e Discussão

Segundo o relatório mundial sobre lixo eletrônico da UNITAR (2024), no ano de 2022, o Brasil foi o maior gerador de e-lixo da América do Sul, com um total de 2.4 milhões de toneladas produzidas. Enquanto isso, conforme dados divulgados

pela ABRELPE (2023), apenas 4.744 toneladas foram coletadas e destinadas de forma ambientalmente adequada, no mesmo ano, o que representa cerca de 0,19% do total gerado. Desse modo, é evidente que uma ínfima parcela dos resíduos eletrônicos é descartada de forma correta.

Tal situação não se justifica, contudo, por lacuna legislativa, dado que tal matéria é amplamente disciplinada no ordenamento jurídico brasileiro. A Lei N.º 12.305/2010 estabelece a responsabilidade compartilhada (art. 30) e a obrigação de implementação de sistema de logística reversa para os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletroeletrônicos, através do art. 33 do texto legal. Este dispositivo é regulamentado pelo Decreto N.º 10.240/2010, o qual estabelece etapas a serem seguidas em seu art. 9º (descarte pelo consumidor em pontos de recebimento; recebimento e armazenamento; transporte até pontos de consolidação; e destinação final ambientalmente adequada).

A partir de um estudo de caso de três das maiores empresas de tecnologia operantes no Brasil, observa-se uma atuação ainda muito tímida, e uma transparência limitada em seus relatórios de acompanhamento ambiental. As empresas estudadas foram a Apple, a Dell e a Samsung.

Analisou-se, portanto, a política de devolução pós-consumo, em cada uma das empresas. A partir disso, observou-se que a Apple e a Dell, ao disponibilizarem a devolução postal gratuita, apresentaram políticas com maior facilidade aos consumidores. A Samsung, por outro lado, em relação a aparelhos de pequeno e médio porte, disponibiliza urnas em suas lojas, e quanto aos eletrodomésticos, realiza a retirada em domicílio.

Ela se destacou, porém, pelo oferecimento de descontos, na aquisição de novos produtos, àqueles que levarem seus aparelhos antigos. Essa prática pode ser enxergada a partir de duas óticas: em que pese o estímulo apresentado à devolução, observa-se a manutenção de uma tendência consumista, o que pode levar a maiores danos ambientais.

É certo que, apesar de apresentarem avanços, as políticas de logística reversa fornecidas pelas empresas ainda estão distantes dos parâmetros legalmente estabelecidos, haja vista que o Decreto N.º 10.240/2010 prevê, como obrigação dos fabricantes e importadores de eletroeletrônicos, a participação em planos de

comunicação e de educação ambiental não formal. Estes planos têm como um de seus objetivos, estimular o descarte dos produtos eletroeletrônicos nos pontos de recebimento, que ainda é muito tímido, e pouco difundido para a população como um todo.

É possível perceber, diante do exposto, que apesar dos esforços de redução, a poluição causada pelas empresas fornecedoras de dispositivos eletrônicos ainda causa danos ambientais gigantescos. Com base nisso é que deve ser posto em prática o princípio da responsabilidade pós-consumo, corolário do princípio do poluidor-pagador. O seu objetivo, conforme Loubet (2011), é de internalizar uma externalidade ambiental, o resíduo oriundo do consumo de um produto, para que quem arque com os seus custos seja quem obteve lucro na operação. O sentido é semelhante ao princípio, já operante no Direito Civil, da correspondência entre risco e vantagem.

Nesse sentido, tem-se o instituto da ação civil pública para apurar a responsabilização pelos danos morais coletivos decorrentes do impacto ambiental gerado por tais empresas a partir da poluição pós-consumo. As principais características de tal responsabilização, de acordo com Moreira (2015), são: a independência de culpa, na modalidade do risco integral, com a respectiva inadmissibilidade dos excludentes de responsabilidade; a responsabilização solidária dos poluidores diretos e indiretos; a possibilidade de presunção do nexo de causalidade e do dano; e a inversão do ônus da prova.

Com a concretização da responsabilização civil, sem exclusão das demais esferas, é de se esperar que, mais do que simplesmente o caráter reparatório, também o caráter educativo da responsabilidade civil seja atendido. Nessa medida, acredita-se que será possível o estabelecimento de uma gestão responsável do e-lixo, em atendimento ao princípio do desenvolvimento sustentável, e de modo a garantir a todos o direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis

ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Considerações Finais

Diante do exposto, é evidente o caráter objetivo e compartilhado da responsabilidade civil ambiental pós-consumo, dos fornecedores de produtos eletroeletrônicos, cuja reparação deve ser buscada através de ação civil pública.

Por conseguinte, foram analisadas as práticas de logística reversa de três das maiores fornecedoras de eletroeletrônicos em nosso país, e demonstrou-se que elas são irrisórias, frente ao dano ambiental causado. Em relação à legislação vigente, foram constatados desafios na sua efetiva aplicação, devido à inércia do poder público em proceder à responsabilização necessária.

Ademais, a implementação dos princípios da responsabilidade pós-consumo e do poluidor-pagador é fundamental para avançar na responsabilização civil ambiental. Portanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois os avanços legislativos devem transformar-se em políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Logística Reversa. Produtos Eletroeletrônicos. Responsabilidade Civil.

Referências

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2023. Disponível em: https://www.abrema.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2024/03/Panorama_2023_P1.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

BALDÉ, Cornelis; KUEHR, Ruediger; YAMAMOTO, Tales; et al. **Global E-waste Monitor 2024**. International Telecommunication Union (ITU) and United Nations Institute for Training and Research (UNITAR), Geneva/Bonn, 2024. Disponível em:



<https://ewastemonitor.info/wp-content/uploads/2024/03/GEM_2024_18-03_web_page_per_page_wGlobal E-waste Monitor 2024.eb.pdf>

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 628 p.

EFING, Antônio Carlos; PAIVA, Leonardo Lindroth de. **Consumo e Obsolescência Programada: Sustentabilidade e Responsabilidade do Fornecedor**. Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 117–135, 2016. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0030/2016.v2i2.1356. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgrc/article/view/1356>. Acesso em: 26 out. 2024.

LOUBET, Luciano Furtado. **Logística Reversa: Responsabilidade Pós-Consumo frente ao direito ambiental brasileiro-Implicações da Lei n. 12.305/2010**. 2011.

MOREIRA, Danielle de Andrade. **Responsabilidade ambiental pós-consumo à luz do Código de Defesa do Consumidor: possibilidades e limitações**. Civilistica.com, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1–30, 2015. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/221>. Acesso em: 26 out. 2024.

MOREIRA, Eliane Castro. **Logística Reversa do Lixo Tecnológico: o cenário nas empresas brasileiras**, 2014. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/23.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, Jordan Vinícius de; DA SILVA, Lorena Abbas. **O desejo pelo novo: reflexões legais sobre pós-consumo e obsolescência programada de eletrônicos**. Revista Vianna Sapiens, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 22, 2018. DOI: 10.31994/rvs.v9i1.329. Disponível em: <https://viannasapiens.com.br/revista/article/view/329>. Acesso em: 28 out. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTI: AGRICULTORES FAMILIARES DE ARARI – MA

Flávia Myllena dos Santos ARAUJO, Programa de Pós –Graduação em Horticultura,
Faculdade de Ciências Agronômica –UNESP, flavia.myllena.98@gmail.com

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Introdução

Na produção de frutas e hortaliças, a agricultura familiar é o principal fornecedor de alimentos para os mercados de atacado e varejo (SAF, 2021). Dentre os canais existentes de comercialização de curta distância, as feiras representam a oferta de alimentos locais, orgânicos e em transição agroecológica (Silva et al., 2023).

O município do estado do Maranhão, Arari, em sua representatividade, através da Secretaria de Agricultura municipal, em parceria com os agricultores familiares da região realiza a Feira do Produtor Rural, a qual tem como objetivo fortalecer a produção local, apresentando uma variedade de alimentos produzidos localmente, reunindo saberes e práticas que contribuem para a construção da cultura, segurança e soberania alimentar.

Diante da relevância das feiras públicas para o abastecimento de parte da população, é fundamental realizar uma análise sobre esses espaços, além de verificar se as intervenções governamentais, já implementadas, trouxeram maior conforto e conveniência para os comerciantes/agricultores.

Deste modo, a presente pesquisa teve como principal objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas na comercialização de frutas e hortaliças, no município de Arari-MA, na visão do produtor rural, com o intuito de contribuir para melhorar a qualidade de vida e renda destes produtores familiares.

Metodologia

A pesquisa foi realizada na Feira do Agricultor, no município de Arari, Maranhão. Para realização deste trabalho, foram feitas abordagens quantitativas e qualitativas.

Os procedimentos de coleta de dados seguiram a metodologia do trabalho realizado por Araujo et al. (2024), utilizando dados primários e secundários. Sendo os primários, visita à feira, observação da estrutura e conversas formais, com auxílio de questionários semiestruturados, utilizando-se a ferramenta *Google Forms*. E os dados secundários foram coletados através de revisão bibliográfica e documental.

A amostra contou com a participação de 20 produtores rurais. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho de 2023 e agosto de 2023, com duração média de 10 minutos.

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise estatística e a análise descritiva. Todas as análises foram realizadas através do Programa Excel (Microsoft Office Excel).

Resultados e Discussão

Caracterização do perfil do produtor

O resultado da pesquisa mostrou que 67,1% dos agricultores entrevistados são representados por mulheres, enquanto 32,9% são representados por homens, onde 68,1% tinham idade entre 40 a 59 anos, enquanto 31,9% apresentavam idade acima de 60 anos. Segundo relatos, a sua atividade no campo começou desde jovens, seguindo uma sucessão familiar, sendo a agricultura a principal fonte de renda.

Em relação à escolaridade, 70% apresentam-se com Ensino Fundamental incompleto e apenas 4,5% se apresentam com Ensino Superior. Farias et al. (2013), em uma pesquisa feita no município de Westfália/RS, encontraram 76% dos produtores com escolaridade abaixo do Ensino Médio Completo, semelhante aos dados deste trabalho.

Quanto aos produtos, produzidos pelos agricultores de Arari, são em geral hortaliças (alface, vinagreira, coentro, cebolinhas, tomate e mandioca) e frutas (coco, limão, mamão, banana e melancia) com ênfase nas hortaliças e melancia, segundo levantamento, em entrevista, são os produtos que possibilitam um retorno econômico rápido, além de venda de alimentos perecíveis, como peixes e frangos.

Feira do Produtor Rural e suas características

A feira do produtor rural (Figura 1) é um projeto da Secretária de Agricultura, que funciona todos os sábados, das 5h às 12h. O objetivo da feira é a comercialização e promoção da produção local. O ambiente conta com 58 boxes, tipo balcão, e 22 boxes fechados.

Figura 1 - Feira do Produtor Rural no município de Arari – MA.



Fonte: Autor (2023)

Durante a visita foi possível entrevistar vinte produtores rurais e conhecer sua realidade e principais dificuldades para comercializar seus produtos. A principal mencionada foi a concorrência com os chamados “atravessadores”, que nada mais são dos que, pessoas de outros municípios e cidades que vendem suas mercadorias na feira, deixando os vendedores locais “acanhados”.

Outra dificuldade comentada foi em relação ao estabelecimento propriamente dito, como higienização dos banheiros, falta de água corrente e filtrada, as mesmas dificuldades se igualam às pontuações de melhorias do local da feira. Esses relatos são semelhantes aos encontrados por Ferreira (2020), que acresce a logística (escoamento da produção). Há ainda problemas relacionados ao acesso a insumos, e dificuldades de armazenamento da produção.

Assistência Técnica (ATER)

Em resultado ao questionário levantado, 60% dos produtores não recebiam assistência técnica até há cinco anos, muitas das vezes, por falta de informação e conhecimento de programas que o governo oferece para que o produtor seja acompanhado, enquanto que 30% já recebiam assistência, desde o ano de 2019, mesmo com o incidente da COVID-19.

Atualmente, os vinte produtores entrevistados recebem assistência da Secretaria de Agricultura e Abastecimento Municipal juntamente com a Estação Conhecimento de Arari. Tais órgãos oferecem oficinas, palestras, rodas de conversas, projetos que buscam o desenvolvimento sustentável e o aumento da produção para o produtor (Figura 2).

Figura 2 - Palestras para os produtores/feirantes rurais de Arari – MA.

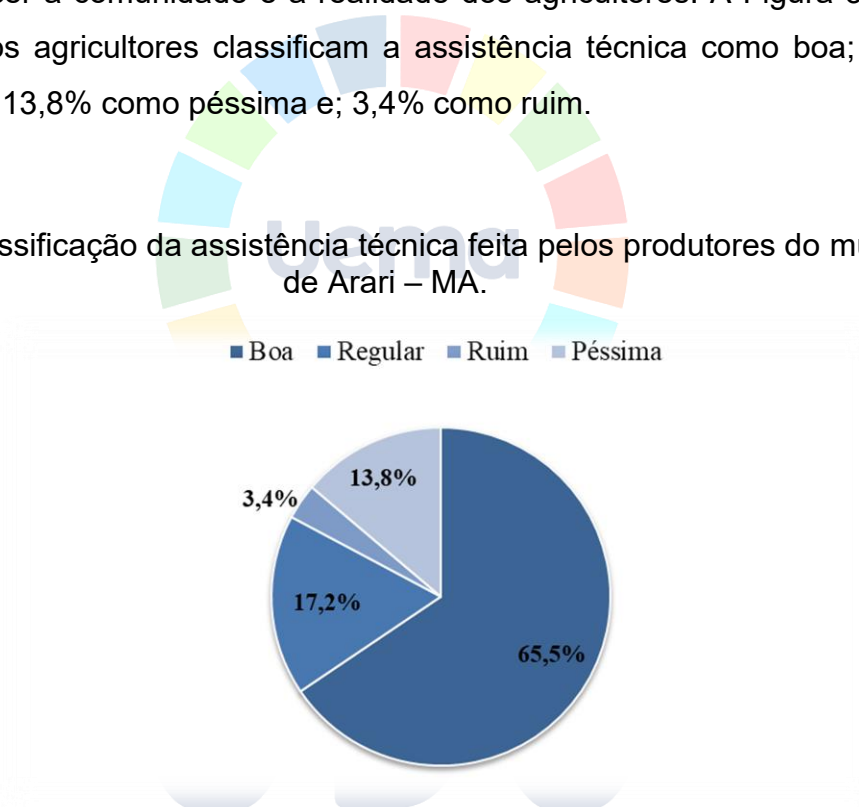


Fonte: Autor (2023)

As visitas foram feitas semanalmente. Os produtores avaliaram que os técnicos são habilitados, tanto no quesito prático quanto teórico, porém, o número de técnicos não é suficiente. Outras reclamações são: a falta de projetos que trabalhem a melhoria da economia para área e o tempo da visita do técnico na produção são curtos (menos de uma hora).

Um ponto positivo na avaliação é a importância que os técnicos dão em querer conhecer a comunidade e a realidade dos agricultores. A Figura 3 mostra que 65,5% dos agricultores classificam a assistência técnica como boa; 17,2 % como regular; 13,8% como péssima e; 3,4% como ruim.

Figura 3 - Classificação da assistência técnica feita pelos produtores do município de Arari – MA.



Fonte: Autor (2023)

O serviço de ATER é tão importante que todos os produtores, mesmo os que não recebem, percebem que há diferença entre a produção dos agricultores que recebem assistência técnica, dos que não recebem.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Promover a agricultura sustentável e a inclusão dos pequenos produtores rurais, garantindo condições dignas de trabalho e acesso a mercados justos, com

alinhamento ao ODS 17 e meta 17.16 reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

Considerações Finais

O presente trabalho permitiu compreender as diversas dificuldades enfrentadas pelos produtores nas feiras, destacando aspectos como a falta de infraestrutura adequada, a competitividade com grandes distribuidores e a necessidade de maior apoio governamental. Dito isso, é fundamental investir em políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e a participação em feiras, promovendo condições mais justas e acessíveis para os produtores, além de fomentar práticas de desenvolvimento sustentável e de inclusão social, assegurando que esses agricultores possam competir em condições iguais.

Palavras-chave: Arari; Abastecimento; Comercialização.

Agradecimentos

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pela oportunidade de realizar o Programa de Estágio Vivência, pois através do programa pude realizar esse trabalho. À Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Arari, pela recepção e ajuda durante a estadia do programa.

Referências

ARAUJO, Flávia Myllena dos Santos; AQUINO, Ana Maria Aquino dos Anjos; PEREIRA, Claudia Reis. **Caracterização e análise da gestão do mercado público de São Luís – MA: o caso do Hortomercado Cohab**. São Luís: Editora Pascal, 2024.



FARIAS, G. D.; FIOREZE, V. I.; WIEBUSCH, A. T.; FLUCK, A. C.; RIZZO, F. A.; CALDAS, N. V. **Influência da idade e escolaridade dos trabalhadores na produção e na produtividade do estabelecimento rural familiar.** In: III SIMPÓSIO DE SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIA ANIMAL, 5., 2013, Pirassununga.

FEREIRA, Leonardo Rodrigues. **Assistência Técnica Rural: O caso da sociedade nordestina de ecologia em Pernambuco.** Revista Terra&Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, Londrina, v.36, n 71, jul/dez, 2020

MILHOMEM, J.P.L. ARAUJO, R. L; SOUSA, W.L.; SILVA, J.P.; ANDRADE, D.L.; **Importância da assistência técnica na agricultura familiar: enfoque no assentamento Maringá, Araguastins-TO.** 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR (SAF). **Comercialização de produtos da agricultura familiar.** 2021

SILVA, Maria Amélia Bonfante et al. **Guia prático para áreas em transição agroecológica.** Vitoria, ES: Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.2023.



JOVENS RURAIS: “PROTAGONISTAS NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL.”

Edijanne Rocha Mendes BAIMA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA, Bolsista CNPQ, edijannemendes@yahoo.com.br
Ilzileni Lopes SILVA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA, Bolsista CAPES/FAPEMA, ilzilenils@gmail.com.

Eixos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Introdução

Este artigo analisa o envolvimento dos jovens, no território de Campos e Lagos, em atividades locais, com foco na cesta de bens e serviços territoriais (CBST), conectando o debate à Agenda 2030, especificamente ao ODS 17, que busca fortalecer as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. A CBST é uma estratégia de desenvolvimento territorial que integra recursos ambientais, culturais e produtivos locais, promovendo a valorização das potencialidades da região.

No território, os jovens têm atividades como produção agroecológica, turismo rural e pesca, artesanato, extrativismo, festejos tradicionais fundamentais para o fortalecimento da identidade e para a sustentabilidade socioeconômica.

A juventude desempenha um papel essencial na construção de redes de cooperação e na revitalização da economia territorial, conforme Sachs (2008) e Guimarães (2012), que destacam a importância de articulações para o desenvolvimento sustentável. Dayrell (2005) e Abramo (2005) argumentam que o engajamento dos jovens em atividades produtivas locais pode promover a inclusão social, fortalecendo a coesão comunitária e evitando a migração forçada para centros urbanos.

Dessa forma, o artigo busca compreender como o envolvimento dos jovens nas cadeias produtivas e culturais do território Campos e Lagos pode contribuir para

a sustentabilidade da região, atrelado ao ODS 17, que enfatiza parcerias multissetoriais para a promoção de uma economia inclusiva e resiliente.

Metodologia

O estudo segue uma abordagem qualitativa e descritiva utilizando dados primários e secundários baseados na Cesta de Bens e Serviços Territoriais - CBST. O enfoque teórico-metodológico da CBST para a realidade socioeconômica de territórios rurais brasileiros evidencia o desafio da construção da governança territorial, que agregue atores de distintas categorias sociopolíticas e produtivas (CAZELLA et al., 2019; MEDEIROS et al., 2021).

Campos e Lagos está localizado na região da Baixada Maranhense, que tem características semelhantes ao Bioma Amazônico, cujo ecossistema e paisagem são idênticos aos lagos de várzea da bacia amazônica e da Ilha de Marajó, no Pará. Nesta região, os campos sofrem influência tanto dos rios, quanto das marés. Assim, seus aspectos geográficos, históricos, culturais, sociais e econômicos levam os pesquisadores a perceberem o seu grande potencial.

Foram feitas 30 (trinta) entrevistas semiestruturadas com jovens do território de Campos e Lagos, produtores, líderes comunitários e gestores públicos. Foram aplicadas técnicas de grupos focais, considerando a percepção coletiva dos jovens sobre suas práticas produtivas e sociais, com base nas recomendações de Santos e Júnior (2023). A observação participante foi utilizada para acompanhar as dinâmicas locais em feiras, agroindústrias artesanais e festividades.

Os dados secundários foram obtidos com levantamento bibliográfico sobre desenvolvimento territorial, juventude e ODS, com destaque para autores como Haesbaert (2004), que discute as múltiplas territorialidades, e Troian e Breitenbach (2018), sobre o papel dos jovens em processos de desenvolvimento rural e ainda Cazella et al., (2019); Medeiros et al., (2021) que tratam sobre Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que os jovens do território de Campos e Lagos reconhecem o potencial econômico e cultural das atividades locais, mas apontam dificuldades na falta de apoio institucional e na carência de políticas públicas específicas voltadas para a juventude rural. A valorização de produtos locais, como mel, farinha, queijo e pescado, foi identificada como uma oportunidade promissora, especialmente no contexto da CBST. Como destacam Almeida (2015) e Guha (1997), a integração entre práticas produtivas sustentáveis e valorização cultural é essencial para promover o desenvolvimento local.

A pesquisa identificou que o turismo rural de base comunitária (TRBC) é uma atividade com grande potencial para envolver a juventude e dinamizar a economia local, conforme sugerem Troian e Breitenbach (2018). No entanto, a informalidade da produção e a falta de organização dos produtores limitam a inserção dos produtos em mercados mais amplos, como também foi observado por Almeida (2015). Essas limitações demonstram a necessidade de fortalecer as parcerias, entre comunidades e instituições externas, em alinhamento com o ODS 17, para facilitar o acesso a crédito, capacitação técnica e certificação dos produtos.

Também se destacou sobre a importância da participação juvenil em espaços de decisão comunitária. No entanto, muitos jovens entrevistados relataram desconhecimento ou baixa participação em associações e cooperativas, refletindo a necessidade de fortalecer a governança territorial e criar espaços mais acessíveis para a juventude. Haesbaert (2007) reforça que o território é uma construção social e política, e a inclusão dos jovens nesses processos é fundamental, para garantir o pertencimento e a continuidade das práticas comunitárias.

Além disso, as parcerias voltadas para a educação técnica e a capacitação profissional foram apontadas como essenciais para preparar os jovens para atuar em cadeias produtivas locais. Conforme sugere Sauer (2015), a formação em agroecologia e economia solidária é estratégica para fomentar a sustentabilidade e a economia local, especialmente em territórios com vocação agrícola.

Outros fatores que estão postos como desafios para a juventude rural da Baixada Maranhense são os aspectos ligados à economia local, segundo os próprios jovens esclarecem em debates, a falta de oportunidade de trabalho, no território e em seus municípios de origem. A falta de uso de novas tecnologias adaptadas à realidade da agricultura familiar e, com isso, muitos jovens desistem das lavouras, até mesmo pela improdutividade da terra que, pelo uso constante e a exploração das roças durante longo tempo, sem período de *pousio* para voltar a produzir com eficiência.

Um dos efeitos desse modelo econômico mais preocupantes tem sido a exclusão da agricultura familiar dos processos de “desenvolvimento” e o crescente abandono do campo pelos filhos de agricultores e, conseqüentemente, a diminuição da produção de alimentos da agricultura familiar.

O território de Campos e Lagos tem uma área cercada de campos que enchem no período chuvoso, com características próprias da região amazônica. Além da paisagem dos campos, existe também uma vegetação diversificada de espécies que permitem atividades extrativistas às famílias, garantindo, além da segurança alimentar, a venda dos frutos excedentes, não somente na forma *in natura*, mas os subprodutos como doces, polpas, bolos, biscoitos, farinhas, pães, etc. A exemplo, o açaí (*Euterpe edulis*), o buriti (*Maurítia flexuosa*), o babaçu (*Attalea speciosa* Mart.) e outras espécies.

É possível encontrar, nesse território, organizações civis: associações de moradores, igrejas e grupos de jovens nas comunidades e na área mais urbana, movimentos sociais que colaboram na construção desse território.

Nota-se que essa região é rica em sua história, na cultura, e que possui características diferentes e próprias como manifestações culturais: tambor de crioula, boiadas, vaquejadas, festejos, festa do padroeiro das comunidades tradicionais, festas de reggae, torneios de futebol, fóruns de juventude, festivais e etc. Mas todo esse potencial está se perdendo, a cada geração, por falta de incentivos de políticas públicas voltadas para a cultura, juventude, agricultura e meio ambiente, dentre tantas outras necessidades de atenção governamental.

Haesbaert, 2007, afirma que o território é fruto da ação dos atores sociais, os quais dominam e apropriam os espaços, transformando-os em território, o que se dá a partir das relações de poder entre os atores sociais. Ao habitar um espaço e tomar consciência, as pessoas o transformam em um território.

Floriani et al. (2016) reforçam que os jovens rurais colaboram na valorização de seus territórios com articulação entre eles mesmos, organizações locais e as políticas públicas. Nesse sentido, iniciativas de agricultura familiar, agroecologia e turismo rural emergem como alternativas para o fortalecimento da sustentabilidade no campo.

Os jovens precisam se perceber como sujeitos de direito e compreenderem que a natureza também é um sujeito de direito. Dessa forma, entendendo que são seres capazes de atuar em seu território, aprendem, portanto, a valorizar a sua própria cultura e usar suas expertises para contribuir com práticas produtivas e de consumo que sejam ambientalmente corretas, socialmente justas e que, de certa forma, alcancem seus objetivos de viver de forma satisfatória.

Tabela 1 - Potencialidades e Limitações do trabalho com Jovens Rurais.

POTENCIAIS	LIMITAÇÕES
Valorização dos recursos locais e culturais, promovendo uma identidade territorial forte e sustentável.	Falta de políticas públicas específicas para a juventude rural e dificuldade no acesso a crédito e apoio técnico.
Articulação com o ODS 17, incentivando parcerias e colaborações para melhorar a qualidade de vida e fortalecer a economia local.	Baixa organização dos produtores e informalidade das atividades econômicas, limitando o acesso a mercados formais.
Potencial do turismo rural e a forte cultura do território que mantém a tradição e ancestralidade nas famílias e congrega a união e parcerias entre os povos e moradores.	Migração juvenil para áreas urbanas, dificultando a permanência dos jovens no território e comprometendo a continuidade dos saberes e cultura local.
*Diversidade de recursos naturais que geram renda e sustento para as famílias.	*Falta de incentivo e conhecimento de como explorar esses recursos, de forma sustentável e agregando valor.
*Potencial das agroindústrias familiares como formas de gerar renda e engajar os jovens.	*Dificuldade na sucessão rural na agricultura, portanto, a diminuição da produção de alimentos por falta de mão-de-obra e engajamento na produção.

Fonte: autores

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17 busca fortalecer os meios de implementação e revitalizar parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. No contexto da pesquisa sobre o envolvimento dos jovens no território Campos e Lagos, o ODS 17 se articula de forma estratégica com diversas dimensões do estudo, especialmente, na construção de parcerias locais e regionais que permitam fomentar a economia, promover a inclusão social e garantir a sustentabilidade territorial.

Ao promover a construção de parcerias multissetoriais, garante o fortalecimento da economia local e sustentável e a criação de oportunidades que permitam a permanência dos jovens em suas comunidades.

Considerações Finais ou Considerações Finais

Conclui-se que o envolvimento dos jovens nas atividades locais do território de Campos e Lagos tem potencial transformador, contribuindo para a valorização da identidade cultural e para a sustentabilidade da região. Para que essa contribuição seja efetiva, é necessário fortalecer as parcerias e promover políticas públicas integradas, que garantam apoio financeiro, capacitação técnica e acesso a mercados. O alinhamento com o ODS 17 destaca a importância das articulações multissetoriais para criar possibilidades, onde jovens sejam agentes de mudanças territoriais.

É essencial que haja incentivo à permanência no campo, que ofereça aos jovens um sentido de pertencimento e permitindo que vejam o campo, não apenas como terra de herança, mas como um dos caminhos para o sustento das famílias, garantindo a segurança alimentar e geração de renda.

O fortalecimento da CBST depende de uma gestão participativa, envolvendo o protagonismo juvenil e os diversos atores na construção de soluções. O turismo rural e a agroecologia são apontados como uma oportunidade para consolidar as cadeias produtivas e gerar maior integração entre o território e mercados externos.

Palavras-chave: Jovens. Território. Sustentabilidade

Agradecimentos

Agradecemos aos jovens, agricultores, lideranças comunitárias e parceiros do território de Campos e Lagos que são os atores dessa pesquisa, oferecendo suas experiências e contribuições; aos pesquisadores pela dedicação e à UEMA, pelo apoio logístico durante a coleta de dados. Agradecemos à Assessoria ODS-UEMA pela condução dessa iniciativa.

Referências

ABRAMO, H. W. **Juventude e Contemporaneidade: Identidades e Representações Sociais**. Caderno CRH, 18(43), 2005 p. 21-41.

ALMEIDA, L. S. **A Cadeia Produtiva do Queijo no Maranhão: Desafios e Perspectivas**. Revista do Desenvolvimento Rural Sustentável, n. 7(2), 2015, p. 15-27.

CAZELLA, A. A.; DE PAULA, I. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. **A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, set 2019. p. 49-74.

DAYRELL, J. **A Escola como Espaço Social: A Apropriação do Saber e as Culturas Juvenis**. Caderno CRH 18(43), 2005, p.111-127.

FLORIANI, N.; OLIVEIRA, L. H. C.; VEIGA, A. M.; GALDINO, J. R. V.. **A Floresta e a Territorialidade Faxinalense: espaço sagrado, espaço de lutas**. In: Narciso Barrera-Bassols; Nicolas Floriani. (Org.). Saberes, paisagens e territórios rurais da américa latina. 1ed.Curitiba: Editora da UFPR, 2016, v. 1, p. 199-217. Acesso: https://www.researchgate.net/publication/311318950_A_floresta_e_a_territorialidad_e_faxinalense_espaco_sagrado_espaco_de_lutas.

GUIMARÃES, R. P. **A Economia Social e Solidária no Brasil: Limites e Possibilidades**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, n 14(1), 2012, p. 45-67.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. **A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de**



desenvolvimento amazônico. Redes, Santa Cruz do Sul. Online, v.26, p.1-20, 2021.

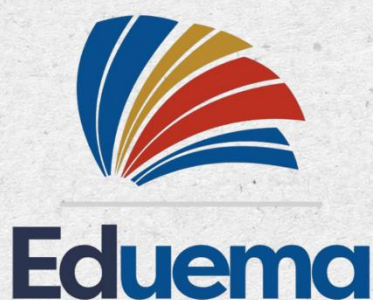
SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAUER, S. **Territórios do Comum: Agroecologia, Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Brasil.** São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

SANTOS, M. A., & JÚNIOR, L. M. **Juventude e Migração na Baixada Maranhense: Desafios para o Desenvolvimento Regional.** Estudos sobre Desenvolvimento Rural, 10(3), 2023, p.45-67.

TROIAN, A., & BREITENBACH, R. **Juventude Rural e Desenvolvimento Territorial: Perspectivas e Desafios.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 12(1), 2018, p.87-102.





Promoção

Organização

